



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA**

DANIELLA MARQUES AIELLO CABRAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS:
INQUIETAÇÕES DE SUA EXISTÊNCIA NO BRASIL**

Rio de Janeiro

2018

DANIELLA MARQUES AIELLO CABRAL

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS:
INQUIETAÇÕES DE SUA EXISTÊNCIA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Arquivologia como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosale de Mattos Souza

Rio de Janeiro

2018

Catálogo informatizado pela autora

C117 Cabral, Daniella Marques Aiello
Políticas públicas arquivísticas: inquietações de
sua existência no Brasil / Daniella Marques Aiello
Cabral. -- Rio de Janeiro, 2018.
107 f.

Orientadora: Rosale de Mattos Souza.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Arquivologia, 2018.

1. Gestão de Documentos. 2. Legislação
Arquivística. 3. Políticas Públicas Arquivísticas. 4.
Sistema de Gestão de Documentos. 5. Conferência
Nacional de Arquivos. I. Souza, Rosale de Mattos,
orient. II. Título.

DANIELLA MARQUES AIELLO CABRAL

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS:
INQUIETAÇÕES DE SUA EXISTÊNCIA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Escola de Arquivologia como requisito parcial
para obtenção do Grau de Bacharel em
Arquivologia.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosale de Mattos Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. M.e Bruno Ferreira Leite
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO

*Dedico este trabalho a todos que cruzaram o
meu caminho, contribuindo, direta ou
indiretamente, para a minha formação.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser o Autor e Essencial em minha vida, o Guia e Iluminador dos meus caminhos, socorro presente nas horas de angústia.

Ao meu pai Ronaldo Aiello (*in memoriam*), às minhas figuras maternas neste plano Maria Francisca e a Maria Gilvete, ao meu irmão Rodrigo (*in memoriam*), ao meu marido Lucio por toda dedicação e compreensão e à luz da minha vida, minha filha Luiza, por toda paciência e espera no período de concretização desta etapa. À minha Grande Família que, com carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse à finalização desta jornada, compreendendo minha falta e indisponibilidade nesse período, e aos meus amigos que entenderam minha ausência, em especial ao Wanderson, sua colaboração foi essencial neste trabalho.

Ao Curso de Arquivologia da UNIRIO e às pessoas com quem convivi nesse espaço acadêmico extraordinário ao longo desses anos. Ao Diretor da Escola Prof. Dr. Eliezer Pires pela excelência na condução do seu cargo, à sua antecessora Anna Carla Mariz pelo acolhimento e apoio durante o período de estudos, a todo o departamento do DEPA pela dedicação para condução rumo à visibilidade e qualidade do Curso de Arquivologia, aos Professores que com toda dedicação expressaram seu amor e entusiasmo pela Arquivologia a cada aula ministrada. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesse espaço foi a melhor experiência da minha formação acadêmica. Ao Pedro Botti por toda orientação e *feedbacks*, Thais Batista, Igor Castelo Branco, Lauro Soares, Juliana Falcão, Eliete Moutela, também aos meus companheiros do DACAR Delso e Viviane e aos meus companheiros das Turmas 2012.2 e 2013.1.

A área arquivística proporcionou-me conhecimento; e estagiando em Furnas, pude experimentar o universo da Arquivística na prática, conhecer pessoas que eu trouxe para minha vida pessoal, como Victor Costa, Janaina Mendes, Simone Bonfim e Hugo Alves.

Agradeço especialmente à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Rosale de Mattos Souza; sou grata por toda paciência, dedicação, entusiasmo e orientação neste trabalho. Seu intelecto, experiência, amor pela profissão e, principalmente, pela área da Arquivística fizeram todo diferencial. Ao Prof. Dr. Eliezer Pires e ao Prof. Bruno Leite pela participação na Banca Examinadora.

A todos os profissionais arquivistas que perseveraram na luta por uma área mais consolidada, estruturada e reconhecida, a minha gratidão... esta luta é nossa!

A política é uma ciência sociológica e transformadora, que tanto pode ser útil ao homem, como também nociva para o seu desenvolvimento. Depende do rumo que o próprio homem tencione escolher.

Adelmar Marques Marinho

O que não posso, porque não tenho esse direito, é calar-me, seja sob que pretexto for.

Sá Carneiro, Francisco

CABRAL, Daniella Marques Aiello. **Políticas Públicas Arquivísticas: inquietações de sua existência no Brasil.** 2018. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar as políticas públicas arquivísticas no Brasil. O trabalho pretende responder à inquietação sobre a existência ou não de Políticas Públicas Arquivísticas no país, confirmando a mudança ou não do cenário traçado por Jardim no artigo “Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)”, em que o autor defende a não existência de Políticas Públicas Arquivísticas no Brasil. Na metodologia, houve uma abordagem exploratória com revisão bibliográfica sobre o tema de Políticas Públicas Arquivísticas no Brasil e seus conceitos. Na metodologia da práxis, foi realizado o levantamento dos órgãos relacionados com essa política no caso com o órgão mais importante: o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, no que tange à implementação desta política arquivística no Brasil. Assim, apresenta uma síntese sobre o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR e a estrutura do Sistema de Gestão de Documentos – SIGA, da Administração Pública Federal, no que diz respeito ao quadro da situação dos órgãos do executivo federal quanto à gestão de documentos e outras funções arquivísticas, seus atores sociais envolvidos nesses processos. Observou-se a existência de recomendações, normativas ou programas do CONARQ, como nas seguintes dimensões: produção, classificação, destinação, implantação de Comissões Permanentes de Avaliação, ou seja, a análise de todo o processo de gestão de documentos de acordo a legislação e sua aplicação pelo CONARQ. Outro aspecto da metodologia foi o de levantamento da produção científica e tendências de pesquisa sobre Políticas Públicas Arquivísticas. Foi usada também a metodologia quantitativa e qualitativa para mensuração dos dados referente às Dissertações do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ. Houve um deslocamento de protagonismo de reflexão sobre Políticas Públicas Arquivísticas, dos Arquivos Públicos para o ambiente acadêmico. Os principais resultados da análise desta pesquisa mostram que a ausência total ou parcial dessa Política Pública Arquivística no Brasil demonstra as dificuldades da aplicabilidade da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Lei de Arquivos, contudo, pode-se destacar um discreto avanço no que se refere às discussões em torno de um tema tão complexo.

Palavras-Chave: Gestão de Documentos. Legislação Arquivística. Políticas Públicas Arquivísticas. Sistema de Gestão de Documentos. Conferência Nacional de Arquivos.

Daniella Marques Aiello. **Archival Public Policies:** concerns about its existence in Brazil. 2018. 107 f. Final paper (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This research aims to analyze archival public policies in Brazil. The paper intends to respond to the concern about the existence or not of Archival Public Policies in the country, confirming the change or not of the scenario outlined by Jardim in the article “Políticas Públicas de Informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados” (Public Information Policies: the (non) construction of national policy of public and private archives – 1994-2006) , in which the author defends the non existence of Archival Public Policies in Brazil. In the methodology, there was an exploratory approach with bibliographical revision on the subject of Archival Public Policies in Brazil and its concepts. In the methodology of praxis, the study of the organs related to this policy was carried out in the case with the most important organ: the National Council of Archives – CONARQ, regarding the implementation of this archival policy in Brazil. Thus, it presents a synthesis on the National System of Archives – SINAR and the structure of the Document Management System – SIGA, of the Federal Public Administration, in relation to the situation of the organs of the federal executive, regarding the management of documents and other archival functions, its social actors involved in these processes. The existence of recommendations, norms or programs of CONARQ was observed, as in the following dimensions: production, classification, destination, implementation of Permanent Evaluation Commissions, that is, the analysis of the whole document management process according to the legislation and its application by CONARQ. Another aspect of the methodology was the survey of scientific production and research trends on Archival Public Policies. It was also used the quantitative and qualitative methodology to measure data referring to the Dissertations of the Professional Master in Management of Documents and Files – PPGARQ. There was a shift of protagonism from reflection on Public Archival Policies, from Public Archives to the academic environment. The main results of the analysis of this research show that the total or partial absence of this Archival Public Policy in Brazil demonstrates the difficulties of the applicability of Law No. 8.159, of January 8, 1991, Law of Archives, however, a slight advance can be made in the discussions on such a complex subject.

Keywords: Document Management. Archival Legislation. Archival Public Policies. Document Management System. National Conference of Archives.

LISTA DE SIGLAS

AN	Arquivo Nacional
AAERJ	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
CGU	Controladoria Geral da União
CNARQ	Conferência Nacional de Arquivos
COGED	Coordenação Geral de Gestão de Documentos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPA	Curso Permanente de Arquivologia
CSAEDF	Câmara Setorial dos Arquivos Públicos dos Estados e do Distrito Federal
CSAJ	Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário
CSAIS	Câmara Setorial sobre Arquivos Médicos
CSAM	Câmara Setorial de Arquivos Municipais
CSAP	Câmara Setorial sobre Arquivos Privados
CTCRH	Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos
CTDAISM	Câmara Técnica Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
CTGD	Câmara Técnica de Gestão de Documentos
CTPAD	Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática
CTPD	Câmara Técnica de Preservação de Documentos
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIBRATE	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivísticas
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
LAI	Lei de Acesso à Informação
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCidades	Ministério das Cidades
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MD	Ministério da Defesa
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MEC	Ministério da Educação
ME	Ministério dos Esportes
MF	Ministério da Fazenda
MJ	Ministério da Justiça
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MinC	Ministério da Cultura
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MSP	Ministério da Segurança Pública
MT	Ministério do Trabalho
MTur	Ministério do Turismo
MTPA	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
PPGARQ	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SIGAD	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SISG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática

UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Análise de Resultado da Pesquisa anterior: Frequência Representantes das Instituições CONARQ (1994-2006).....	37
Quadro 2 – Universidades Brasileiras com Graduação em Arquivologia	45
Quadro 3 – Inscrições PPGARQ	47
Quadro 4 – Dissertações PPGARQ	48
Quadro 5 – Dissertações PPGARQ	48
Quadro 6 – Eliminação de Documentos (2008-2017)	49
Quadro 7 – Seminários do SIGA	50

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do CONARQ	25
Figura 2 – Relação CONARQ e as Instituições Arquivísticas	30
Figura 3 – Cursos de Graduação em Arquivologia oferecidos nas universidades públicas brasileiras	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1 POLÍTICAS	16
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS	17
1.3 ARQUIVÍSTICA	18
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS	19
2 A ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA PÚBLICA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL	22
2.1 BREVE HISTÓRICO DO ARQUIVO NACIONAL	22
2.2 O CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ	24
2.3 O SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS – SINAR	30
2.4 O SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – SIGA	31
3 ESTADO DA ARTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NO BRASIL. 35	35
3.1 PUBLICAÇÕES SOBRE A POLÍTICA ARQUIVÍSTICA	35
3.2 I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS	39
3.3 O MEIO ACADÊMICO EM CONTRIBUIÇÃO COM A POLÍTICA ARQUIVÍSTICA	42
3.4 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PPGARQ	47
4 UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – SIGA.....	49
4.1 ANÁLISES DOS DADOS REFERENTE À SUBMISSÃO DAS LISTAGENS DE ELIMINAÇÃO AO COGED	49
4.2 ANÁLISES DOS CURSOS E SEMINÁRIOS.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXOS	56
ANEXO A – QUADROS DE DISSERTAÇÕES – PPGARQ, 2012-2015	56
ANEXO B – QUADRO DOS EDITAIS DE ELIMINAÇÃO SUBMETIDOS AO ARQUIVO NACIONAL, 2007-2017.....	61

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar sobre as Políticas Públicas Arquivísticas a partir de uma perspectiva teórica surgiu durante as participações nas aulas da disciplina Gestão de Serviços Arquivísticos, ofertada no segundo semestre de 2015, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, ministrada pelo Professor Doutor José Maria Jardim, especialista nessa temática. Inicialmente, a pesquisa sobre o tema Políticas Públicas Arquivísticas seria a partir do levantamento de literatura e das fontes primárias, ou seja, a análise das Atas de Plenárias das Reuniões do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), no período de 2007 a 2017, que abrangeria as implementações das resoluções e ações referentes às políticas públicas de arquivos no Brasil. Essa pesquisa seria uma continuação de uma pesquisa anterior que foi realizada pelo Professor Doutor José Maria Jardim, no período de 1994 a 2006. O resultado dessa pesquisa foi publicado em artigo na XI Conferência do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), realizada em São Paulo, no ano de 2008, com o tema “Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)” (JARDIM, 2008), assinada pelo Professor Doutor José Maria Jardim. Infelizmente, não foi possível a continuação da pesquisa nos moldes pensados por José Maria Jardim, pois, durante a sua elaboração, o professor se afastou da orientação para concluir o curso de Pós-Doutorado.

Agora com orientação da Professora Doutora Rosale de Mattos Souza, a pesquisa toma uma nova metodologia, mudando da análise de Atas de Plenárias das Reuniões do CONARQ para uma análise da atuação dos órgãos responsáveis por implementar uma Política Pública Arquivística no Brasil. Esta análise se deu no intuito de responder à inquietação da autora referente à existência ou não de Políticas Públicas Arquivísticas no Brasil e de confirmar a mudança ou não do cenário traçado por Jardim no referido artigo, em que o autor defende a não existência de Políticas Públicas Arquivísticas no Brasil.

Para responder à problemática levantada pela autora, o trabalho se dividirá em quatro sessões, além desta, que podem ser entendidos como etapas da pesquisa realizada. No segundo capítulo, será feita a conceituação dos principais temas abordados na pesquisa, ou seja: a definição de Políticas Públicas e de Políticas Públicas Arquivísticas, constituindo-se no arcabouço teórico. Além disto, buscou-se contextualizar a legislação brasileira que cria e delimita as funções e competências dos órgãos responsáveis por definir e implementar a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil, a trajetória do Arquivo Nacional, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, as Câmaras Técnicas e Câmaras Setoriais,

do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR e do Sistema de Gestão de Documentos dos órgãos do Executivo Federal – SIGA. No terceiro capítulo, abordaremos a contribuição acadêmica para as políticas arquivísticas, a criação dos cursos de Arquivologia no Brasil, e finalmente a produção científica do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ, o 1º em Arquivologia da América Latina e a I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ. O quarto capítulo será a análise das principais atividades realizadas pelos órgãos responsáveis por definir e implementar a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil; analisaremos, portanto, as principais resoluções do CONARQ, a atuação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e as atividades desenvolvidas pelo Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) junto aos órgãos da Administração Pública do Executivo Federal. No quinto e último capítulo serão apresentadas algumas considerações finais estudo, no qual colocaremos os dados extraídos nesta pesquisa em contraste com os resultados encontrados por Jardim (2008) no artigo citado acima, com o intuito de responder à pergunta norteadora deste trabalho se existe ou não no Brasil uma Política Pública Arquivística. Na citação abaixo, podemos ter a percepção da afirmativa do autor.

Sob a lógica da legislação vigente, o Sistema Nacional de Arquivos – cujo órgão central é o CONARQ – tem por finalidade “implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo” (Art. 10, do Decreto n.º 4.073, de janeiro de 2002 que define formas de organização e atuação do Conselho Nacional de Arquivos e do Sistema Nacional de Arquivos). Dado que – nos termos da atual legislação – **o Sistema Nacional de Arquivos não foi viabilizado até o momento pelo Conselho Nacional de Arquivos, a política nacional de arquivos também não foi implementada.** Eventualmente, essa política nacional de arquivos poderia ter sido implementada ao largo da estruturação do Sistema Nacional de Arquivos, o que também não ocorreu. (JARDIM, 2008, p. 3, grifo nosso)

Esta pesquisa tem sua relevância no que tange a um assunto ainda a ser explorado e com proporções tão complexas, diante de inúmeras questões a serem analisadas e explicitadas, é possível dizer que estamos diante de uma mudança do cenário arquivístico? E que podemos identificar evidências de uma política pública arquivística no Brasil?

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo é dedicado à revisão de literatura que envolve os aspectos teóricos sobre os temas pertinentes à pesquisa. A intenção é estabelecer um norteador de acordo com as indagações necessárias das teorias visitadas. Procurou-se conceituar as Políticas Públicas a definição de arquivos e arquivística, com o intuito de definir o que são políticas públicas arquivísticas.

Para tanto, dividiremos o capítulo em quatro subcapítulos, nos quais abordaremos as definições dos conceitos listados acima. Decidimos iniciar com os conceitos de política e políticas públicas, para, posteriormente, conceituar o que são arquivos. Fechamos com o conceito de políticas públicas arquivísticas.

1.1 POLÍTICAS

A compreensão das políticas públicas arquivísticas remete-nos a uma abordagem anterior, que são as políticas públicas, que, por sua vez, observa-se que estão diretamente relacionadas com o Estado. Neste capítulo, será explicitado um breve conceito sobre Políticas Públicas. Para maior compreensão deste trabalho, podemos verificar que a visão aristotélica referente às políticas, que considera o tema como a ciência mais suprema a qual as outras ciências estão subordinadas, considera a tarefa da Política sendo de investigação de qual a melhor forma do Governo e Instituições capazes de garantir a felicidade coletiva.

De acordo com o pensador grego, a felicidade era diretamente ligada ao modo de viver, no meio em que os homens estão e nos costumes e nas instituições desenvolvidas pelas comunidades. Assim, para Aristóteles a primeira função da política era a de descobrir qual a maneira de viver que leva os indivíduos a sua felicidade, sendo a felicidade diretamente ligada aos bens materiais. A outra função é desenvolver um modelo de governo e fazer com que as instituições sejam as responsáveis por garantir esse modelo, por sua vez, essas relações são determinadas pela ética, enquanto o modelo de governo nasce por meio do estudo das constituições das cidades-estados. Nesse aspecto, em Política, na visão aristotélica, boa política é aquela que visa ao bem de todos, o bem que é comum a todas as pessoas.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A Política Pública como área de conhecimento acadêmico nasceu nos Estados Unidos entre a década de 1960 e 1970, por meio da reflexão sobre a ação do governo, e não do Estado. Políticas Públicas é o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entidades públicas e privadas, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. Podemos dissecar várias linhas conceituais do que descreveriam o que seria fazer Política Pública, porém a linha em que mais se pauta esta pesquisa seria o que, segundo Dye (apud JARDIM, 2008), fazer “Análise de Política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz... é a descrição e explicação das causas e consequências da ação do governo”. As Políticas Públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais e imateriais. Deve-se aqui diferenciar o Governo de Estado e outras instâncias de poder. Governo é um grupo que ganha uma eleição e fica por tempo determinado no poder, já o Estado é a estrutura, a instituição que o governo representa; é a nação politicamente organizada. Assim, tanto ações quanto não ações dos governos são passíveis de serem formuladas cientificamente. Esse campo do conhecimento busca integrar quatro elementos: a política pública; a política; a sociedade política e as instituições que as regem. O Governo tem como foco analítico a identificação do problema que a política visa corrigir; a chegada do problema ao sistema político e à sociedade política; o processo percorrido; e as instituições e regras que modelarão a decisão e a implementação da política pública.

Atualmente, as políticas públicas vêm tendo maior visibilidade no âmbito acadêmico, isto, pois com a diminuição da intervenção estatal, a maior cobrança para que os governos tenham equilíbrio em seus orçamentos e a falta de políticas capazes de promoverem, ao mesmo tempo, desenvolvimento econômico e inclusão social, levaram à reflexão sobre a implementação e o processo decisório de políticas públicas para cumprir tais tarefas.

Nessa perspectiva do pelo autor Jardim 2008, os elementos principais das Políticas Públicas são: a distinção entre o que o Governo pretende fazer e o que de fato faz; o envolvimento de diversos atores formais e informais; a abrangência – não se limita a leis e regras; a ação intencional e de longo prazo; os processos:

- Formação de agenda: considerada como primeira etapa, em que o assunto é inserido na pauta das agendas nos setores do governo;
- Formulação: em que é traçado planejamento estratégico com metas e direcionado ao público-alvo;
- Implementação: nesta fase que só será alcançada se as anteriores seguirem de acordo com o planejado;
- Monitoramento: com a implementação da política, posterior segue o acompanhamento das atividades de acordo com os setores governamentais o acompanhamento é realizado através de agências reguladoras;
- Avaliação: com base na fase anterior relatórios são produzidos de forma a prestar contas à sociedade;

Para se tornar uma política pública, é necessário que o governo realize estudos e crie uma dinâmica de elaboração de planos, metas e intervenções que possam suprir as necessidades que se apresentam. Essa política pública deve ser dinâmica, pois sendo estática não conseguirá adaptar-se às modificações. Alguns exemplos de Políticas Públicas brasileiras que podem explicitar melhor de forma materializada o assunto seriam: as Políticas Nacionais Antidrogas – Decreto nº 4.345/2002; Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – Lei Federal nº 6.047/2007; Política Nacional de Educação Ambiental – Lei Federal nº 9.795/1999; a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) – Lei Federal nº 12.608/2007; Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei Federal nº 9.433/1997; Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei Federal nº 12.305/2010; Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Lei Federal nº 5.948/2006; Política Nacional para integralização da Pessoa Portadora de Deficiência – Lei Federal nº 7.853/1989; Política Nacional de Cultura Viva – Lei Federal nº 13.018/2014; Política Nacional do Idoso – Lei Federal nº 8.842/1994; Política Nacional do Meio Ambiente – sob a Lei Federal nº 6.938/1981.

1.3 ARQUIVÍSTICA

Para a compreensão do que se entende por políticas públicas arquivísticas, é necessário conceituar primeiro o que é arquivística. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, também conhecido como DIBRATE, iguala o termo Arquivística com o de Arquivologia e define Arquivologia como:

Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, pág. 37)

Os Arquivos são por essa definição uma noção basilar do que é arquivística. O mesmo dicionário define arquivo como,

- 1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.
- 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, conservação e o acesso a documentos.
- 3 Instalações onde funcionam arquivos.
- 4 Móvel destinado a guarda de documentos”. (ARQUIVO NACIONAL, 2013, pág. 27)

A legislação específica que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil, Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, também apresenta uma definição sobre o que são os arquivos e seus documentos. De acordo com essa legislação, arquivos são entendidos como:

[...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991)

A segunda definição de arquivo destacada pelo DIBRATE é a que mais nos interessa para que consigamos definir o que são políticas públicas arquivísticas, pois é o entendimento que o arquivo é um serviço com uma finalidade de gerir, preservar, conservar e custodiar conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, ou seja, documentos arquivísticos.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

A Constituição Federal de 1988, em relação aos direitos e garantias fundamentais, quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos, assegura, no inciso XXXIII do art. 5º,

que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei” (BRASIL, 1988).

O direito à informação é assegurado pela Lei nº 8.159, intitulada Lei Nacional dos Arquivos, e que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Além de dar outras providências, determina, em seu art. 1º que é “dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos” (BRASIL, 1991), considerando o rol de documentos correntes, intermediários e permanentes. Ainda segundo a Carta Magna brasileira, nos termos explicitados nos arts. 37 e 216, é garantido o “acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo” e que cabe à administração pública “a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988), na forma da Lei de Acesso à Informação (LAI). A importância da informação para a sociedade é notada na criação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em vigor e imposta a todos os estados brasileiros, a qual visa que todo cidadão tenha acesso, facilitado o acesso as informações geradas pelas instituições governamentais (BRASIL, 2011). A transparência dos atos públicos é considerada hoje um dos principais instrumentos de melhoria da eficiência e efetividade do governo, pois ajuda a prevenir e combater a corrupção, além de aperfeiçoar a base de conhecimentos sobre quais as políticas públicas são decididas, elaboradas e executadas.

A Lei 8.159 define a gestão de documentos como um: “Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991).

Como órgão central do SINAR, por meio do art. 26 da Lei Nacional dos Arquivos, foi criado o CONARQ, órgão vinculado ao Arquivo Nacional (AN), com a finalidade de assessorar a Presidência da República na formulação da política nacional de arquivos públicos e privados, além de exarar diretrizes à gestão documental e à proteção aos documentos de arquivo, que também devem ser seguidas na gestão dos arquivos de instituições públicas.

Essa mesma lei é que os arquivos públicos são os arquivos de documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades, por órgão público de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (INDOLFO et al., 1995, p. 11)

Quanto às instituições arquivísticas públicas, o art. 7º da citada Lei prevê a finalidade dessas unidades na guarda do acervo dos arquivos quando da cessação de atividades de

instituições públicas e de caráter público, com previsão de eliminação de documentos somente com a autorização da respectiva instituição arquivística pública, a depender da sua esfera de competência (federal, estadual, Distrito Federal ou municipal), sendo também previsto nesse artigo da Lei nº 8.159/1991 que “documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis” (BRASIL, 1991).

Em sintonia com as melhores técnicas de gestão de documentos, que englobam três principais fases (JARDIM, 1995, p. 36): (i) Produção/Criação, (ii) Utilização e Conservação, e (iii) Destinação; o CONARQ publicou a Resolução nº 14/2001, que dispõe sobre o modelo de Código de Classificação de Documentos de Arquivo a ser adotado no sistema brasileiro no âmbito público federal e arquivos, bem como sobre “os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades – Meio da Administração Pública”, conferindo importância estratégica às funções arquivísticas de Identificação, Classificação e Avaliação de documentos para o sucesso de um programa de gestão de documentos, segundo a diretriz Brasil, AN, CONARQ e a Resolução nº 4, de 28 de março de 1996. Dispõe sobre o Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública, atividade-meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do SINAR, aprova os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos à atividade-meio da administração pública. A Gestão de Documentos Arquivísticos é uma prática que deve ser contínua para que se mantenha uma gestão eficiente dos documentos arquivísticos, bem como de toda a instituição, para oferecer visibilidade às atividades ali desempenhadas e para retratar a organicidade do acervo.

Podem-se definir as políticas públicas arquivísticas como um conjunto de ações ou atitudes, pensadas e tomadas pelo poder público, com finalidade de nortear, definir e implementar as ações de gestão, preservação, conservação e custódia de conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, ou seja, os documentos arquivísticos.

2 A ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA PÚBLICA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

No Brasil, já existe uma estrutura criada e definida por lei que é responsável não somente pela elaboração e definição das políticas públicas arquivísticas no Brasil, mas também por sua implementação e gestão. Neste capítulo, iremos abordar essa estrutura, começando pelo AN, órgão responsável por implementar a política no poder executivo federal.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO ARQUIVO NACIONAL

A criação do AN foi prevista na Constituição de 1824 no momento da afirmação da independência nacional estabelecido no capítulo IV, art. 7º, mas só regulamentada pelo Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838. Designada como Arquivo Público do Império, essa instituição subordinava-se à Secretaria de Estado dos Negócios do Império. A sua criação, juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se somavam à Academia Imperial de Belas Artes, integrou o esforço (Regência) de Pedro de Araújo Lima, futuro visconde e marquês de Olinda, para a construção de um Estado Imperial forte. Tal como proposto pelo referido Regulamento, o Arquivo Público do Império ficava estabelecido provisoriamente na Secretaria de Estado de Negócios do Império, e os “armários e gavetas” reservados ao acondicionamento dos papéis se dividiam pelas seções Legislativa, Administrativa e Histórica. Voltou-se, então, para as demandas burocráticas do Estado imperial e, posteriormente, da República. O perfil histórico da instituição fundada há mais 180 anos considera as suas principais transformações movidas por alterações conceituais operadas no conhecimento arquivístico, nas concepções de Estado e na pesquisa documental ao longo do tempo. Em 1893, o Arquivo Público do Império passou a denominar-se Arquivo Público Nacional, recebendo a atual denominação de AN em 1911.

A partir deste ponto, iremos apresentar a Modernização do AN de 1958-1963 e 1980-1986. será utilizada como parâmetro a pesquisa de análise comparativa realizada pela Doutora Rosale Mattos de Souza, em que foram analisados os fatores que contribuíram para o desenvolvimento e modernização do AN e por meio das análises de subtemas, como: a relação do AN com a Administração Pública Federal, ponto de vista documental, estrutura organizacional, legislação, orçamento, instalações físicas, recursos humanos e tratamento técnico.

Em 1981, Celina Vargas colocou em prática o Programa de Modernização Institucional, com esforços de mãos de obra técnica e de desenvolvimento científico partilhado com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), instituição essa também dirigida pela diretora-geral do AN. O Programa de Modernização abrangia não somente melhorias estruturais físicas como a revitalização do prédio, adequação às técnicas de conservação, aquisição de novos equipamentos, como também previa a revisão operacional das técnicas e da sistemática de trabalho com o acervo. A ideia posta em prática no AN do Brasil contou com repercussão internacional, chamando atenção dos olhos de outros arquivos nacionais e demais instituições arquivísticas estrangeiras para as práticas aplicadas no Brasil. A repercussão do Programa chegou ao conhecimento do Instituto Internacional de Arquivo (International Council on Archives – ICA), que garantiu a atenção dos seus integrantes ao ponto do Diretor Executivo dessa instituição, Charles Kecskeméti, escrever um artigo a fim de comentar tais ações. Em seu artigo, Kecskeméti afirma a urgência de realização de um programa de modernização no AN brasileiro, por considerar suas condições físicas e estruturais degradantes; também foi descrito que o AN não contava com suporte federal para se manter, não sendo beneficiado com verba há anos, encontrava-se em uma sede pequena, que não comportava o acervo e não era adequada para um arquivo nacional. Contava com corpo profissional desqualificado, não havia qualquer sistematização nos trabalhos desenvolvidos, nem mesmo políticas de recolhimento de documentação, não havia inventariação de seu acervo, com documentos oriundos do período imperial do país se degradando, nem mesmo a própria instituição tinha conhecimento de seu material. Embora haja a presença da arquivística teórica efetivamente instalada no Brasil desde a década de 1960, a aplicação de todos esses estudos desenvolvidos até então não foi levada a efeito. Todavia, durante o Programa de Modernização Institucional, muitos dos desenvolvimentos previstos puderam ser executados em parceria com o Ministério da Justiça e com o CPDOC-FGV.

O AN é a Instituição responsável pelo armazenamento, restauração e guarda da memória da nação brasileira, situado fisicamente no antigo prédio monumental que sediava a Casa da Moeda, na Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro, e possui uma representação regional em Brasília. Atualmente é integrado à estrutura básica do Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável pela gestão de produção documental da administração pública federal, tendo sido, no ano 2000, submetido a uma alteração derivada de um Plano de Segurança Pública na esfera Federal, em que foi transferido da hierarquia do Ministério da Justiça para a Casa Civil da Presidência da República. Na época, foi

considerado um dos maiores ganhos para comunidade arquivística e uma demonstração de sua relevância no cenário nacional. Em 2011, por meio do Decreto nº 7.430, o AN foi transferido, novamente, para a estrutura básica do Ministério da Justiça, o que gerou uma revisão de sua presença no cenário nacional. Este ato estimulou um projeto já idealizado que visa rever o sistema de arquivos no Brasil. Essas mudanças vêm representando um retrocesso para a política de acesso e transparência dos acervos públicos do país.

Célia Costa (2000), em seu artigo, explicita que a efetivação do CONARQ pelo Decreto de Lei em 1994 constitui um importante instrumento em favor da preservação e do acesso ao patrimônio documental do país, e ainda nos mostra um mapa bastante completo do processo de criação do Arquivo Público do Brasil, enquanto contextualiza o sistema político e administrativo também neste período de transição que foi responsável por gerá-lo.

2.2 O CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

Uma das missões do CONARQ é promover políticas públicas voltadas à gestão de documentos, assim como ferramenta utilizada são as Resoluções do CONARQ resultantes das Reuniões de Plenárias, que têm o objetivo de registrar as decisões e ordens dentro do seu âmbito de atribuição legal que permita: a preservação de dados e informações; a garantia ao acesso à informação; e evitar a perda de informação, controlando-a (CONARQ, 2001). Os aspectos legais inerentes aos arquivos públicos trataram de aplicar a política nacional de arquivos, utilizando os princípios teóricos da arquivologia moderna. Utilizou-se um conjunto de normas e procedimentos técnicos para disciplinar as atividades relativas aos serviços arquivísticos da administração pública, o qual trouxe, por consequência, a melhoria dos arquivos públicos. Essa melhoria incluiu, necessariamente, a sensibilização dos administradores em reconhecer que o arquivo não é tão somente um depósito público de documentos. A partir do reconhecimento, surgiram novas formas de relacionamento entre a máquina administrativa governamental e seus arquivos, condição imprescindível para que este último sirva como instrumento de apoio à organização do Estado e da sociedade.

O AN tem a finalidade de acompanhar a política nacional de arquivos (públicos e privados) definidas pelo CONARQ em que exerce orientação normativa visando à gestão documental, criado pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, presidido pelo Diretor-Geral do AN e integrado por representantes de instituições arquivísticas e acadêmicas, públicas e privadas, e que têm por competência a definição da política nacional de arquivos; há também um órgão de integração que se chama Órgão Central, o SIGA.

Iremos utilizar o organograma do CONARQ como uma melhor percepção da estrutura (figura 1).



Figura 1 – Organograma do CONARQ
Fonte: Site do Arquivo Nacional.

No site do AN, podemos verificar toda estrutura do CONARQ que é composto de sete câmaras técnicas, a destacar: a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, a Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática – CTPAD, a Câmara Técnica de Preservação de Documentos – CTPD, a Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos – CTCRH, a Câmara Técnica Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais – CTDAISM, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTNDA e a Câmara Técnica de Gestão de Documentos – CTGD.

A CTDE, de 1995 (Portaria nº 8, de 23/8/1995) e reestruturada em 2002 (Portaria nº 60, de 7/3/2002), contando com especialistas de vários setores do governo e da sociedade civil, tem o objetivo de definir e apresentar ao CONARQ normas, diretrizes, procedimentos técnicos e instrumentos legais sobre gestão arquivística e preservação dos documentos digitais, em conformidade com os padrões nacionais e internacionais. Atualmente, a Câmara está tratando dos documentos arquivísticos digitais, isto é, produzidos em formato digital, processados e armazenados por computador. Essa Câmara Técnica elaborou um dos mais importantes manuais orientadores para as Instituições no Brasil, o e-ARQ Brasil, que é dividido em duas partes. Este documento é um conjunto de requisitos (procedimentos e operações técnicas) que devem ser cumpridos pela instituição produtora/recebedora a fim de garantir confiabilidade, autenticidade e acessibilidade aos documentos.

Por meio de um SIGAD, e-ARQ Brasil é dividido em duas partes: a primeira parte fornece elementos para o desenvolvimento de programa de gestão arquivística de documentos na instituição, envolvendo orientações sobre política arquivística, planejamento e implantação, além dos procedimentos e controles do SIGAD e dos instrumentos de gestão; a segunda parte descreve os 391 requisitos necessários para desenvolver o SIGAD, sendo composta por 233 requisitos obrigatórios, 142 altamente desejáveis e 16 facultativos. Ainda, a especificação indica 95 elementos de metadados considerados fundamentais para identificar o documento arquivístico de maneira única e mostrar sua relação com outros documentos. São dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo.

A CTPAD foi criada pela Portaria nº 97, de 13 de dezembro de 2011, e tem como finalidade elaborar estudos, diretrizes, procedimentos e orientação no que se refere à terminologia, normatização, práticas e ao tratamento arquivístico com vistas a apoiar os órgãos integrantes do SINAR, que custodiam documentos manuscritos ou não, bem como subsidiar as universidades que oferecem as disciplinas de Paleografia e Diplomática com novos estudos e didáticas aplicáveis às tipicidades dos manuscritos e ou documentos

brasileiros. Seus membros foram designados pela Portaria do CONARQ, de 14 de dezembro de 2011, publicada em seu Boletim Interno.

A CTPD foi instituída pela Portaria nº 07, de 21 de agosto de 1995. Tem o objetivo de atender às demandas de normalização e criação de instrumentos metodológicos, técnicos e normativos, visando à preservação dos acervos documentais dos arquivos públicos e privados. O resultado destes estudos consubstanciou-se na publicação das Recomendações para a Construção de Arquivos, em 2000, que se destinam a orientar o planejamento para a construção, adaptação e reforma de edifícios que atendam às funções específicas de um arquivo permanente. A Portaria nº 81, de 16 de junho de 2008, alterou o nome desta Câmara Técnica de Conservação de Documentos para Câmara Técnica de Preservação de Documentos.

A CTCRH foi criada pela Portaria nº 19, de 30 de setembro de 1996. Tem por finalidade propor diretrizes e normas gerais para o desenvolvimento das atividades de capacitação de pessoal, no âmbito do SINAR; elaborar e/ou analisar planos de capacitação e/ou desenvolvimento de recursos humanos; além de incentivar a formação de pessoal técnico especializado, estimulando as universidades e outras instituições de ensino a criarem cursos.

A CTDAISM foi criada pela Portaria nº 90, de 27 de maio de 2010, com o objetivo de realizar estudos, propor normas e procedimentos no que se refere à terminologia, à organização, ao tratamento técnico, à guarda, à preservação, ao acesso e ao uso de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros, assim como orientar as instituições na elaboração de projetos que possam resultar em financiamentos para a organização, preservação e acesso de seus acervos, e para a constituição e/ou modernização de instituições voltadas para esse fim.

A CTNDA foi criada pela Portaria nº 56, de 10 de setembro de 2001, com o objetivo de elaborar normas nacionais de descrição em consonância com as normas internacionais. Para isso, além de procurar acompanhar as experiências de outros países, atua na divulgação de informações, no levantamento de dados e na promoção de debates, de modo a estimular a participação da comunidade arquivística.

A CTGD foi criada pela Portaria nº 112, de 06 de setembro de 2017. Tem por finalidade elaborar e apresentar ao CONARQ estudos, normas, diretrizes, instrumentos técnicos legais e estratégias para a implementação das atividades de gestão de documentos arquivísticos referentes à produção, registro, classificação, organização, controle da tramitação, uso, avaliação e destinação de documentos, com vistas a apoiar a implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e ao funcionamento do SINAR.

São as câmaras técnicas do CONARQ que desenvolvem estudos e análises sobre as iniciativas internacionais e sobre a literatura especializada a fim de subsidiar o desenvolvimento dos seus trabalhos. Visam criar estratégias e metas para padronizarem a produção, organização, uso, preservação e acesso dos documentos produzidos ao longo do desenvolvimento das funções administrativas de arquivos públicos e privados. Certamente, as ações se mostram necessárias ao longo do desenvolvimento dos planejamentos, metas e implementações, dentro deste conceito mais amplo.

Integram as câmaras setoriais: Câmara Setorial sobre Arquivos Médicos – CSAIS; Câmara Setorial sobre Arquivos Privados – CSAP; Câmara Setorial sobre Arquivos Municipais – CSAM; Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário – CSAJ; Câmara Setorial dos Arquivos Públicos dos Estados e do Distrito Federal – CSAEDF. Segue abaixo a descrição de cada uma delas:

A Câmara Setorial sobre Arquivos Médicos, criada pela Portaria nº 70, de 16 de dezembro de 2002, do CONARQ, teve seu nome alterado pela Portaria nº 93, de 18 de novembro de 2010, para Câmara Setorial de Arquivos de Instituições de Saúde, a qual tem por finalidade realizar estudos; propor diretrizes e normas no que se refere à organização, à guarda, à preservação, à destinação e ao acesso de documentos integrantes de arquivos de instituições de saúde.

A CSAP foi instituída pela Portaria nº 66, de 13 de novembro de 2002, do CONARQ, tem por finalidade estabelecer diretrizes e estratégias para a identificação de arquivos privados com vistas a sua declaração de interesse público e social e ao recenseamento desses conjuntos documentais, visando ao incremento e atualização do Censo Guia de Arquivos Brasileiros – Públicos e Privados; elaborar estudos sobre a importância desses acervos para a pesquisa em geral; propor linhas de financiamento para sua organização, preservação e acesso, bem como para a constituição e/ou modernização de instituições voltadas para a sua guarda.

As atividades da Câmara Setorial sobre Arquivos Privados tiveram início na reunião de 28 de maio de 2003, na qual foram discutidas alterações no texto da Resolução nº 12 do CONARQ, que dispunha sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas, devido à necessidade de adequá-lo ao Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2003. De tais discussões, resultou o texto da Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003, que dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

A Câmara Técnica de Arquivos Municipais – CSAM, criada em 17 de março de 2003 pela Portaria nº 73, com a finalidade de estudar estratégias adequadas à institucionalização de arquivos municipais, órgãos integrantes do SINAR, com vistas à implementação da política nacional de arquivos, conforme disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e no Decreto nº 4.073 de, 03 de janeiro de 2002. Em 2015, por meio das Portarias publicadas nos Boletins Internos do CONARQ nº 47 e nº 48, a CSAM foi reformulada com a designação de novos membros.

A Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário, criada pela Portaria nº 71, de 16 de janeiro de 2003, reformulada pela Portaria nº 84, de 04 de março de 2009, e novamente reformulada pela Portaria nº 103, de 29 de agosto de 2014, tem por finalidade identificar e discutir questões e demandas dos arquivos do Poder Judiciário; propor diretrizes no que se refere à gestão, preservação e acesso a documentos; prestar informações técnicas; promover o intercâmbio e a integração entre os arquivos do Poder Judiciário; estimular a capacitação técnica dos recursos humanos; promover encontros, seminários e congressos na área específica de sua competência; recomendar providências para a apuração e reparação de atos lesivos ao patrimônio cultural do Judiciário e desenvolver atividades censitárias referentes aos arquivos do Judiciário.

A Câmara Setorial dos Arquivos Públicos dos Estados e do Distrito Federal, criada pela Portaria nº 113, de 01 de novembro de 2017, tem por objetivo apoiar a formulação e execução de estratégias voltadas ao fortalecimento dos arquivos públicos estaduais, órgãos integrantes do SINAR, com vistas à implementação da política nacional de arquivos, conforme disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e no Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

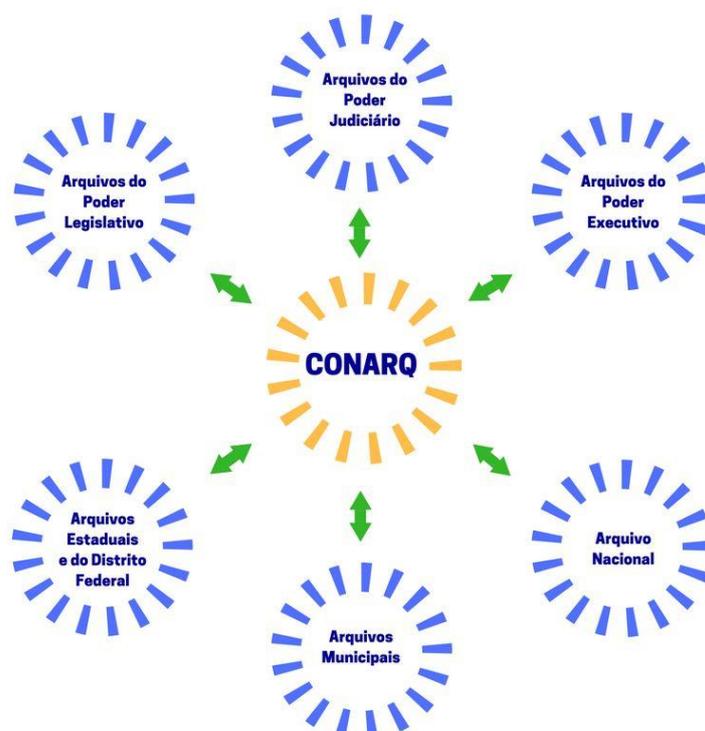


Figura 2 – Relação CONARQ e as Instituições Arquivísticas
Fonte: Site do Arquivo Nacional.

2.3 O SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS – SINAR

Podemos verificar que a implantação de sistema de arquivo começou a ganhar forma em 1961, com um primeiro projeto de SINAR, na gestão do então professor José Honório Rodrigues (1958-1964) no AN (RODRIGUES, 1959). Às vésperas do golpe de Estado, o então ministro da justiça Alfredo Nasser delegou ao então Diretor do AN a presidência de uma comissão com o objetivo de produzir estudos sobre a implementação de um SINAR, sendo formado, assim, o primeiro grupo de trabalho. No *site* do AN, podemos verificar que o SINAR tem por objetivo implementar a Política Nacional de Arquivos públicos e privados, em que visa à gestão de documentos, à preservação e acesso aos acervos arquivísticos em suas fases. Formado por um conjunto de serviços arquivísticos, em 1950, sob a liderança do AN, ele já era vislumbrado, mas só entre os anos de 1962 e 1994 que houve apresentações significantes. O SINAR foi instituído e consolidado por meio do Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978, mas não houve viabilidade, sendo somente implementado, na prática, em 1994. Em 2002, ele foi recriado, e esta concepção vigora até os dias de hoje. Assim, podemos ver o SINAR como um sistema que visa à gestão, a preservação e ao acesso de documentos de arquivos. Abaixo segue uma estrutura de sistema relacionando o CONARQ como órgão central e as instituições que o integram.

Integram o SINAR os seguintes órgãos: o AN; os arquivos do Poder Executivo Federal; os arquivos do Poder Legislativo Federal; os arquivos do Poder Judiciário Federal; os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo. Compete aos integrantes do SINAR promover a gestão, a preservação e o acesso às informações e aos documentos na sua esfera de competência, em conformidade com as diretrizes e normas emanadas do órgão central; disseminar, em sua área de atuação, as diretrizes e normas estabelecidas pelo órgão central, zelando pelo seu cumprimento; implementar a racionalização das atividades arquivísticas, de forma a garantir a integridade do ciclo documental; garantir a guarda e o acesso aos documentos de valor

permanente; apresentar sugestões ao CONARQ para o aprimoramento do SINAR; prestar informações sobre suas atividades ao CONARQ; apresentar subsídios ao CONARQ para a elaboração de dispositivos legais necessários ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados; promover a integração e a modernização dos arquivos em sua esfera de atuação; propor ao CONARQ os arquivos privados que possam ser considerados de interesse público e social; comunicar ao CONARQ, para as devidas providências, atos lesivos ao patrimônio arquivístico nacional; colaborar para a elaboração de cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como para o desenvolvimento de atividades censitárias referentes a arquivos; possibilitar a participação de especialistas nas câmaras técnicas, câmaras setoriais e comissões especiais constituídas pelo CONARQ; proporcionar aperfeiçoamento e reciclagem aos técnicos da área de arquivo, garantindo constante atualização.

2.4 O SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – SIGA

O SIGA é um sistema, de acordo art. 2º do Decreto 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que tem por finalidade: garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da Administração a gestão de documentos. É um sistema estruturador da Administração Pública Federal que organiza, regulamenta, coordena e monitora as atividades de gestão de documentos desenvolvidas nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de acordo art. 2º do Decreto 4.915, de 12 de dezembro de 2003 tem por finalidade: racionalizar e reduzir custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística pública, preservar o patrimônio documental do executivo federal e garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades públicos, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos produzidos pelo Governo Federal, garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da Administração o acesso à informação. Por meio de sua comissão, o SIGA é interligado a outros sistemas da Administração Pública Federal, como, por exemplo, o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP, instruído pelo Decreto nº 1.048, de 21 de janeiro de 1994, que tem a finalidade de organização do planejamento, coordenação, a operação e a supervisão dos recursos da Administração Pública Federal e o Sistema de Administração de Serviços Gerais (SISG), instituído pelo Decreto nº 75.657, de 24 de abril de 1975, com a finalidade de correlacionar as atividades protocolares. Sua relação com o SIGA foi instituído pelo Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, com finalidade de controle das comunicações referente às documentações.

No art. 4º, inciso IV (BRASIL 1994), podemos verificar esta relação: a) expedir normas para disciplinar a utilização, reaproveitamento padronização, reprodução, aquisição de papéis e formulários; b) expedição de normas para disciplinar a transmissão e recepção de mensagens. Podemos verificar a fase de interação do SIGA com as demais Instituições por meio do SISG. O SIGA possui uma comissão de coordenação instituída no Decreto nº 4.915, datado em 12 de dezembro de 2003, a reunião da instalação realizada em 28 de janeiro de 2004, neste Decreto, no art. 6º, explicita também suas competências que são: Assessorar o órgão central no cumprimento de suas atribuições; Propor políticas, diretrizes e normas relativas à gestão de documentos de arquivo a serem implantadas nos órgãos e entidades da administração pública federal; Propor aos órgãos integrantes do SIGA as alterações ou adaptações necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de documentos de arquivo; Avaliar os resultados da aplicação das normas e propor os ajustamentos que se fizerem necessários, visando à modernização e ao aprimoramento do SIGA. Nesse Decreto, no art. 7º, é declarada a organização da composição desta comissão que é constituída por um Presidente, órgão AN, coordenador, suplente de coordenação, Representante do Sistema de Administração do SISP, Representante do SISG, dois representantes da Advocacia-Geral da União – AGU, dois Representantes da Presidência da República – CC-PR, dois Representantes Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, dois Representantes Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, dois Representantes do Ministério da Cultura – MinC, dois representantes do Ministério da Defesa – MD, dois Representantes do Ministério dos Direitos Humanos, três Representantes do Ministério da Educação – MEC, dois representantes do Ministério da Fazenda – MF, Ministério da Integração Nacional – MI, Ministério da Justiça – MJ, dois representantes do Ministério da Saúde – MS, dois representantes do Ministério das Cidades – Midades, Ministério das Relações Exteriores – MRE, três representantes do Ministério de Minas e Energia – MME, dois representantes do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, dois representantes Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Ministério do Esporte – ME, dois Representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA, dois Representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, Ministério do Trabalho – MT, dois Representantes do Ministério do Trabalho – MTb dois Representantes do Ministério do Turismo – MTur e três Representantes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Podemos sintetizar esta comissão com a participação de 26 Ministérios com total de 51 representantes.

Esta comissão possui regimento interno. No Artigo 8º do Decreto foi instituído subcomissões dentro de cada Ministério, estas subcomissões são presididas sob designação dos respectivos Ministros do Estado. O SIGA possui uma Equipe de Apoio a Governança do SIGA, porém as informações não estão disponibilizadas no site para consulta.

Dentro da estrutura do SIGA a Gestão de Documentos são apresentadas toda legislação e regulamentação relacionada à gestão documental da Administração Pública Federal, como: a Constituição Brasileira, as Leis, as Medidas provisórias, os Decretos, as Resoluções do CONARQ e as Portarias onde se encontram dispositivos legais que embasam todo processo de tratamento da documentação dos acervos. Passamos para a seção dos Instrumentos de gestão aprovados, segundo o Decreto n. 4.073 em 3 de janeiro de 2002 no art. 18 disponibiliza informações sobre os Códigos de Classificação e as Tabelas de Temporalidade/Destinação de Documentos, relativos a atividades-fim, onde podemos destacar a determinação referente a criação da comissão permanente de avaliação de documentos.

Da eliminação de Documentos, podemos destacar a relevância em lembrar que as Instituições Arquivísticas só poderão eliminar documentos após avaliação e aprovação em submissão do AN e que este procedimento é amparado pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 no Artigo 9º onde o não cumprimento da Lei está sujeito a sanções penais e pecuniárias conforme legislação em vigor Artigo 314 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro), Artigo 72 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Para realização de eliminação é necessário à elaboração de listagens de eliminação de documentos, a comissão permanente de avaliação de documentos de cada órgão e/ou entidade do poder executivo federal deve utilizar o modelo constante da Resolução n. 40 de 09 de dezembro de 2014 do CONARQ, as Instituições podem contar com dois instrumentos para elaboração de suas listagens que são: as instruções para preenchimento das listagens de eliminação de documentos e o modelo de listagem de elaboração de documentos, edital e termo de eliminação.

A estrutura contempla a Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos, em determinação o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, em seu Art. 18, que todos os órgão e entidade da administração pública federal devem constituir suas respectivas comissões permanentes de avaliação de documento. Após a revogação pelo Decreto nº 7.845, 14 de novembro de 2012, do Decreto n.º 4.553, de 27 de dezembro de 2002 Art. 35, após a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, intitulado como LAI, todos os órgãos devem constituir suas respectivas comissões permanentes de avaliação de documentos sigilosos. Os órgãos da Administração devem submeter as informações sobre as tais comissões. Foi observado a

submissão pelos seguintes Ministérios: Casa Civil da Presidência da República – CC PR, Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI-PR, Advocacia Geral da União – AGU, Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, Cultura – MinC, Defesa MD, Educação MEC, Fazenda MF, Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, Integração Nacional – MI, Justiça – MJ, Saúde – MS, Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU, Cidades – MCIDADES, Relações Exteriores – MRE, Minas e Energia – MME, Desenvolvimento Social – MDS, Esportes – ME, Meio Ambiente – MMA, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, Trabalho MTb, Turismo – MTPA, Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM – PR, Secretaria dos Portos – SEP, Secretaria – Geral da Presidência da República – SGPR. A seção de Gestão de Documentos Digitais tem o objetivo de dar orientações aos órgãos integrantes do SIGA cabe à produção e a manutenção dos documentos digitais. Com o aumento na produção de documentos digitais, proporcionado pela informatização das atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, há novos desafios referentes à Gestão desta documentação, em que se destacam: identificação dos documentos arquivísticos no meio digital, gerenciamento dos documentos digitais em processo e a questão das especificidades próprias dos documentos digitais e a questão de sua vulnerabilidade no quesito da intervenção humana e a obsolescência tecnológica e a degradação de seu suporte. As Publicações Técnicas são instrumentos relevantes para o desenvolvimento de atividades referentes a gestão documental, podemos encontrar publicações sobre: Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades – Meio da Administração Pública, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, Norma Brasileira de Descrição Arquivística, Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo, Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivísticas de Documentos, Diretrizes do Produtos – A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes para indivíduos, Diretrizes do Preservador – A Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais: Diretrizes para Organizações, Cartilha Gestão de Mensagem de Correio Eletrônico e Gestão de Documentos.

3 ESTADO DA ARTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NO BRASIL

Acerca das Políticas Públicas Arquivísticas, buscou-se em dois artigos, um intitulado “Políticas Públicas Arquivísticas: princípios, atores e processos” (JARDIM, 2006), a concepção dessas políticas; e outro artigo originado da pesquisa realizada no ano 2007 com auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) observando o cenário arquivístico, de 1994 a 2006, intitulado como “Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)”, publicado no IX ENANCIB, em São Paulo, no ano de 2008 (JARDIM, 2008), ambos escritas pelo Prof. Dr. José Maria Jardim, nos quais o autor publicou vários artigos sobre Políticas Públicas Arquivísticas. Sua carreira foi pautada para conscientização da área arquivística sobre este tema, sempre engajado e atuante em debates, e seus artigos são citados em elaborações de diversos trabalhos sobre este tema. Esses dois artigos foram escolhidos para buscarmos entendimento sobre o que podemos considerar sobre o que são Políticas Públicas Arquivísticas.

3.1 PUBLICAÇÕES SOBRE A POLÍTICA ARQUIVÍSTICA

No artigo “Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)” (JARDIM, 2008), cujos objetivos principais foram: analisar causas e consequências da ausência de uma política nacional de arquivos, apesar da existência de mecanismos políticos, organizacionais e jurídicos instituídos para tal desde 1994, observação dos mecanismos inibidores à implantação do SINAR, a proposta de reflexões que subsidia a formulação da política nacional de arquivo e outras políticas públicas informacionais no Brasil e a contribuição para ampliação das reflexões teóricas sobre políticas públicas informacionais no campo da Ciência da Informação em função do favorecimento o ensino e a pesquisa sobre o tema. Podemos perceber que o autor é minucioso ao descrever o que constituem uma dimensão das políticas públicas informacionais, sobre a perspectiva das políticas públicas arquivísticas uma vez que a literatura sobre esse tema é escassa, discorrendo na introdução sobre a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e a criação do CONARQ com as suas finalidades e como órgão central do SINAR. Também podemos observar o objetivo do Decreto 1.173, de 29 de junho de 1994, que dispôs sobre a competência, organização e funcionamento do CONARQ relevante ao longo desses anos, porém é contundente no que tange à responsabilidade do órgão que não formulou uma política nacional de arquivos e

tampouco implementou o SINAR conforme previsto na Legislação vigente segundo o art. 10 do Decreto nº 4.073, de janeiro de 2002, que define formas de organização e atuação do CONARQ e do SINAR que não foram viabilizados e a política nacional de arquivos que também não foi implementada ao longo da estruturação do SINAR que também não houve. É considerado que as circunstâncias da indefinição comprometem o direito da sociedade à informação e a memória coletiva ainda dificultando a eficiência de funcionamento da máquina do Estado. Chegamos ao ponto-chave e central das indagações da pesquisa do Jardim, 2008, as principais foram: considerando-se que não existe uma política pública arquivística em todo território nacional, quais são os motivos? Foi planejado, enunciado e não executado? Não foi planejada? Foi anunciado, mas não planejado? Se existe uma política pública arquivística, como seria esta atuação? Ou como deveriam atuar os principais órgãos da Administração pública na esfera federal, estadual ou municipal em termos da execução da política? Quem são os atores do Estado e da sociedade civil envolvidos no planejamento, implementação e avaliação dessa política? Quem são os atores do Estado e da sociedade civil que são objetos da política arquivística? Quais são as consequências dessa política para a administração pública e para a sociedade? Quais as ações potencialmente relacionadas com a política arquivística e que não são objetos de decisão por parte da autoridade governamental? Quais os textos legais que constituem referentes para esta política? Além do aspecto legal, qual o alcance e repercussões políticas e técnico-científicas destes textos legais? Quais são os impactos esperados e dos resultados inesperados? Quais são os conceitos que norteiam a formulação, execução, e avaliação das políticas públicas arquivísticas? Como a política arquivística expressa à transversalidade em relação às outras políticas públicas no campo da informação e dos outros setores do Estado? Depois de explicitadas as principais indagações norteadoras, começa-se a discorrer sobre questões de ordem teórica das políticas informacionais, explicitando que a Política Nacional de Arquivos brasileira é um tema que precisa ser aprofundado no âmbito da Ciência da Informação, estreitando os laços e contribuindo para outras ciências, como exemplo, as áreas da Arquivologia, Administração, Direito, História, Sociologia, Informática e Ciências Políticas.

Uma síntese do resultado da pesquisa do Prof Jardim que culminou no interesse em escrever a pesquisa atual, estes resultados se basearam na identificação e análise das organizações, instrumentos legais e processos políticos-decisórios, além de diversos atores, do Estado e da Sociedade Civil, que configuram o cenário no qual deveria ser formulada, executada e avaliada a política nacional de arquivos entre o período de 1994 – 2006.

Ao longo de 12 anos, o Plenário do CONARQ se reuniu 40 vezes, caracterizado pela estabilidade, diversidade de conselheiros e temas. No entanto, nessas reuniões, jamais contemplaram, conforme análise preliminar das Atas o tema política nacional de arquivos. O quadro 1 apresenta o resultado de pesquisa quanto à frequência das instituições.

Quadro 1 – Análise de Resultado da Pesquisa anterior: Frequência Representantes das Instituições CONARQ (1994-2006)

Órgãos	Participações	%
Arquivo Nacional	44	14%
Câmara de Deputados	44	14%
Senado Federal	43	13%
CPDOC – FGV	36	11%
ANPUH	33	10%
STF	29	9%
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	26	8%
Arquivo Público do Estado do RJ	24	7%
Arquivo Público do Pará	23	7%
Associação dos Arquivistas Brasileiros	21	7%

Fonte: Atas do CONARQ – Apresentado na Pesquisa no ENANCIB/2008.

No quadro acima, podemos verificar alguns atores do CONARQ representantes de diversos segmentos, frequentes nas reuniões representantes do Estado (72%), Poder Federal (58%). Nesta estatística, incluem-se o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Um aspecto muito frequente é a confusão que se acerca entre a política arquivística e a legislação arquivística; podemos explicitar que a legislação arquivística fornece elementos normatizadores às políticas arquivísticas.

Buscou-se também em outro artigo de Jardim, intitulado “Políticas Públicas Arquivísticas: princípios, atores e processos” (JARDIM, 2006), a concepção do que podemos considerar a temática que norteia este trabalho acerca do que são as Políticas Públicas Arquivísticas. O autor cita que elas são:

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2006, p. 10)

A questão das Políticas continua presa as não decisões governamentais no que diz respeito à gestão arquivística do Estado.

De acordo com seu artigo publicado em 2013, ele considerou que, nos últimos anos, a produção teórica e discussões sobre as Políticas Públicas Arquivísticas vêm tomando proporções, fazendo com que o tema seja discutido no âmbito acadêmico, em eventos, congressos e entre outros meios.

Falamos sobre a necessidade de Políticas Públicas Arquivísticas, procuramos ensinar a respeito, mas encontramos este tema pouco aprofundado na literatura arquivística. Ou então tendemos a reconhecê-lo associado a um conjunto de prescrições que colidem diretamente com a dinâmica do mundo político. Nessas circunstâncias a política arquivística tende a ser uma retórica do que a realidade que se plasma a partir de princípios, ações e atores concretos. (JARDIM, 2013)

O autor é contundente na citação que nos remete à reflexão quanto a debates que se fazem em torno da ausência e da não implementação no que tange à política pública arquivística brasileira. Nesse mesmo pensamento, Jardim (2006), em seu artigo, menciona que, para construção de Políticas Públicas Arquivísticas, são necessários conhecimentos profundos no tocante a aspectos políticos gerenciais e técnico-científicos por parte de seus formuladores. Ainda, o autor considera que para construí-las, é importante haver discussões e debates referentes ao tema, pois as políticas dispõem de mecanismos para acompanhamento da criação do documento até sua destinação final, com isto, melhorando a eficiência, a eficácia e o acesso à informação com o mínimo de recursos de mão de obra e custos financeiros.

Segundo Jardim (2011), políticas públicas de informação são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. Podem estar “difusas” no âmbito de outras políticas públicas, mas não implícitas. O Estado democrático é, por princípio, incompatível com políticas públicas de saúde, educação, habitação ou informação, que não sejam explícitas.

Nas Políticas Públicas Arquivísticas, estão estabelecidas as responsabilidades, os deveres, a distribuição hierárquica dos serviços, as competências de cada parte, os prazos

fixados, a formação das diversas comissões da instituição, os propósitos claros e objetivos da organização, entre outros. São por meio e, também, pela Política Pública Arquivística que o arquivista pode fazer à alta hierarquia as reivindicações que couberem com relação ao desenvolvimento e melhoria contínua. É na Política Pública Arquivística também que os objetivos, funções, missão e visão da Instituição devem estar alinhadas, mesmo que de maneira ainda preliminar e geral, aos objetivos, missão, função e visão da organização.

As Políticas Públicas Arquivísticas existem para dar respostas a problemas políticos no universo arquivístico, norteiam uma direção, um caminho a ser seguido e constituem balizamento ao comportamento dos atores envolvidos no serviço, exigindo dos personagens um conhecimento teórico, reflexão, muito debate; e, na medida do possível, a gestão de qualidade está vinculada ao alinhamento e definições estratégicos que estão ligados às diretrizes expostas na política, contudo nelas também existem lacunas nas questões teóricas e metodológicas em muitos aspectos, embora se perceba, por meio das criações de Leis como a LAI, que o papel do Arquivista foi ampliado, sendo ele agora é interlocutor, por meio das múltiplas funções que desempenha dentro da Instituição, sendo ela pública ou privada, na prestação dos serviços arquivísticos, principalmente quando o Arquivista assume altos cargos ou patentes. Logicamente, quanto mais alto o cargo, mais alta a responsabilidade e exigência que recaem sobre os serviços e sobre a formação profissional, que deve estar sempre se atualizando e se aprimorando. Ainda, no caso do arquivista, não há a gestão somente dos documentos, mas de toda a estrutura e situação propícia, ou não, para o pleno funcionamento da Instituição Arquivística. Por intermédio da proatividade do Arquivista, muitas melhorias, inovações, mudanças, alterações e reivindicações podem ser alcançadas. A realidade é diferente da teoria, e é nesse intervalo entre teoria e realidade que o arquivista atua e deve atuar sempre de maneira a prestar serviços de maior qualidade, eficácia e eficiência.

3.2 I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS

As Conferências Nacionais são espaços democráticos utilizados pelo governo, assim como diversificados setores da sociedade brasileira. Em Brasília, no mês de janeiro do ano de 2011, houve um acontecimento inédito e importante na área arquivística que foi a I Conferência Nacional de Arquivos (CNDARQ). Esta Conferência foi em resposta à mobilização social empreendida pelos atores arquivísticos contra a transferência do Arquivos Nacional para o Ministério da Justiça; contou com a participação de 120 profissionais da área e mais professores universitários dos cursos de arquivologia, servidores das universidades,

servidores de órgãos públicos dos três poderes e das três esferas de governo, representantes de associações profissionais de arquivistas e de outras associações, como historiadores, antropólogos, sociedades científicas, com os objetivos de discutir, propor e deliberar sobre as diretrizes para uma política nacional de arquivos.

As moções aprovadas pela Plenária foram (BRASIL, 2012, p. 47-49):

1. Sugere que seja incluída no relatório final da Conferência Nacional de Arquivos a seguinte definição sobre política nacional de arquivos:
Ficou definido que: a política nacional de arquivos, a ser definida pelo CONARQ, será o conjunto de premissas, decisões e ações produzidas, implementadas e avaliadas em benefício do Estado e da Sociedade com os objetivos de favorecer a gestão de arquivos, a democratização do acesso a informação, assim como o fortalecimento dos arquivos públicos e privados do Brasil.
2. Foi recomendando que o Poder Público nas diferentes esferas de atuação inclua nos Planos Plurianuais (PPA), objetivos e metas específicas para a promoção de políticas públicas arquivísticas referentes à gestão de documentos, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo.
3. Foi recomendado que o AN analisasse, até agosto 2012, as possibilidades de intercâmbio entre os arquivos pan-amazônicos (formado por arquivos do Brasil, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Peru, Guianas e Equador) a fim de viabilizar o acesso aos acervos, por meio de normas nacionais e internacionais de descrição arquivística.
4. Foi recomendado que o CONARQ elaborasse e apresentasse um dispositivo legal que assegure o concurso público para cargo de arquivistas nas instituições públicas.
5. Foi apoiada a realização de concursos periódicos para renovação continuada dos quadros funcionais do AN, arquivos estaduais e municipais.
6. Foi apoiada a criação do Conselho Federal de Arquivologia.
7. Foi apoiada a iniciativa da revisão da LAI no que se refere a autorizar a digitalização de acervos públicos e sua difusão.
8. Foi recomendado que o Comitê Gestor do Governo Aberto considerasse a gestão de documentos como condição necessária ao acesso às informações públicas.
9. Foi apoiada a promoção de treinamentos e capacitação em gestão documental para todos os servidores nos órgãos da administração pública de modo a viabilizar as políticas arquivísticas.
10. Foi apoiada a necessidade da participação dos arquivos públicos estaduais e do AN, na Conferência sobre transparência, patrocinada pela Controladoria Geral da União.
11. Foi indicada a inclusão do cargo de arquivista nos planos de cargos e salários dos órgãos da administração pública federal dos três poderes.
12. Foi recomendado que o CONARQ atuasse no Congresso Nacional para análise e aprovação dos projetos de lei sobre documentos digitais ou digitalizados e no Instituto de Tecnologia da Informação, visando adotar os princípios arquivísticos.
13. Foi recomendado que o comitê de elaboração do projeto da II CNARQ tenha apresentação regional igualitária e conte com dotação orçamentária.
14. Foi recomendado que o CONARQ definisse e divulgasse amplamente metodologias de gestão documental para as instituições de natureza notarial, visando garantir o acesso aos acervos destas instituições.
15. Foi demandado que o projeto da II CNARQ preveja etapas prévias estaduais e regionais, com cronograma que permita a ampla divulgação do evento e o

- aprofundamento das discussões, com aportes de recursos da União para custeio, incluindo transporte e hospedagem para os participantes.
16. Foi recomendada ao Ministério da Justiça uma ampla campanha nas três esferas de governo, esclarecendo a nova Lei de Acesso à Informação e seus impactos na administração, ressaltando igualmente o investimento estrutural (físico e pessoal) necessário aos arquivos públicos e serviços arquivísticos para o cumprimento da lei.
 17. Foi proposto que fossem envidados esforços para criação de uma associação científica de Arquivologia, em discussão na REPARQ – Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia.
 18. Foi recomendada a criação de arquivos públicos em todos os municípios do Brasil e em estados onde não houver esses arquivos.
 19. Foi demandado a implementação, em curto prazo, de critérios democráticos para a escolha do cargo de Diretor-Geral do AN e para o processo de gestão, tais como mandato com tempo definidos, limite de uma recondução ao cargo, chamada pública dos interessados a ocupantes do cargo, eleição interna no sistema de lista tríplice, e criação do colegiado interno de natureza consultiva e deliberativa, com a participação de representantes servidores. Sugere-se ainda que esses critérios sirvam de modelos para as demais instituições arquivísticas públicas.
 20. Foi demandado que o projeto do II CNARQ preveja somente delegados eleitos pelos seus pares em suas regiões.
 21. Foi apoiada a constituição de um grupo de trabalho pelo Ministério da Justiça com o objetivo de viabilizar a efetiva aplicação das diretrizes e ações propostas no relatório final da I CNARQ.
 22. Em função da Recomendação nº 37 do Conselho Nacional de Justiça, e considerando a necessidade de uma administração adequada de conjuntos documentais, que são fundamentais para sociedade, para a história e para a consolidação da cidadania no Brasil, recomenda uma análise qualificada dos acervos documentais, considerando-se como critério principal e seu valor enquanto patrimônio cultural, e não em função do volume do acervo e dos custos de sua manutenção.
 23. Foi apoiada a realização dos concursos periódicos para a renovação continuada dos quadros funcionais das instituições arquivísticas públicas e dos arquivos dos órgãos e entidades da administração pública nas esferas federal, estadual e municipal, contemplando a formação de equipes multidisciplinares.
 24. Foi apoiada a aprovação do projeto de lei que institui o plano de carreiras para os servidores do AN, que sirva de modelo para as demais instituições arquivísticas públicas.
 25. Foi demandado que o regimento da II CNARQ estabeleça que a plenária seja soberana para decidir a metodologia dos trabalhos da Conferência. (BRASIL, 2012, p. 47-49):

Seguindo as diretrizes e modelos de outras Conferências Nacionais, as discussões da I CNARQ foram organizadas a partir de seis eixos temáticos: 1) regime jurídico dos arquivos no Brasil e a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; 2) a administração pública e a gestão dos arquivos; 3) políticas públicas arquivísticas; 4) acesso aos arquivos, informação e cidadania; 5) arquivos privados; e 6) educação, pesquisa e recursos humanos para o campo arquivístico (BRASIL, 2012, p. 10). Houve um tema central de tomada de decisão desse encontro que era a desvinculação do CONARQ do AN. Foi aprovada de forma consensual uma proposta nova

estrutura do CONARQ com funções mais transparentes de formulação, acompanhamento e avaliação da política nacional de arquivos, com uma composição mais ampla e representativa dos diversos segmentos da área. Contando com a presidência eleita, com mandato definido, além de uma estrutura com recursos para desempenhar de forma plena suas funções.

Sem perda da importância dos demais eixos, foi destacado os eixos 1, sobre “O regime jurídico dos arquivos no Brasil”, o 3, sobre “Políticas públicas arquivísticas”, e o 4, sobre “Acesso aos arquivos, informação e cidadania”, como os mais centrais e polêmicos no temário da conferência.

Em conclusão referente à I Conferência, foram, no total, 25 moções nas quais podemos destacar a necessidade de uma revisão da Lei 8.159, que completou 26 anos, incluindo o CONARQ. A aprovação de um conjunto de propostas que sinalizam a necessidade de as instituições e dos profissionais da área participarem mais intensamente do processo de regulamentação e implementação da LAI, sancionada pela presidente Dilma em 2012. Todavia, apesar de ser considerado um pequeno avanço na construção da política de Estado para os arquivos pelo fato de ter sido incluído o tema política nacional de arquivos na agenda governamental, não houve, além da revisão da Lei nº 8.159/1991, outra proposta oriunda da I CNARQ que tenha sido efetivamente implementada pelo Governo; e conclui-se que nenhuma das moções propostas na I CNARQ influenciaria nas decisões do governo pelos motivos da inexistência de um contexto político favorável à formulação da política, baixa organização, mobilização e envolvimento dos atores arquivísticos com as questões políticas e a pequena participação da sociedade civil na conferência, pela falta de conscientização da relevância.

3.3 O MEIO ACADÊMICO EM CONTRIBUIÇÃO COM A POLÍTICA ARQUIVÍSTICA

Neste subitem, iremos fazer uma análise referente à produção científica relativa ao tema de políticas públicas arquivísticas. Infelizmente, não foi possível analisar a produção de todas as instituições com pós-graduação na área de arquivologia e ciência da Informação, mas iremos traçar um quadro a partir da produção das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ). Inicialmente, faremos uma contextualização das Instituições de Graduação e Pós-Graduação em Arquivologia no Brasil, em seguida, iremos apresentar os quadros com a análise de dissertações do PPGARQ.

Os primeiros profissionais com formação arquivísticas no Brasil eram do curso de formação realizado pelo AN. Os surgimentos dos cursos assinalam o marco histórico como os

anos de 1970, dado a promulgação da Lei nº 6.546/1978, de reconhecimento da profissão. O ano de 1922 foi um referencial da criação dos cursos de formação no Brasil: o AN, sob a direção de Alcides Bezerra, oferecia um curso técnico de formação para profissionalização dos candidatos, no qual houve o cumprimento no disposto do Decreto nº 15.596 arts. 55 e 56, de 02 de agosto, em que regulamenta a criação do Museu Histórico Nacional. Com duração de dois anos, o curso oferecia várias disciplinas, porém nunca funcionou. Houve na direção de Alcides ao longo de 20 anos outras tentativas, porém sem êxito quanto à formação dos profissionais. O artigo “Arquivo Nacional: os 180 anos”, de Claudia Beatriz Heynemann (2018), classifica a administração do historiador José Honório Rodrigues (1958-1963) como sendo notória, que buscou dotar o órgão de uma personalidade propriamente arquivística, propondo uma política nacional de arquivos, insistindo no recolhimento da “documentação federal” entre outras providências que recusaram a visão tradicional do arquivo como “velho guardião da memória”.

Podemos destacar o primeiro curso de arquivos, no qual foram abordadas referências europeias com enfoque nos arquivos históricos e norte-americanos que priorizavam a gestão documental além de procedimentos técnicos para tratamento dos documentos especiais. Ainda na administração de Honório, houve o acontecimento do segundo curso, em que participaram professores convidados da França e Estados Unidos, no qual foi iniciada uma aproximação com as instituições desses países e com intercâmbio de experiências.

Podemos colocar como exemplo de impacto favorável a área arquivística em meados do final dos anos 1970. A origem da Graduação de Arquivologia da UNIRIO foi oriunda do Curso Permanente de Arquivos (CPA) do AN, em que já funcionava em regularidade com objetivo de formar o pessoal para trabalhar na Instituição.

Com o aumento dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, a graduação em Arquivologia é oferecida atualmente em 16 universidades, todas públicas, estando presente em 11 estados, além do Distrito Federal, conforme demonstrado na figura 3 e no quadro 2 a seguir.

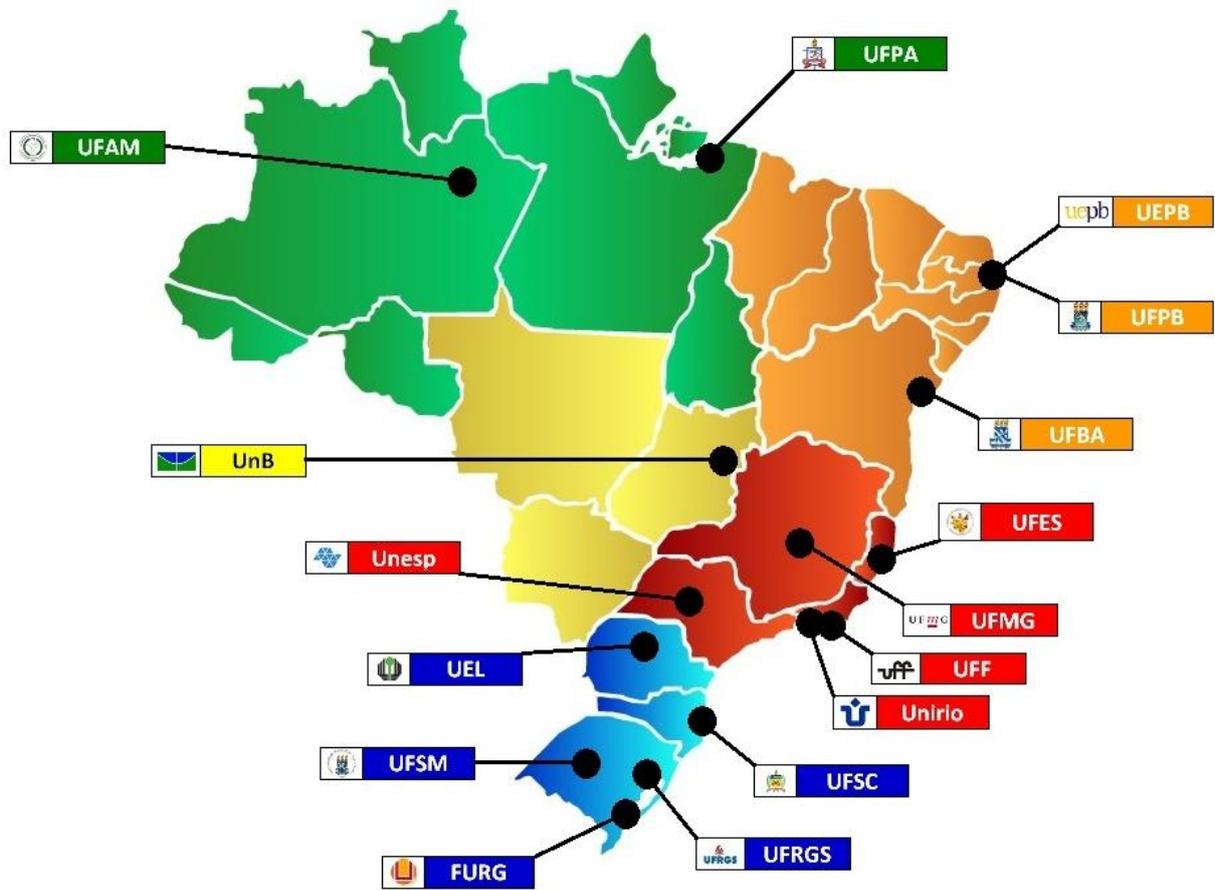


Figura 3 – Cursos de Graduação em Arquivologia oferecidos nas universidades públicas brasileiras

Fonte: Site da AAERJ – Associação Arquivística do Estado do Rio de Janeiro.

Quadro 2 – Universidades Brasileiras com Graduação em Arquivologia

Data de Instituição	Ato de Criação e Reconhecimento:	Universidade (nome e sigla)	Vinculação dentro da Instituição	Turno	Município / Estado
04.07.1978 06.11.1978	Lei n.º 6.546 Decreto n. 82.590	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Centro de Ciências Humanas Sociais. EA	Diurno	Santa Maria, RJ
20.07.1978	Resolução n.73/78 Conselho de extensão e pesquisa	Universidade Federal Fluminense – UFF	Instituto de Arte e Comunicação Social. CEG	Integral	Niterói, RJ
02.03.1977	Decreto no 79.329.	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO	Centro de Ciências Humanas Sociais – CCH	Noturno	Rio de Janeiro, RJ
12/1977	Resolução nº 81	Universidade de Brasília, UNB	Faculdade de Ciência da Informação	Noturno	Brasília, DF
11.04.1997	Parecer n. 075/97 Câmara de extensão de Graduação Portaria nº 1864	Universidade Federal da Bahia – UFBA	Instituto de Ciência da Informação	Diurno/Noturno	Salvador, Bahia
26.02.1998	Resolução CEPE/CA nº 112, DE 08.10.97	Universidade Estadual de Londrina – UEL	Centro de Educação, Comunicação e Arte	Noturno	Londrina, PR
07/1999	Parecer do Conselho de extensão e Pesquisa	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	Noturno	Vitoria, ES
30/07/1999	Decisão nº 112/99 Decisão do Conselho UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.	Não mencionado	Porto Alegre, RS
2003	Resolução UNESP n. 26/2003	Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília	Faculdade de Filosofia e Ciências	Diurno	Marília, SP
2008	Deliberação 014/2008.	Universidade Federal do Rio Grande – FURG	Instituto de Ciências Humanas e da Informação.	Não mencionado	Carreiro, RS
2008	Parecer da Câmara de Graduação n.304/2008	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Escola de Ciência da Informação	Noturno	Belo Horizonte, MG
26/08/2009	Resolução n.021/CEG/2009	Universidade Federal Santa Catarina – UFSC	Departamento da Ciência da Informação	Diurno/Noturno	Florianópolis, SC
15.06.2008	Resolução nº 41/ 2008	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Noturno	João Pessoa, PB
2007	Resolução nº 079/2007 Conselho Universitário UFAM.	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Noturno	Manaus, AM
06.09.2011	RESOLUÇÃO N. 4.170-A	Universidade Federal do Pará – UFPA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Não mencionado	Belém, Pará
29.03.2006	Resolução UEPB/CONSUNI/011/2006	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	Centro de Ciências Biológicas e sociais Aplicadas;	Diurno/Noturno	João Pessoa, PB.

Fonte: Site das Universidades Públicas citadas no quadro.

Observações referentes ao quadro:

- ✓ década de 1970 – criação de quatro cursos de arquivologia neste período;
- ✓ década de 1980 – nenhuma criação neste período;
- ✓ década de 1990 – criação de quatro cursos de arquivologia neste período;
- ✓ década de 2000 – criação de sete cursos de arquivologia neste período;
- ✓ década de 2010 – criação de um curso de arquivologia neste período.

Não há um padrão ou diretriz de vinculação do Curso de Arquivologia dentro das Instituições, ficando a cargo de Regimento interno das Universidades o alocamento do Curso.

Atualmente, existem 16 cursos de Arquivologia no Brasil. Considerando os três primeiros iniciados na década de 1970, (UNIRIO, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal Fluminense), isso significa um aumento de cerca de 450% em três décadas. Esse é um dos elementos que indica uma relevante mudança no cenário arquivístico brasileiro, o que torna importante recuperar a história do curso de Arquivologia da UNIRIO, enquanto marco de institucionalização do ensino da área no país. Os Cursos de Graduação para formação de profissionais atuam como agentes de consolidação da arquivística e das políticas públicas arquivísticas.

Em 1977, por meio do Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977, o Curso Permanente de Arquivos foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atualmente UNIRIO, sendo o primeiro curso superior de Arquivologia a ser reconhecido em âmbito federal e o único curso que não nasceu dentro do âmbito universitário. Conforme termo de convênio assinado entre o AN e a FEFIERJ, em 21 de julho de 1977, esta última deveria congrega ao centro de Ciências Humanas o Curso Permanente de Arquivo (CPA), com a denominação de Curso de Arquivologia, ficando este completamente subordinado à legislação do ensino superior. O AN, por sua vez, deveria assegurar a permanência do curso de Arquivologia em suas dependências até que a FEFIERJ dispusesse de instalações adequadas para ministrar o referido curso. Os estágios profissionalizantes poderiam ser realizados no próprio AN ou em outras instituições. O AN deveria ainda assessorar o curso de Arquivologia no ensino das matérias técnicas da área e das “ciências auxiliares da História”.

Assim como a UNIRIO foi a pioneira em relação à inauguração de Escolas de Graduação em Arquivologia no país, ela foi pioneira na implantação do PPGARQ. O Mestrado Profissional tem em sua área de concentração a abordagem em Gestão de Arquivos

na Arquivologia Contemporânea divididas em duas linhas de pesquisas: os Arquivos, Arquivologia e Sociedade, na qual contempla a identificação os arquivos e a arquivologia como processos e produtos histórico-sociais, buscando analisar nas suas dimensões contemporâneas; e a outra linha de pesquisa é a Gestão da Informação Arquivística, em que são realizadas as investigações de operações, procedimentos e sujeitos envolvidos nos processos arquivísticos, considerando a diversidade de contextos organizacionais na produção e uso dos arquivos.

A produção científica com a temática da Arquivologia está presente em eventos próprios da área como: Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ; Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia – ENEARQ; Congresso Arquivologia do MERCOSUL; Congresso Nacional de Arquivologia – CNA. Ademais, nos eventos de áreas afins, de caráter interdisciplinar, podemos destacar o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PPGARQ

Nesse subitem, faremos a análise da produção das dissertações de mestrado apresentadas no PPGARQ no período de 2012 a 2017. Para essa análise, usamos as palavras-chave apresentadas nos resumos dos autores, para saber se as dissertações tratavam do tema de políticas Públicas Arquivísticas ou não.

Seguem os quadros 3, 4 e 5 com os dados retirados para análise:

Quadro 3 – Inscrições PPGARQ

Períodos	Quantidades de Inscritos
2012	40
2013	44
2014	17
2015	13
2016	10
2017	10

Fonte: Site PPGARQ Processo Seletivo – UNIRIO.

Quadro 4 – Dissertações PPGARQ

Períodos	Quantidade de Dissertações
2012	10
2013	10
2014	07
2015.1	08
2015.2	13

Fonte: Site PPGARQ TCCs – UNIRIO.

Quadro 5 – Dissertações PPGARQ

Palavras Chaves – Abordagem	Quantidade
Políticas Públicas Arquivísticas	03
Políticas Arquivísticas	01
Políticas de Arquivos	01
Política Nacional de Arquivos	01
Gestão de Documentos	19
Lei de Acesso à Informação	05
Programa de Gestão de Documentos	02
Sistemas de Arquivos	01
Sistemas de Informação à Adm Pub Federal	01

Fonte: Site PPGARQ TCCs – UNIRIO

Nas dissertações produzidas pelo PPGARQ, foi possível constatar que das 48 dissertações defendidas entre 2015 e 2017, somente 3 dissertações contemplam o tema abordado de Políticas Públicas Arquivísticas, porém, podemos destacar mais 3 dissertações que abordaram com as temáticas: Políticas de Arquivos, Política Nacional de Arquivos e Políticas Arquivísticas, mesmo que outras abordem temas que circundam a temática aqui em análise, como é o caso das dissertações que abordam temas como a gestão de documentos e a LAI.

Em um universo de 48 dissertações, encontrarmos apenas 6 que tratam efetivamente de políticas públicas arquivísticas. É um dado preocupante, visto que sinaliza que esse é um problema com pouca repercussão e ainda não esgotado, tendo muito a ser desenvolvido e pensado.

4 UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – SIGA

Para respondermos à pergunta que instigou e guiou o desenvolvimento deste trabalho, ou seja, se existe ou não políticas públicas arquivísticas no Brasil, temos que analisar a aplicação e implementação dessa política. Sabendo que o CONARQ é o órgão responsável por pensar e criar a política, e não responsável por implementá-la, iremos tratar de analisar o trabalho desenvolvido pelo AN, entidade responsável pela implementação no poder executivo federal.

Essa análise foi feita pelos trabalhos desenvolvidos pela Coordenação Geral de Gestão de Documentos (COGED) dentro do SIGA. A análise será quantitativa e qualitativa, que permitirá traçar um quadro que demonstre se efetivamente podemos considerar a existência de políticas públicas arquivísticas.

Analisaremos, no quadro 6, as Listagens de Eliminação de documentos submetidas e aprovadas pela COGED e os cursos e seminários instruídos por seus servidores.

4.1 ANÁLISES DOS DADOS REFERENTE À SUBMISSÃO DAS LISTAGENS DE ELIMINAÇÃO AO COGED

Quadro 6 – Eliminação de Documentos (2008-2017)

Ano	Número de Ministérios	Quantidades de Editais
2007	05	07
2008	08	13
2009	09	12
2010	11	22
2011	13	23
2012	13	23
2013	09	31
2014	10	41
2015	11	49
2016	14	84
2017	11	64

Fonte: Site do Arquivo Nacional.

No cenário apresentado no quadro acima, podemos constatar que somente 50% submeteram as Listagens para aprovação de eliminação, em que os 26 Ministérios atuam na Comissão de Coordenação do SIGA, isto é um dado preocupante, mas também destacamos o aumento progressivo na quantidade de editais das listagens ao AN para análise e autorização de eliminação de documentos.

4.2 ANÁLISES DOS CURSOS E SEMINÁRIOS

O quadro 7 a seguir apresenta as datas de realização de cursos e seminários do SIGA.

Quadro 7 – Seminários do SIGA

Data de Realização	Seminário
12 a 14 de setembro de 2006.	I Encontro Técnico dos Integrantes do SIGA 2006
02 a 05 de junho de 2008.	II Encontro Técnico dos Integrantes do SIGA 2008
22 a 24 de junho de 2010.	III Encontro Técnico dos Integrantes do SIGA 2010
25 a 28 de junho de 2012.	IV Encontro Técnico dos Integrantes do SIGA 2012
18 a 21 de agosto de 2014.	V Encontro Técnico dos Integrantes do SIGA 2014
06 a 07 de junho de 2018.	VI Seminário do SIGA

Fonte: Site do Arquivo Nacional.

Podemos ver na estrutura do SIGA organizações de eventos como:

- Cursos de capacitação: porém as publicações que constam são de cursos realizados no ano de 2017, nas quais estão publicados somente 12 no período de 02/2017 a 06/2017;
- Reunião da comissão da coordenação e seminários: possui duas datas na agenda no ano de 2018;
- Seminários do SIGA: houve o acontecimento do VI Seminário do SIGA no dia 12 de junho de 2018, no qual foram enfatizados os resultados do Primeiro Diagnóstico do SIGA e a recém-criada Escala de Avaliação: níveis de Gestão de Documentos dos órgãos integrantes.

Uma observação é que, entre o V e o VI Seminário, houve uma lacuna de tempo de 46 meses.

Convém ressaltar que o resultado da análise apresentado neste parágrafo de fato está comprovado. Ao realizar uma busca na seção do SIGA, podemos constatar no sítio dos cursos encontramos uma defasagem de realização dos cursos de 12 meses. A pergunta é: houve a realização dos cursos e não foram divulgados no sítio? Se não houve, qual o motivo? Verificou-se também uma lacuna entre as realizações dos seminários referentes ao SIGA, o que representa que isto não é pautado anualmente na agenda da Instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve mudanças na evolução do Arquivo Nacional, de uma instituição essencialmente histórica como Arquivo Público do Império no século XIX, com repercussões no início do século XX, de influência francesa e européia; passou a ser uma instituição estratégica no final do século XX e no início do século XXI, voltada à gestão de documentos e ao acesso à informação. Assim, a instituição arquivística que é referência nacional, junto ao CONARQ, suas Câmaras Técnicas e Setoriais, passou a ser o órgão responsável pelas políticas públicas arquivísticas no Brasil.

A discussão do campo arquivístico pela perspectiva das Políticas Públicas Arquivísticas é demasiadamente complexo, visto que, para concretização dessa política, às vezes mal interpretada apenas como um conjunto de normas e procedimentos relacionados com as atividades da gestão de documentos sabe que há uma estrutura existente responsável pela regulação desta política, porém foi constatado, por meio das análises, não ser suficiente para dar conta da aplicabilidade. Neste trabalho não houve intenção de uma análise crítica e muito menos apontamento de erros, e, sim, explicitação dos dados coletados.

A questão que permeia a submissão das Listagens de Eliminação de documentos a Coordenação de Gestão de Documentos – COGED do AN foi observada, contudo, dos 26 ministérios públicos federais que atuam no SIGA, apenas 53,9% submetem as listagens de eliminação para a COGED, do AN, todavia observamos um aumento anual de envio destas listagens para submissão ao AN. Além disto, percebemos que desde a criação do SIGA no início dos anos 2000, entre 2006 e 2014, aconteceram alguns cursos e seminários de treinamento para os servidores da Administração Pública Federal em Gestão de Documentos.

No decorrer desta pesquisa, pudemos constatar que, no que se refere às análises das 48 publicações de Dissertações do PPGARQ, apenas 6 abordaram trabalhos sobre o tema da discussão, ou seja, o equivalente a 12,5% das dissertações defendidas. Foi observado que o tema Políticas Públicas Arquivísticas é ainda pouco abordado no âmbito acadêmico. Contudo, o fato da ampliação do número de Escolas de Arquivologia no Brasil a partir dos anos 1990, e da criação do primeiro Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ da área na América Latina em 2012, já são considerados fatores que se constituem num grande avanço e vislumbram novos rumos para a Arquivologia nacional, entretanto ainda carece de reflexão teórica e metodológica. Houve um deslocamento do protagonismo das reflexões sobre Políticas Públicas Arquivísticas, dos Arquivos Públicos para o ambiente acadêmico.

Os principais resultados da análise desta pesquisa mostram que a ausência total ou parcial desta Política Pública Arquivística no Brasil demonstra as dificuldades da aplicabilidade da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Lei de Arquivos, contudo podemos destacar um discreto avanço no que se refere às discussões em torno de um tema tão complexo.

Fizemos menção ao acontecimento histórico na área arquivística, que foi o I CNARQ, que apresentou 25 moções, porém apenas uma moção que altera a Lei 8.159, Lei de Arquivos, tramita a passos lentos no congresso. Podemos ressaltar, todavia, que apesar de modesto resultado, o simples fato de ter entrado na agenda e pauta do governo foi um avanço em direção à formulação de uma política.

Finalmente, com as análises realizadas, pudemos constatar que existem normativas e algumas ações arquivísticas dos órgãos do executivo federal por meio do SIGA, não se configurando Políticas Públicas Arquivísticas no Brasil de forma ampla e consolidada. Contudo, há uma percepção que temos um avanço, mesmo que discreto rumo à formulação dessas políticas, mas não no que se refere à sua efetiva aplicabilidade.

Pretendemos em pesquisas futuras utilizarmos como parte de uma metodologia uma análise das Resoluções das Câmaras Técnicas e setoriais do CONARQ, para acompanhamento dos planos, recomendações e as ações de políticas arquivísticas a partir desta perspectiva. Espera-se que esta pesquisa realizada no âmbito da graduação possa instigar a investigação mais detalhada sobre o tema abordado e contribuir para a ampliação do conhecimento arquivístico.

REFERÊNCIAS

ACERVO: revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: **Arquivo Nacional**, v. 7, n. 1-2, jan./dez. 1994. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/archive>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. 49 p. (Série Publicações Técnicas, n. 47).

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 136 p. (Série Publicações Técnicas). Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

A Política - Volume 61. Aristóteles - Coleção a Obra-Prima de Cada Autor. Amazon, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 fev. 2018.

_____. **Diário Oficial**. Brasília, suplemento ao n. 62, p. 1-29, de 29 de março de 1996, seção 1.

_____. **Lei 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 28 fev. 2018.

_____. **Lei 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre o acesso às informações. Disponível em: <<http://www.acaoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 28 fev. 18.

_____. Ministério da Justiça. **I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ 2011: por uma política nacional de arquivos**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/cnarq/Relatorio_final_com_capa>. Acesso em: 25 mar. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo: relativos às atividades meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 156 p.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: O legado absolutista na construção da nacionalidade. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2000, vol. 14, n. 26.

HEYNEMANN, Claudia Beatriz. Arquivo Nacional: os 180 anos. In: **Portal Brasileira Fotográfica**, 2018. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=claudia-beatriz-heynemann>>. Acesso em: 22 maio 2018.

HOCHMAN Gilberto. **Livro Políticas Públicas no Brasil**. Editora FIOCRUZ, 2013.

INDOLFO, Ana Celeste. Ana Celeste et al. **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 49 p. (Publicações Técnicas, 47)

JARDIM, José Maria. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. **IBCT**, 2013, v. 42. n. 1. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1393>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In. MATTAR, Eliana. **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. Políticas Públicas Arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arq&Adm**, RJ, v. 5, n.2, jul/dez, 2006, p. 20.

_____. **Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)**. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2008. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30774-32938-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. **SINAR: a saga e a sina**. Boletim do Centro de Memória da Unicamp, Campinas, p. 12-19, 1989.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2006. 388 p.

SOUZA, Rosale de Mattos. A modernização do Arquivo Nacional: uma análise comparativa de 1958-1963 e 1980-1986. **Acesso Livre**, n. 3 jan.-jun. 2015. Disponível em: <<https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2015/09/rosale-de-mattos-souza.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

ANEXOS

ANEXO A – QUADROS DE DISSERTAÇÕES – PPGARQ, 2012-2015

Quadro 1 – Dissertações – PPGARQ, 2012

Autor	Título	Palavras-chave	Linha de Pesquisa	Orientador
MARCIA RODRIGUES PESSOA	ARQUIVO, MEMÓRIA E EMPRESA: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA DO SISTEMA FIRJAN	Gestão de Documentos, Arquivos Permanentes, Centro de Memória, Memória Institucional	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. Paulo Elian dos Santos
FRANCISCO JOSÉ TAVARES DO NASCIMENTO	O ACESSO NOS ARQUIVOS DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE: ENTRE O DIREITO À INFORMAÇÃO E O DIREITO A INTIMIDADE	Arquivos, democracia; accountability democrática; direito à informação, lei de acesso à informação (LAI); mídia; políticas públicas arquivísticas	Não mencionado	Dr. Paulo Elian dos Santos
PAOLA RODRIGUES BITTENCOURT	IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS	Serviços arquivísticos. Gestão de documentos. Direito à informação. Lei de acesso à informação. Poder Executivo Federal	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. José Maria Jardim
TIAGO BRAGA DA SILVA	ANÁLISE DAS DEMANDAS E DOS USOS DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIDORES DA SEÇÃO DE BENEFÍCIOS E VANTAGENS (SBV)/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Estudo de usuário. Estudo de uso. Demanda de informação. Uso da informação. Informação arquivística. Transferência da informação	Gestão da Informação Arquivística	Dr.ª Júnia G. C. Guimarães e Silva
THIAGO DE OLIVEIRA VIEIRA	OS DOCUMENTOS ESPECIAIS À LUZ DA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	Arquivologia. Arquivologia contemporânea. Arquivos especiais. Documentos especiais	Gestão da Informação Arquivística	Dr.ª Anna Carla Almeida Mariz.
SOLANGE MACHADO DE SOUZA	O MERCADO DE TRABALHO PARA O ARQUIVISTA EGRESSO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Universidade Federal do Espírito Santo. Curso de Arquivologia. Mercado de trabalho Arquivista. Ensino superior. Egressos	Não mencionado	Dr. José Maria Jardim
MARIANA BATISTA DO NASCIMENTO	MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS	Gestão de Documentos. Programa de Gestão de Documentos. Identificação Arquivística. Órgão Produtor. Plano de Classificação de Documentos	Gestão da Informação Arquivística	Dr. Paulo Knauss
FABIANE SILVA MARTINS	OLHARES E PERSPECTIVAS DA IMPRENSA SOBRE A LAI: PONTUAÇÕES ACERCA DO ACESSO À INFORMAÇÃO	Arquivos, democracia; accountability democrática; direito à informação, lei de acesso à informação (LAI); mídia; políticas públicas arquivísticas	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr.ª Beatriz Kushnir.
DJALMA MANDU DE BRITO	GESTÃO DE DOCUMENTOS: UMA PROPOSTA DE CURSO DE CAPACITAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O PODER EXECUTIVO FEDERAL	Gestão de documentos. Agentes públicos. Capacitação. Educação a Distância.	Não mencionado	Dr. Luiz Cleber Gak
BRUNO FERREIRA LEITE	PERCEPÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO, CUSTÓDIA E USO DO ARQUIVO PESSOAL DE DOM ADRIANO MANDARINO HYPÓLITO	Arquivos pessoais. Dom Adriano Mandarino Hypólito. Diocese de Nova Iguaçu. subjetividade. produção documental	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Quadro 2 – Dissertações – PPGARQ, 2013

Autor	Título	Chaves de palavras:	Linha de Pesquisa	Orientador
DUALA PESSOA DO ROSÁRIO	AUDITORIA APLICADA À GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA	Gestão de documentos. Macroprocesso de gestão de documentos. Auditoria. Auditoria operacional. Auditoria da qualidade. Comando da Aeronáutica	Gestão da informação arquivística	Dr.ª Anna Carla Almeida Mariz
FABRICIO VIEIRA BALMANT	TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA ESTUDO EXPLORATÓRIO DE PUBLICAÇÕES E TERMOS	Terminologia arquivística; terminologia; publicações terminológicas; dicionário de terminologia; termos arquivísticos; arquivologia; arquivística	Gestão da Informação Arquivística	Dr.ª Maria Celina Soares de Mello e Silva
RAQUEL FERNANDES TAVARES	O PERFIL DO ARQUIVISTA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2007 E 2015	Perfil Profissional. Arquivologia. Sociologia das Profissões. Força Aérea Brasileira	Não mencionado	Dr.ª Priscila Ribeiro Gomes
LEANDRO PINHEIRO DE CARVALHO	DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS	Diagnóstico de situação arquivística. Serviços arquivísticos. Instituição arquivística. Gestão de documentos. Administração pública municipal	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos
VANESSA LEITE MIRANDA	ASPECTOS ARQUIVÍSTICOS DA APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (MAIO DE 2012 A MAIO DE 2014)	Direito à Informação. Transparência Pública. Serviços Arquivísticos. Serviço de Informação ao Cidadão. Gestão de documentos. Lei de Acesso à Informação. Universidades Federais do Estado Rio de Janeiro	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. José Maria Jardim
BIANCA PANISSET	A CONDUTA ÉTICA DO ARQUIVISTA: PERSPECTIVAS ADVINDAS DO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	Ética profissional. Arquivista. Código de Ética	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. João Marcus Figueiredo de Assis
CAROLINA DE OLIVEIRA	UM ESTUDO DE CASO SOBRE DATASETS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: DADOS BRUTOS OU DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS?	Arquivologia. Gestão de documentos. Gestão de dados. Dados governamentais abertos. Ministério da Justiça	Gestão da informação arquivística	Dr. Daniel Flores
KÍSSILA DA SILVA RANGEL	REVISITANDO O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA: PERCEPÇÕES SOBRE A ORGANICIDADE	Princípios Arquivísticos. Princípio da Proveniência. Organicidade	Gestão da Informação Arquivística.	Dr.ª Maria Celina Soares de Mello e Silva
KARINA VERAS PRAXEDES	DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E DE GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO COMANDO DA AERONÁUTICA	Preservação; Gestão de documentos; Programa de preservação e de gestão de documentos arquivísticos; Planejamento	Gestão da Informação Arquivística	Dr. Sérgio Conde de Albite e Silva
ZENAIDE DE FREITAS SANTOS	DIMENSÕES ARQUIVÍSTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: PERSPECTIVAS NO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Lei de Acesso à Informação; Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Gestão de documentos	Arquivos, Arquivologia e Sociedade.	Dr. José Maria Jardim

Quadro 3 – Dissertações – PPGARQ, 2014

Autor	Título	Palavras-chave	Linha de Pesquisa	Orientador
MARCOS DE CASTRO JASMIN	A GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DIGITAIS NA MARINHA DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO	Gestão de Documentos, Documentos Arquivísticos Digitais, Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), Marinha do Brasil e Sistema de Gerência de Documentos Eletrônicos da Marinha (SIGDEM)	Gestão da informação arquivística	Dr.ª Anna Carla Almeida Mariz
MARIANNA MATOS BATISTA	O ACERVO ARQUIVÍSTICO DO MUSEU DA REPÚBLICA: ABORDAGENS E USOS	Arquivos em Museus, Museu da República, Coleção, Arquivos Históricos	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. João Marcus Figueiredo Assis
LORRANE CRISTINA PASSOS SEZINANDO	A PARTICIPAÇÃO DE ATORES ARQUIVÍSTICOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PODER EXECUTIVO DOS ESTADOS BRASILEIROS. (2011-2015)	Acesso à informação pública. Lei de Acesso à Informação. Campo arquivístico. Arquivos públicos estaduais. Associações profissionais arquivísticas. Cursos de graduação em Arquivologia	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. José Maria Jardim
WAGNER RAMOS RIDOLPHI	A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ARQUIVISTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Arquivista. Arquivologia. Profissionalização. Sociologia das Profissões. Profissional da Informação	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. Luiz Cleber Gak
THAIS TAVARES MARTINS	UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO	Museus; Gestão de documentos; Programa de gestão de documentos; Museu do Índio; Fundação Nacional do Índio	Gestão da Informação Arquivística.	Dra. Ana Celeste Indolfo
NELSON ALFREDO SALOMÃO NETO	A PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA DO GOVERNO ABERTO: UM ESTUDO COMPARATIVO DA PARTICIPAÇÃO DE BRASIL, ESTADOS UNIDOS, MÉXICO E REINO UNIDO NA OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP	Governo Aberto. Dados Abertos Governamentais. Instituições arquivísticas nacionais. Arquivologia comparada	Arquivos, Arquivologia e sociedade	Dr. José Maria Jardim
ADRIANE DA SILVA GADELHA	DIAGNÓSTICO DOS ARQUIVOS E DIRETRIZES PARA GESTÃO DE DOCUMENTOS DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ	Diagnóstico em arquivos; Gestão de documentos; Diretrizes; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

Quadro 4 – Dissertações – PPGARQ, 2015, 1º semestre

Autor	Título	Palavras-chaves:	Linha de Pesquisa	Orientador
PHABLO PEREIRA DE CARVALHO PINTO	PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA PETROBRAS À LUZ DA NORMA ISO 15.489	Gestão de documentos. Normalização em Arquivologia. ISO 15.489. Petrobras	Gestão da informação arquivística	Dra. Anna Carla Almeida Mariz
IGOR JOSÉ DE JESUS GARCEZ	PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Políticas Arquivísticas. Sistemas de Arquivos. Gestão de Documentos. Arquivos Universitários. Universidade Federal Fluminense.	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. José Maria Jardim
NATASHA HERMIDA PEREIRA CASTRO DA SILVA LEVY	A GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS E O SISTEMA INFORMATIZADO SEI: A PERSPECTIVA DE USUÁRIOS	Gestão Arquivística de Documentos – Documentos Arquivísticos Digitais – Sistemas Informatizados da Administração Pública Federal	Gestão da Informação Arquivística.	Dra. Anna Carla Almeida Mariz
ROGÉRIO DE MELO ARAÚJO	DIMENSÕES DOS ARQUIVOS SETORIAIS NO ÂMBITO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA POR MEIO DO BENCHMARKING	Arquivos Setoriais; Gestão de Documentos; Arquivos Universitários; Arquivos; Arquivologia; Benchmarking	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. Luiz Cleber Gak
EDUARDO LUIZ DOS SANTOS	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ARQUIVÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	Administração pública federal. Arquivos. Diagnóstico da situação arquivística. Gestão de documentos	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr.ª Ana Celeste Indolfo
CLEBER BELMIRO DOS SANTOS	IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA CASA DE OSWALDO CRUZ	Arquivologia. Tecnologia da informação. Instrumentos de pesquisa Recuperação da informação. Disseminação da informação. Documento eletrônico	Gestão da Informação Arquivística	Dr. Eliezer Pires da Silva
THAYANE VICENTE VAM DE BERG	ARQUIVOS DE ARTISTAS PLÁSTICOS: O PROCESSO DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS DOCUMENTOS DE RÚBENS GERCHMAN	Arquivologia; Arquivo pessoal; Rubens Gerchman; Museologia; Artes Plásticas	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr.ª Aline Lopes de Lacerda
LUIS FELIPE DIAS TROTTA	O ARQUIVO PESSOAL DE LEON ELIACHAR: UMA ANÁLISE TIPOLÓGICA DOS DOCUMENTOS DE UM ESCRITOR	Arquivos pessoais, tipologia documental, tipos documentais, Leon Eliachar, Arquivologia, arquivos de escritores, glossários tipológicos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Arquivo Museu de Literatura Brasileira	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr.ª Aline Lopes de Lacerda

Quadro 5 – Dissertações – PPGARQ, 2015, 2º semestre

Autor	Título	Palavras-chave	Linha de Pesquisa	Orientador
GLEICE CARLOS NOGUEIRA RODRIGUES	ARQUIVOS, ESTADO E SOCIEDADE: ATORES E CONCEPÇÕES ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO POLÍTICO (2011-2014)	Política Nacional de Arquivos. Conferência Nacional de Arquivos. Lei nº 8.159/1991. Associativismo na Arquivologia. Políticas Públicas Arquivísticas	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos
MARILDA MARTINS COELHO	A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA PADRONIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DE ENGENHARIA: UMA PROPOSTA PARA TRANSPETRO	Documentos Técnicos de Engenharia; Identificação Arquivística; Produção documental; Petrobras Transporte S.A – Transpetro	Gestão da informação arquivística	Dr.ª Clarissa Moreira S. Schmidt
JULIANA LOUREIRO ALVIM CARVALHO	O ARQUIVO PÚBLICO DE MACAÉ: CENÁRIO INSTITUCIONAL E ARQUIVÍSTICO (2005-2016)	Arquivo Público Municipal. Município. Macaé. Instituições Arquivísticas. Gestão de documentos	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. José Maria Jardim
JOSÉ ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS: DIAGNÓSTICO DA UTILIZAÇÃO PELA PETROBRAS	Gestão de documentos. Terceirização. Guarda externa de documentos. Petrobras	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dra. Ana Celeste Indolfo
JEAN MACIEL XAVIER	DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS NO DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS – NOVO DEGASE	Gestão de Documentos. Diagnóstico em Arquivologia. Socioeducação. Programa de Gestão de Documentos	Gestão da Informação Arquivística	Dr. Eliezer Pires da Silva
JACILENE ALVES BREJO	A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ	Arquivos Científicos. Identificação Arquivística. Diplomática. Tipologia Documental. Núcleo de Pesquisa GECEM. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Gestão da Informação Arquivística	Dra. Júnia G.C. Guimarães e Silva
FERNANDA BOUTH PINTO	PLANO DE CLASSIFICAÇÃO POR ASSUNTO OU FUNCIONAL: ANÁLISE DE METODOLOGIAS E EQUIVALÊNCIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NO INSTITUTO NACIONAL DE INFECTOLOGIA EVANDRO CHAGAS/ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	Classificação de documentos de arquivo; Classificação funcional; Classificação por assunto; Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas; Tipologia documental	Gestão da Informação Arquivística	Dr.ª Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
ISABELLE DA ROCHA BRANDÃO CASTELLINI	ARQUIVOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO: PERSPECTIVAS A PARTIR DO ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	Processo trabalhista. Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. Arquivo. Memória. Preservação	Arquivos, Arquivologia e Sociedade	Dr. João Marcus Figueiredo Assis
FABIANA COSTA DIAS	MUSEU AEROSPAIAL: NA TRILHA DO SEU ACERVO	Arquivo de museus. Arquivos em museus. História. Memória. Museu. Força Aérea Brasileira	Não mencionado	Dr. João Marcus Figueiredo Assis
FÁBIO BARROS DA SILVA	ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS NA UFRJ	Gestão de Documentos. Gestão por Processos. Gerenciamento de Processo de Negócio (BPM). UFRJ. Arquivologia. Administração	Gestão da Informação Arquivística	Dr. Eliezer Pires da Silva
ALESSANDRA DE CARVALHO GERMANO	DIRETRIZES PARA AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS: UMA CONTRIBUIÇÃO À POLÍTICA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	Centros de documentação. Centros de documentação de universidades. Políticas de Arquivo. Aquisição de arquivos. Arquivo Histórico UFJF	Arquivos, arquivologia e sociedade	Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos
JORGE PHELIPE LIRA DE ABREU	EXISTIR EM BITS: GÊNESE E PROCESSAMENTO DO ARQUIVO NATO DIGITAL DE RODRIGO DE SOUZA LEÃO E SEUS DESAFIOS À TEORIA ARQUIVÍSTICA	Arquivo pessoal. Arquivo pessoal digital. Autenticidade. Preservação digital. Leão, Rodrigo de Souza. Teoria arquivística	Não mencionado	Dra. Aline Lopes de Lacerda

ANEXO B – QUADRO DOS EDITAIS DE ELIMINAÇÃO SUBMETIDOS AO ARQUIVO NACIONAL, 2007-2017

Quadro 1 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2007

Data	Ministérios	Instituição	Edital	DOU	Especificação
10.01.2007	Ministério da Fazenda – MF	Gerência Regional de Administração no Rio de Janeiro – GRARJ	nº 1/2007	nº 12, seção 3, p. 37, de 17.01.2007	Documentos relativos a Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças, Documentação e Informação e Comunicações, de 1974 a 1978.
11.06.2007	Ministério da Integração Nacional – MI	Não Mencionado. Informação que foi suspenso pelo Ofício nº 182/2007 do Arquivo Nacional.	nº 1/2007	DOU nº 122, seção 3, p. 57, de 27.06.2007	Não Mencionado. Informação que foi suspenso pelo Ofício nº 182/2007 do Arquivo Nacional
27/06/2007	Ministério da Saúde – MS	Não Mencionado. Informação que foi suspenso pelo Ofício nº 183/2007 do Arquivo Nacional	nº 1/2007	nº 123, seção 3, p. 60, de 28.06.2007.	Documentos relativos às subclasses de pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, e assuntos diversos, de 1959 a 1994, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).
31/07/2007	Ministério do Trabalho e Emprego – TEM	Delegacia Regional do Trabalho no Paraná – DRT/PR	nº 1/2007	DOU nº 184, seção 3, p. 92, de 24.09.2007, em cumprimento ao Ofício nº 171/2007 do Arquivo Nacional	Documentos relativos a Pessoal
2007	Ministério da Fazenda – MF	Gerência Regional de Fiscalização da SUSEP em São Paulo – GRFSP	nº 1/2007	DOU nº 158, seção 3, p. 56, de 16.08.2007. Suspenso pelo Ofício nº 272/2007 do Arquivo Nacional.	Não Mencionado
22.11.2007	Ministério da Fazenda – MF	Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB	nº 1/2007	DOU nº 225, seção 3, p. 72, de 23.11.2007. Eliminação não autorizada pelo Arquivo Nacional.	Documentos de 1974 a 2004, da Delegacia da RFB em Cascavel, PR.
23.11.2007	Ministério da Fazenda – MF	Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB	nº 1/2007	DOU nº 226, seção 3, p. 79, de 26.11.2007. Republicada por ter saído no DOU nº 225, seção 3, p. 72, de 23.11.2007, com incorreção. Eliminação não autorizada pelo Arquivo Nacional.	Especificação: Documentos de 1974 a 2004, da Delegacia da RFB em Cascavel, PR.
14.12.2007	Ministério da Cultura – MinC	Agência Nacional do Cinema – ANCINE	Portaria do MinC/ANCINE n. 286	seção 1, p. 10 e 11, de 17.12.2007	11.265 fitas "piratas" em cópias VHS, apreendidas pela fiscalização do Conselho Nacional de Cinema – CONCINE até a sua extinção em março de 1990.

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 2 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2008

Data	Ministérios	Instituição	Edital	DOU	Especificação
16.01.2008	Ministério da Saúde – MS	Associação das Pioneiras Sociais – APS	01/2008	nº 13, seção 3, p. 196, de 18.01.2008.	Especificação: Documentos relativos à administração, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos da APS, Unidade Salvador, de 1993 a 2003; da Unidade Brasília, de 1992 a 2001 e, da extinta Fundação das Pioneiras Sociais – Brasília, de 1958 a 1961 e de 1965 a 1991.
18.01.2008	Ministério da Justiça – MJ	Academia Nacional de Polícia – ANP	01/2008	nº 15, seção 3, p. 67, de 22.01.2008.	Documentos relativos à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1971 a 2004, da ANP
10.01.2008	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	01/2008	nº 15, seção 3, p. 75, de 22.01.2008.	Documentos relativos a processos de registro de produtos (correlatos, cosméticos, medicamentos e saneantes) indeferidos e com pedido de desistência, de 1951 a 2004; notificações de fabricação de cosméticos e saneantes não aceitas e com pedido de desistência, de 1999 a 2005; e pedido de autorização para realização de pesquisas e ensaios clínicos indeferidos, de 1989 a 2000.
23.01.2008	Controladoria-Geral da União – CGU	Extinta	01/2008	nº 17, seção 3, p. 3, de 24.01.2008.	Cópias dos documentos relativos à Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças e Assuntos Diversos, de 1987 a 1991, da extinta Companhia Brasileira de Infraestrutura Fazendária – INFAZ.
Não Mencionado	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	Não Mencionado	01/2008	nº 30, seção 3, p. 76, de 14.02.2008.	Documentos da área-meio referentes a material, patrimônio, documentação e informação, eventos e assuntos diversos.
Não Mencionado	Ministério dos Transportes – MT	Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT [Extinta]	Não Mencionado	nº 88, seção 3, p. 141, de 09.05.2008.	Documentação administrativa e financeira da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos –EBTU, de 1976 a 1991.
13.05.2008	Ministério da Defesa – MD	Comando de Operações Navais/Comando da Marinha – CMAR	01/2008	nº 91, seção 3, p. 16, de 14.05.2008	Eliminação não autorizada pelo Arquivo Nacional. Não autorizado eliminação pelo Arquivo Nacional, porém não há documento especificando.
04.06.2008	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Agência Nacional de Águas – ANA	01/2008	nº 107, seção 3, p. 150, de 06.06.2008.	Documentos referentes a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e a assuntos diversos, de 1997 a 2005.
29/07/2008	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	Não Mencionado	01/2008	nº 149, seção 3, p. 83, de 05.08.2008.	Guias de Importação e Exportação, de 1986 e 1987.
Não Mencionado	Ministério da Defesa – MD	Comando da Marinha	01/2008	nº 201, seção 3, p. 28, de 16.10.2008	Eliminação não autorizada pelo Arquivo Nacional
02.12.2008	Casa Civil da Presidência da República – CC-PR	Não Mencionado	01/2008	nº 234, seção 3, p. 1, de 02.12.2008: Edital de Eliminação de 1 a 05 de 01.12.2008.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documentos relativos a Pessoal, Material, Documentação e Informação e Assuntos Diversos da Presidência da República, de 1964 a 2004, da Coordenação de Saúde – COSAU. 2. Documentos relativos a Pessoal, Documentação e Informação e Assuntos Diversos da Presidência da República, de 1984 a 2004, da Diretoria de Gestão de Pessoa – DIGEP. 3. Documentos relativos a Organização e Funcionamento, Pessoal, Material, Documentação e Informação e Assuntos Diversos da Presidência da República, de 1998 a 2004, da Diretoria de Recursos Logísticos – DILOG.

					<p>4. Documentos relativos a Pessoal, Material, Patrimônio, Documentação e Informação e Assuntos Diversos da Presidência da República, de 1995 a 2003, da Diretoria de Telecomunicações – DITEL.</p> <p>5. Documentos relativos a Pessoal, Patrimônio, Orçamento e Finanças, Documentação e Informação e Assuntos Diversos da Presidência da República, de 1978 a 2000, da Secretaria de Administração – SA.</p>
18.12.2008	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	02/2008	nº 248, seção 3, p. 164, de 22.12.2008.	Documentos relativos a requisição e controle de serviços reprográficos do ano de 2003; controle de estoque, de 2000 a 2005; autorização de saída de material do ano de 2003; controle de uso de veículos, de 2003 a 2005; controle de uso de veículos – requisição, de 2004 a 2005; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos, de 2000 a 2005; sugestões, reclamações, informações e denúncias encaminhadas à ouvidoria da Anvisa de 2000 a 2003; balanço de substâncias e medicamentos psicoativos – trimestrais de 1998 a 2005; balanço de substâncias e medicamentos psicoativos – anuais, de 1996 a 2003; autorização para aquisição e utilização de substâncias e medicamentos controlados para estabelecimentos de ensino, pesquisa e trabalhos médico-científicos, de 1996 a 2001; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 1995 a 2002; liberação de importação em caráter excepcional de produtos sujeitos à vigilância sanitária que não possuem registro para comercialização no Brasil de 1998 a 2002; isenção de impostos para importação de produto, de 1997 a 2003; cota de importação, de 1996 a 2003; autorização de importação de 1992 a 2003; certidão de registro e ou Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa notificação para exportação de 1999 a 2003; autorização de distribuição e comercialização de vacinas de 2001 a 2002; autorização de fabricação para fins exclusivos de exportação, de 1998 a 2003; autorização de exportação de 1992 a 2002; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 1998 a 2003 da Anvisa.
19.12.2008	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	01/2008	nº 248, seção 3, p. 168, de 22.12.2008.	Documentos de atividades-meio, de 1978 a 1998, da Diretoria de Administração – Dirad e do Instituto Fernandes Figueira – IFF.

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 3 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2009

Data	Ministérios	Instituição	Edital	DOU	Especificação
04.02.2009	Ministério da Defesa – MD	Comando da Marinha – CMAR	01/2009	nº 35, seção 3, p. 17, de 19.02.2009. CANCELADO pelo Aviso de Cancelamento, de 25.03.2009 – DOU nº 59, seção 3, p. 15, de 27.03.2009.	Documentos citados no Termos de Eliminação de Documentos nº 1/2009 e nº 2/2009, do Estado Maior da Armada – EMA.
Não Mencionado	Ministério da Defesa – MD	Comando da Marinha – CMAR		nº 42, seção 3, p.16, de 04.03.2009. Suspenso pelo Edital publicado no DOU nº 47, seção 3, p. 16, de 11.03.2009.	Documentos citados nos Termos de Eliminação de Documentos nº 1, 2 e 3/2007, do CMAR.
03.03.2009	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ		nº 43, Seção 3, p. 42, de 05/03/2009.	12.904 processos relativos a Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças e Assuntos Diversos, produzidos e acumulados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, do período de 1963 a 1993.
10.03.2009	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária no Rio de Janeiro – DERAT-RJO	03/2009	nº 48, seção 3, p. 57, de 12.03.2009. Cancelado pelo Edital de 16.03.2009 – DOU nº 53, seção 3, p. 65, de 19.03.2009.	Documentos relativos a DCTF de 1995 e 1996, ITR de 1994 a 1997, DOI de 1997, DIRPJ – formulário I e IV de 1990 a 1997, que se encontram arquivados na DITEC/DERAT/RJO.
06.04.2009	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT	Secretaria Executiva		nº 68, Seção 3, p. 8, de 09/04/2009.	Documentos da área-meio, referentes à pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1985 a 2000.
19.03.2009	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS	Secretaria Executiva		nº 80, Seção 3, p. 145, de 29.04.2009.	Documentos relativos à Pessoal, movimentação de material, veículos, orçamento e documentação arquivísticas, de 2001 a 2006.
16.07.2008	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	02/2009	nº 138, seção 3, p. 82, de 22.07.2009.	Documentos relativos a certificado de boas práticas do período de 1986 a 2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
29/07/2009	Casa Civil da Presidência da República – CC-PR	Arquivo Nacional		nº 145, seção 3, p. 1, de 31.07.2009.	Documentos referentes às atividades-meio da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio (COBEC) e da extinta Companhia Brasileira de Infraestrutura Fazendária (INFPAZ), do período de 1973 a 1994, perfazendo um total de 277 (duzentos e setenta e sete) metros lineares de documentos.
16.07.2009	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA		nº 148, seção 3, p. 90, de 05.08.2009.	Documentos relativos a protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos do ano de 1998; monitoramento e investigação – notificações – do ano de 1997; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária do período de 1986 a 2002; autorização de importação do período de 1997 a 2002; registro de exportação do período de 1998 a 2002; autorização de exportação do período de 1997 a 2002; controle sanitário em meios de transportes aquaviários do período de 1986 a 1993; controle sanitário em meios de transportes aéreos do período de 1999 a 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
31.08.2009	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –	Gerências Regionais do Patrimônio da União – GRPU nos Estados do Acre, de Alagoas, do Amazonas, do Amapá, do Ceará, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Minas		nº 167, seção 3, p. 124, de 01.09.2009.	Documentos de Arrecadação de Receitas Federais-DARF, referentes a cobranças de receitas patrimoniais de foreiros e ocupantes de imóveis da União, que foram devolvidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, devido a não localização dos destinatários, do período de 1993 a 2007.

	MP	Gerais, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, do Pará, da Paraíba, do Piauí, do Paraná, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de Sergipe.			
Não mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	03/2009	nº 173, seção 3, p. 96, de 10.09.2009.	Documentos relativos a horário de expediente do período de 1997 a 2003; controle de estoque do período de 1999 a 2003, protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos do período de 1999 a 2003; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária do período de 2000 a 2003; autorização de importação do período de 2000 a 2003; controle sanitário em meios de transportes aquaviários do período de 1999 a 2003; controle sanitário na infraestrutura portuária do período de 1999 a 2003; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária do período de 1999 a 2003 da ANVISA.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	01/2009	nº 222, seção 3, p. 73, de 20.11.2009. Eliminação não autorizada pelo Arquivo Nacional.	249.864 mil documentos relativos a Contabilidade, Finanças e Assuntos Diversos, produzidos, recebidos e acumulados pelo Departamento de Contabilidade e Finanças desta Instituição referentes ao período de 1999 e 2000.

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 4 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2010

Data	Ministérios	Instituição	Edital	DOU	Especificação
Não mencionado	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	01/2010	nº 8, seção 3, p. 132, de 13.01.2010.	Documentos da área-meio da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, do período de 1968 a 1988; documentos da área-meio da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Borracha – SUDHEVEA, do período de 1984 a 1990; documentos da área-meio do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, do período de 1968 a 1989; documentos da área-meio da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, do período de 1982 a 1988
INC/MS, de 26.01.2010	Ministério da Saúde – MS	Instituto Nacional de Cardiologia – INC	Não mencionado	nº 36, seção 3, p. 112, de 24.02.2010. Eliminação não autorizada pelo Arquivo Nacional.	Documentos de área-fim, de 06.02.1990 a 17.12.2004 e outros sem data.
SPOA/SE/MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	Secretaria Executiva	01/2010	nº 44, seção 3, p. 149, de 08.03.2010.	Documentos da área-fim, do ano de 1988 e de 1993 a 1996.
13.04.2010	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Goiás – UFG.	01/2010	nº 69, seção 3, p. 84, de 13.04.2010.	Documentos de área-meio, de 1961 a 2002.
26.04.2010	Ministério da Cultura – MinC.	Superintendência no Rio de Janeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN-RJ.	01/2010	nº 82, seção 3, p. 11, de 03.05.2010.	Documentos de área-fim, de 02.01.1997 a 27.12.2002.
07.05.2010	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	01/2010	nº 87, seção 3, p. 132, de 10.05.2010.	Documentos relativos ao conjunto das atividades do Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmaquinhos, de 1985 a 2008.
CGLSG/SPOA/SE/MPS	Ministério da Previdência Social – MPS	Secretaria Executiva	01/2010	nº 96, seção 3, p. 105, de 21.05.2010.	Documentos relativos à material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação, informações e comunicações, de 01.01.1993 a 31.12.2006.
13.05.2010	Ministério da Defesa – MD	Base Naval de Val-de-Cães; retificado para Comando do 4º Distrito Naval	01/2010	nº 96, seção 3, p. 15, de 21.05.2010; alterado pela Retificação do Comando do 4º Distrito Naval – DOU nº 100, seção 3, p. 14, de 27.05.2010. Eliminação não autorizada pelo Arquivo Nacional.	Documentos não especificados.
13.07.2010	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP	Secretaria Executiva	Não mencionado	nº 133, seção 3, p. 143, de 14.07.2010.	44.989 unidades, 38 pastas e envelopes e 96 caixas de Documentos de Arrecadação de Receitas Federais-DARF, de 1993 a 2007.
14.07.2010	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP	Secretaria Executiva	01/2010	nº 134, seção 3, p. 119, de 15.07.2010.	Conjuntos documentais relativos a Missões fora da sede (exceto os referentes a relatórios técnicos de viagem), Material permanente: Compra, – Requisição e contratação de serviços (inclusive licitações), – Receita, – Despesa, – Protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos, – Pedidos, oferecimentos e informações diversas, – Agradecimentos. Convites. Felicitações. Pêsames. – Protestos. Reivindicações. Sugestões. – Audiências. Despachos. Reuniões, – Comissões. Conselhos. Grupos de trabalho. Juntas. Comitês

					– Controle de estoque, inclusive requisição, distribuição e RMA (exceto referentes a insumos químicos e outras substâncias entorpecentes), – Publicação de matéria nos boletins administrativos, de pessoal e de serviço. – Serviço telefônico (inclusive autorização para ligações interurbanas). Fac-símile (FAX), – Congressos. Conferências. Seminários. Simpósios. Encontros. Convenções. Ciclo de palestras. Mesas redondas (exceto os referentes a planejamento, programação, discursos, palestras e trabalhos apresentados por técnicos do órgão). – Candidatos a cargo e emprego público: inscrições e curriculum vitae. – Estacionamento. Garagem, do período de 1990 a 2007.
02.08.2010	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Goiás – UFG	02/2010	nº 147, seção 3, p. 40, de 03.08.2010	Documentos relativos a Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e finanças, Comunicações, de 1961 a 2007.
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	01/2010	nº 150, seção 3, p. 8, de 06.08.2010.	Documentos relativos a material permanente, material de consumo, instalação e manutenção e despesas, do período de 1994 a 2001, da Embrapa Suínos e Aves.
18.08.2010	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	01/2010	nº 159, seção 3, p. 7, de 19.08.2010.	Documentos relativos à movimentação de material, veículos, orçamento e documentação arquivística da Embrapa Uva e Vinho, do período de 2001 a 2006.
05.08.2010	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	01/2010	nº 162, seção 3, p. 5, de 24.08.2010.	Documentos relativos a administração geral, pessoal, materiais de consumo e permanente, veículos, orçamento e finanças, documentação bibliográfica e arquivística e serviços postais do período de 1992 a 2006, da Embrapa Uva e Vinho.
17.08.2010	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	01/2007	nº 167, seção 3, p. 85, de 31.08.2010.	Documentos relativos a liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária do período de 2003 a 2004; controle sanitário em meios de transportes aquaviários do período de 1993 a 2004.
17.08.2010	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	Não mencionado	nº 167, seção 3, p. 107, de 31.08.2010.	35,04 m de documentos relativos a extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, extinta Superintendência de Desenvolvimento da Borracha – SUDHEVEA, extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, integrantes do acervo do IBAMA do período 1968-1989.
10.09.2010	Ministério da Previdência Social – MPS	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV	01.2009	nº 176, seção 3, p. 89, de 14.09.2010.	Documentos relativos a Pessoal, de 1997.
30.09.2010	Casa Civil da Presidência da República – CC-PR	Secretaria Executiva.	01.2009	nº 189, seção 3, p. 1, de 01.10.2010.	Documentos relativos aos trabalhos não vencedores do Concurso Nacional de Cartazes, do ano de 2009, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
27.10.2010	Ministério da Saúde – MS	Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS, da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.	02.2010	nº 206, seção 3, p. 124, de 27.10.2010.	Documentos relativos ao conjunto documental Processo de Análise de Amostra do INCQS, de 1997 a 1999.
14.12.2010	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP	Secretaria Executiva	02.2010	nº 239, seção 3, p. 224, de 15.12.2010.	Conjuntos documentais relativos a: Pedidos, oferecimentos, informações diversas; Protocolo controle de recepção, tramitação e expedição de documentos, referentes ao acervo do extinto Departamento de Portos e Vias Navegáveis – DNPVN; Agradecimentos, convites, felicitações e pêsames; Requisição e contratação de serviços (inclusive licitações) não atendidas e das quais não constam documentos financeiros; Documentos de Arrecadação Fiscal – DARF relativos a cobranças de receitas patrimoniais de foreiros e ocupantes de imóveis

					da União, que foram devolvidos à Secretaria de Patrimônio da União e enviadas ao SERPRO/MG para processamento e registro, devido a não localização dos destinatários; no total de 82,6 metros lineares de 1964 a 2009.
08.12.2010	Ministério da Cultura – MinC	Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro – IPHAN-RJ.	02.2010	nº 245, seção 3, p. 22, de 23.12.2010.	Documentos relativos a solicitações autorizadas de pedido de saída de obras de arte, de 2003 a 2004 apresentadas à representação Regional do IPHAN na cidade do Rio de Janeiro.
28.12.2010	Casa Civil da Presidência da República – CC-PR	Secretaria Executiva	02.2010	nº 249, seção 3, p. 1, de 29.12.2010.	Documentos relativos à Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), à Secretaria de Administração (SA), à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DIROF) e à Diretoria de Telecomunicações (DITEL), de 1978 a 1995.

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 5 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2011

Data	Ministérios	Instituição	Editais	DOU	Especificação
Não Mencionado	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	01/2011	nº 4, seção 3, p. 173 e 174, de 06.01.2011.	Documentos do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, com 11,40 m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1967 e 1969 a 1989; da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), com 10,79 m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1970 a 1989; da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), com 3,42 m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1961 a 1989; da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com 1,66 m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1984 a 1989; do extinto Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU), com 0,34 m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, orçamento e finanças, documentação e informação e assuntos diversos, de 1985 a 1987; e do extinto Ministério da Habitação e Urbanismo (MHU), com 0,01 m de documentos referentes à pessoal e assuntos diversos, de 1987 e 1988
05.01.2011	Ministério da Integração Nacional – MI	Secretaria Executiva – SECEX	01/2011	nº 6, Seção 3, p. 102, de 10.01.2011.	Documentos relativos a currículos de candidatos a cargos e empregos públicos, requisições de serviços reprográficos, controle de estoque, controle de protocolo, requisição de transporte, assistência técnica em informática, serviços telefônicos, convites e informações diversas, de 2000 a 2008, do MI. Total de 51,38 m.
12.01.2011	Ministério da Educação – MEC	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA	01/2011	nº 13, Seção 3, p. 31, de 19.01.2011.	Conjuntos documentais relativos às atividades-meio de 1965 a 2008, bem como o conjunto documental relativo à atividade-fim de 1998, no total de 14 m.
03.03.2011	Advocacia-Geral da União – AGU	Secretaria Geral	01/2011	nº 45, seção 3, p.2, de 04.03.2011	Documentos relativos à Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças, Documentação e Informação e Comunicações, de 1º/01/1997 a 31/12/1999 e 2001, da AGU. Total de 71,07 m.
09.03.2011	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Agência Nacional de Águas – ANA	01/2011	nº 47, seção 3, p. 47, de 10.03.2011.	Documentos relativos à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 2000 a 2008, da ANA. Total de 11,2 m.
14.03.2011	Ministério da Justiça – MJ	Departamento de Polícia Federal – DPF/Superintendência Regional em Santa Catarina – SR/SC	01/2011	nº 57, seção 3, p. 79, de 24.03.2011.	Documentos relativos à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1967 a 2007, da SR/SC. Total de 44 m.
25.02.2011	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	01.2011	nº 59, seção 3, p. 8, de 28.03.2011.	Documentos relativos a pessoal, materiais de consumo, veículos, orçamento e finanças, documentação bibliográfica e arquivística, serviços postais e assuntos diversos de 1977 a 2007, da Embrapa Trigo. Total de 53,34 m.
30.03.2011	Ministério da Educação – MEC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES	01/2011	nº 62, seção 3, p. 34, de 31.03.2011.	6.271 processos relativos a Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças, Documentação e Informação, Comunicação, produzidos e acumulados pelo atual Instituto Federal do Espírito Santo, de 1976 a 2006. Total de 58 m.
05.04.2011	Ministério da Cultura – MinC	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Regional do Rio de Janeiro.	01.2011	nº 69, seção 3, p. 16, de 11.04.2011	Documentos relativos a solicitações autorizadas de pedido de saída de obras de arte, de 01/01/2005 a 29/12/2005 apresentadas à representação Regional do IPHAN do RJ. Total de 1,85 m.
17.05.2011	Ministério da Educação –	Fundo Nacional de	01.2011	nº 95, seção 3, p. 31, de	Documentos relativos aos Avisos de Recebimento – AR, de 2001 a 2008 da DIATA/AUDIT/FNDE.

	MEC	Desenvolvimento da Educação – FNDE		19.05.2011. SUSPENSO pelo Ofício nº 146/2011/GABIN-AN, de 25.05.2011.	
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	01.2011	nº 97, seção 3, p. 8, de 23.05.2011	2,24m de documentos relativos a estágios, execução financeira e assuntos diversos do período de 1994 a 2004, do Escritório de Negócios de Passo Fundo, localizado na Rodovia BR 285, KM 294, Passo Fundo, RS.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	01.02/2011	nº 113, seção 3, p. 82, de 14.06.2011	Edital nº 1: Documentos relativos a relações com os agentes regulados de 2005; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 1999 a 2005; controle sanitário em meios de transportes terrestres de 2001 a 2005 da ANVISA. Total de 1.342m. Edital nº 2: Documentos relativos a registro de produtos (saneantes, medicamentos, cosméticos, produtos para saúde) cancelados, caducos, indeferidos e com pedido de desistência de 1951 a 2005; notificações de fabricação de cosméticos e saneantes canceladas, não aceitas e com pedido de desistência de 1999 a 2005; pedido de autorização para realização de pesquisas e ensaios clínicos indeferidos de 2000 a 2004; autorização e autorização especial de funcionamento de empresas indeferidos de 1997 a 2004; autorização de funcionamento de drogarias e farmácias indeferidos de 2002 a 2004 da ANVISA. Total de 12,74 m.
06.06.2011	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	Não Mencionado	nº 123, seção 3, p. 132, de 29.06.2011	Conjunto documental Processo de Análise de Amostra do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS, de 2000. Total de 18,8 m.
Não Mencionado	Ministério das Cidades – MCIDADES	Secretaria Executiva	01.2011	nº 139, seção 3, p. 100, de 21.07.2011	Documentos relativos às solicitações não atendidas de recursos financeiros, no âmbito dos programas do Ministério das Cidades, destinados a obras nas áreas de saneamento e habitação, operados com recursos do Orçamento-Geral da União, compreendendo ofícios de encaminhamento de formulários de consulta prévia, formulários de consulta prévia, ofício de solicitação de recursos e plantas e projetos de engenharia de prefeituras municipais, governos estaduais, do Distrito Federal, Parlamentares, Ministérios e outros órgãos federais de 1998 a 2004 no total de 8,26 m.
01.08.2011	Ministério das Comunicações – MC	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	01.2011	nº 149, seção 3, p. 117, de 04.08.2011	Listagem de eliminação não autorizada pelo Arquivo Nacional
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	Não Mencionado	nº 158, seção 3, p. 9, de 17.08.2011	Documentos relativos a direitos, obrigações e vantagens, previdência, assistência e seguridade social e outros assuntos referente a pessoal, além de instalação e manutenção, execução financeira e assuntos transitórios de 1976 a 2003, totalizando 481,74 m, da Embrapa Sede, localizada na estação Parque Biológico, Brasília-DF.
Não Mencionado	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	Secretaria Executiva	01.2011	nº 191, seção 3, p. 108, de 04.10.2011	Documentos relativos às guias de Exportação e Importação, de 1989, que se encontram armazenados na Empresa TCI, situada no SIA – Trecho 8, Lote 145 a 165. Total de 158,62 m.
09.11.2011	Ministério da Previdência Social – MPS	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev	01/2011	nº 216, seção 3, p. 126, de 10.11.2011	Documentos relativos a Patrimônio, de 1988 a 2001, da Dataprev. Total de 3,82 m.
Não Mencionado	Ministério de Minas e Energia – MME	Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE (ELETROBRAS Amazonas Energia)	01/2011	nº 221, seção 3, p. 196, de 18.11.2011	Documentos relativos a clipping, férias, Imposto de Renda Pessoa Física, serviços reprográficos, autorização de saída de material, controle de veículos, livro de protocolo, controle de visitantes e comunicados diversos, de 1999 a 2008, da AmE. Total de 28,2 m.
30.11.2008	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	n. 138	nº 230, seção 3, p. 105, de 01.12.2011	120 m de documentos relativos a provas, exames e trabalhos, produzidos e acumulados pela Faculdade Nacional de Direito, de 1970-2008.

Não Mencionado	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP	Secretaria Executiva	1 e 2.2011	nº 232, seção 3, p. 164, de 05.12.2011	Edital nº 1: Conjuntos documentais relativos a: Organização e Funcionamento, Pessoal, Assuntos Diversos (SPI); Documentação e Informação, Assuntos Diversos (CONJUR); Material, Documentação e Informação, Assuntos Diversos (SPOA) de 1990 a 2010, do MP. Edital nº 2: Conjuntos documentais relativos a: Orçamento e Finanças (SPU); Documentação e Informação (SRH), de 2004 a 2009, do MP.
06.12.2011	Ministério da Previdência Social – MPS	Secretaria Executiva	01.2011	nº 235, seção 3, p. 130, de 08.12.2011	208 m de documentos relativos à Pessoal, Material, Patrimônio, Documentação e Informação, Comunicações e Assuntos Diversos, de 1984 a 2009, do MPS.
Não Mencionado	Ministério da Justiça – MJ	Arquivo Nacional – AN	Não Mencionado	nº 250, seção 3, p. 124, de 29.12.2011	409.332 fichas manuscritas e datilografadas referentes aos registros e informações constantes dos Livros de Notas dos 1º, 3º, 5º, 7º, 8º, 10º, 11º, 12º, 14º, 15º, 16º e 18º Ofícios de Notas do Rio de Janeiro, de 1812 a 1947. Total de 280 m.

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 6 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2012

Data	Ministérios	Instituição	Edital	DOU	Especificação
02.01.2012	Ministério da Integração Nacional – MI	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE	01.2012	nº 4, seção 3, p. 108, de 05.01.2012	1 listagem com 118,4 m de documentos relativos a: Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças, Documentação e Informação, Comunicações e Assuntos Diversos, de 1961 a 2001, da SUDENE.
Não Mencionado	Superintendência Regional em Mato Grosso	Companhia Brasileira de Abastecimento – CONAB	01.2012	nº 12, seção 3, p. 7, de 17.01.2012	Não Mencionado. Embargado pelo Arquivo Nacional em 18.01.2012.
Não Mencionado	Ministério das Cidades – MCIDADES	MCIDADES/Secretaria Executiva	01.2012	nº 34, seção 3, p. 107, de 16.02.2012	1 listagem com 28,84 m de documentos relativos a conjuntos documentais sob os códigos 021.1, 063.2, 910, 920, 940, 991, 992, 993, 995 da Resolução nº14 do CONARQ e às solicitações não atendidas de recursos financeiros, no âmbito dos programas do MCIDADES, destinados a obras nas áreas de saneamento e habitação, operados com recursos do Orçamento-Geral da União, compreendendo escritórios de encaminhamento de formulários de consulta prévia, formulários de consulta prévia, escritório de solicitação de recursos e plantas e projetos de engenharia de prefeituras municipais, governos estaduais, do Distrito Federal, Parlamentares, Ministérios e outros órgãos federais de 1999 a 2009.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	N. 1 e N.2.2012	nº 56, seção 3, p. 115 e 116, de 21.03.2012	Edital nº 1: 1 listagem de documentos relativos a horário de expediente de 2002 a 2004; controle de estoque de 2003; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 1993 a 2006; remessa internacional de 2002 a 2006; remessa de medicamentos e produtos de 2005; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1999 a 2007; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 2003 a 2007; traslado de cadáver de 1999 a 2008; certificado internacional de vacinação de 1999 a 2000. Total de 549,5 m. Edital nº 2: 1 listagem de documentos relativos a liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 1997 a 2006; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1999 a 2007. Total de 446,88 m.
Não Mencionado	Ministério de Minas e Energia – MME	Companhia de Eletricidade do ACRE – ELETROACRE/ELETROBRAS	1.2012	nº 57, seção 3, p. 109, de 22.03.2012	1 listagem de documentos relativos a despesa com fornecedores e viagens, de 1990/1993 a 1997, da ELETROACRE. Total de 58,55 m.
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	1.2012	nº 74, seção 3, p. 9, de 17.04.2012	1 listagem de 124,6m de documentos relativos a execução financeira de 1992 a 2003, da Sede da Embrapa Transferência de Tecnologia, em Brasília, DF. Total de 124,6 m.
Não Mencionado	Ministério de Minas e Energia – MME	Centrais Elétricas de Rondônia – CERON/AS	01.2012	nº 88, seção 3, p. 124, de 08.05.2012	1 listagem de documentos relativos à pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e outros assuntos referentes à administração geral, de 1998 a 2005. Total de 8,57 m.
20.06.2012	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	01.2012	DOU nº 115, seção 3, p. 64, de 15.06.2012	3 listagens com 73,16m de documentos relativos a provas, exames e trabalhos, inclusive verificações suplementares da EEAP, de 1959 a 2008 e da EN, de 1982 a 2004, bem como trabalhos de conclusão de curso da EMC, de 1997 a 2008.
Não Mencionado	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Agência Nacional de Águas – ANA	01.2012	nº 131, seção 3, p. 136, de 09.07.2012	1 listagem com 10,92m de documentos relativos à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 2000 a 2009, da ANA.
Não Mencionado	Ministério da Cultura – MinC	Agência Nacional do Cinema – ANCINE	01.2012	nº 138, seção 3, p. 12, de 18.07.2012	1 listagem com 27,71m de documentos relativos às áreas de Pessoal (Declarações de Bens e Rendidas de 2001 a 2005 não retiradas pelos servidores, solicitações de ajuda de custo e indenização de transporte referente à mudança de domicílio de servidores, ressarcimento de diárias referentes a viagens a serviço e reembolso de passagens aéreas), Material (Aquisição de Material Permanente, Empréstimo, Cessão, Doação, Compra de Material de Consumo, Requisição e Contratação de Serviços), Patrimônio (Locação de Veículos), Orçamento e Finanças (Concessão de Suprimento de Fundos – Despesa),

					Documentação e Informação (Assinatura de Boletim de Licitações e Contratos, Recepção, Tramitação e Expedição de Documentos), integrantes do acervo da ANCINE de 2001 a 2009. Total de 27,71 m.
Não Mencionado	Ministério da Cultura – MinC	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan	01.2012	DOU nº 140, seção 3, p. 16, de 20.07.2012	1 listagem com 1,98m de documentos relativos a solicitações autorizadas de pedido de saída de obras de arte, de 02/01/2006 a 29/12/2006 apresentadas à Representação Regional do Iphan no Rio de Janeiro.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	01/2012	nº 142, seção 3, p. 81, de 24.07.2012	1 listagem com 40,89 de documentos relativos ao conjunto documental Processo de Análise de Amostra do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS, de 1984 a 1987 e 2001.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	01.2012	DOU nº 147, seção 3, p. 56, de 31.07.2012	1 listagem com 2,4m de documentos relativos a Requisição e controle de serviços reprográficos; Controle de Portaria; Uso de dependências; Protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos; Consultas e Empréstimos, de 1960 a 2007.
	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, da Secretaria Executiva do MDIC	01.2012	nº 202, seção 3, p. 150, de 18.10.2012	3 listagens com 394,7m de documentos relativos a: Guias de Importação e Exportação de 1990, 1991, 1997, 1998; Declaração dos Bens de Renda de 1993 a 2003; Transportes para servidores de 2006 a 2009; Requisição e Controle de Serviços Reprográficos de 2008; Protocolo e Recepção, Tramitação e Expedição de Documentos de 2008 e 2009; Fac simile de 2009 e, Convites e Agradecimentos de 2007 a 2009.
	Ministério da educação – MEC	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep	2.2012	nº 211, seção 3, p. 68, de 31.10.2012	1 listagem com 924,48m de documentos relativos a exames/avaliações referentes ao Exame Nacional de Cursos – ENC, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade, Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – Pisa de 2003 a 2009.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Secretaria Executiva – SE/Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	01/2012	nº 212, seção 3, p. 162, de 01.11.2012	14 listagens de conjuntos documentais relativos organização e funcionamento (audiências, despachos, reuniões), pessoal (missões fora da sede – viagens a serviço, no país), patrimônio (uso de dependências), orçamento e finanças (despesa), documentação e informação (protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos), assuntos diversos (solenidades, comemorações, homenagens, congressos, conferências, seminários, simpósios, encontros, convenções, ciclos de palestras, mesas redondas, comunicados e informes, agradecimentos, convites, felicitações, pêsames, protestos, reivindicações, sugestões, pedidos, oferecimentos e informações diversas) de 1995-2010, do MS.
31.10.2012	Ministério da Fazenda – MF	Casa da Moeda do Brasil – CMB	01.2012	nº 213, seção 3, p. 131, de 05.11.2012	1 listagem com 361,62m de documentos relativos a Informe de Rendimento – IRRF, de 1994 a 2004; Auxílios Alimentação/Refeição Vale-Transporte, de 1988 a 1989 e 1992 a 2000; Guia para Exame Médico/Odontológico – GEM, de 1998 a 1999; Missões fora da sede/Viagens a serviço/No país/Diárias, de 1989 a 2001; Compra de material permanente (inclusive compra por importação), de 1987 a 2000; Compra de material de consumo, de 1990 a 1991 e de 1993 a 2000; Requisição e Contratação de Serviços (inclusive licitações), de 1986 a 2000; Locação, arrendamento, comodato, de 1992, 1994, 1995 e 2000; Controle de portaria – Registro de ocorrências, de 1982 a 2001; Auditoria – Papéis de Trabalho de Auditoria, de 1995 a 2001; Receita – processos referentes a orçamentos/serviços, de 1980 e de 1982 a 2000; Despesa – Processos de pagamentos, de 1990 a 2000; Despesa – Notas fiscais, faturas, serviços/fornecedores; Compra (inclusive assinatura de periódicos) de 1995 e Serviço telefônico – fac-simile – Solicitações de servidores, de 1998 a 2004, da CMB.
29.10.2012	Ministério da Educação – MEC	Fundação Universidade de Brasília – FUB	01.2012	nº 213, seção 3, p. 48 e 49, de 05.11.2012	20 listagens com 184,58m de documentos relativos a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações, de 1965 a 2009, da FUB.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	5 e 6.2012	nº 217, seção 3, p. 177, de 09.11.2012	Edital nº 5: 1 listagem de documentos relativos a controle e uso de veículos de 2006 a 2008; controle e uso de veículos – requisição de 2005 a 2008; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos de 2002 a 2008; sugestões, reclamações, informações e denúncias encaminhadas à ouvidoria da Anvisa de 2000 a 2006; registro de produtos (saneantes, produtos para saúde, cosméticos, medicamentos e alimentos) cancelados, caducos, indeferidos e com pedido de desistência de 1919 a 2006; cadastro de produtos derivados do tabaco de 2005; notificações de fabricação de cosméticos e saneantes canceladas e não aceitas de 1990 a 2009; roubo de produtos de 2000 a 2003; pedido de autorização para

					<p>realização de pesquisas e ensaios clínicos indeferidos de 2000, 2003 a 2004; balanço de substâncias e medicamentos psicoativos – trimestrais de 2003 a 2007; balanço de substâncias e medicamentos psicoativos – anuais de 2003 a 2007; autorização para estudos de equivalência farmacêutica, biodisponibilidade e bioequivalência de 2005 a 2008; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 1998 a 2006; isenção de impostos para importação de produto de 2003 a 2007; doação de produtos importados de 2003; cota de importação do período de 2002 a 2007; autorização de importação de 2003 a 2007; certidão de registro e ou notificação para exportação de 1998 a 2007; autorização de distribuição e comercialização de vacinas de 2002 a 2004 e 2007; autorização de distribuição e comercialização de diluente de vacinas de 2002 a 2004; autorização de fabricação para fins exclusivos de exportação de 2000, 2001, 2004 a 2007; autorização de exportação de 2004 a 2007; autorização e autorização especial de funcionamento de empresas indeferidos e cancelados a pedido das empresas de 1970 a 2006; autorização de funcionamento de drogarias e farmácias indeferidos e cancelados de 1999, 2002 a 2006; formulário de informações sobre água de lastro de 2000 a 2003; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 2002 a 2007; traslado de cadáver de 2001 a 2007; certificado internacional de vacinação de 1991 a 2001 da ANVISA.</p> <p>Edital nº 6: 1 listagem de documentos relativos a férias do ano de 2004; horário de expediente de 1996 a 2006; controle de estoque de 2000 a 2008; transporte de material de 2005; controle de uso de veículos de 2001 a 2009; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos de 1998 a 2009; avaliação e acompanhamento periódico de 1998 a 2003; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 1999 a 2006; remessa internacional de 1998 a 2008; isenção de impostos para importação de produto de 1998 a 2000; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1999 a 2007; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 1998 a 2007; traslado de cadáver de 2000 a 2008; controle sanitário na infraestrutura portuária de 1998 a 2006; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária de 1999 a 2004; certificado internacional de vacinação de 1995 a 1999; comunicados e informes de 1998 a 2009 da ANVISA.</p>
Não Mencionado	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	01.2012	nº 219, seção 3, p. 160, de 13.11.2012	<p>4 listagens com 79,96 m de documentos do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1960 a 1989; 19,24 m de documentos da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1958 a 1989; 3,80 m de documentos da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação e assuntos diversos, de 1968 a 1990; e 2,57 m de documentos da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação e comunicações, de 1984 a 1988.</p>
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	01.2012	nº 220, seção 3, p. 173, de 14.11.2012	1 listagem de documentos relativos às atividades-meio de 1994, das seguintes áreas: Diretoria de Administração e do Instituto Fernandes Figueira.
Não Mencionado	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT	01.2012	- DOU nº 228, seção 3, p. 16, de 27.11.2012 (replicado em 29/11/2012)	Documentos relativos à Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finança, Documentação, Informação e Comunicações, do período compreendido entre 1º de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2004, do IBICT.
Não Mencionado	Ministério da Cultura – MinC	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN	02.2012	DOU nº 229, seção 3, p. 21, de 28.11.2012	1 listagem de documentos relativos à processos relacionados ao PRONAC – Programa Nacional de Apoio a Cultura, de 22/03/1992 a 06/04/2006 apresentadas à representação Regional do IPHAN, na cidade do Rio de Janeiro.

Não Mencionado	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT	01.2012	DOU nº 230, seção 3, p. 17, de 29.11.2012 (originalmente publicado em 27/11/2012)	1 listagem de documentos relativos a pessoal; material; patrimônio; orçamento e finanças; documentação e informação; comunicações e assuntos transitórios, de 2002 a 2004, do IBICT.
-------------------	---	---	---------	--	---

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 7 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2013

Data	Ministérios	Instituição	Edital	DOU	Especificação
	Ministério da Educação – MEC	Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS	01.2013	nº 8, seção 3, p. 35, de 11.01.2013	5 listagens com 32,81m de documentos relativos a comunicados e informes; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos; pedidos, oferecimentos e informações diversas; identificação funcional; candidatos a cargo e emprego público; curriculum vitae; exames de seleção; teste de datilografia; contribuição sindical do servidor; consignações; férias; adiantamentos e empréstimos a servidores; inspeções periódicas de saúde; ordem de serviço para reparo de equipamentos e mobiliários executados pelo próprio órgão e; relações de ligações realizadas por linha telefônica, de 1980 a 2012, produzidos e acumulados pela Divisão de Assistência Integral ao Servidor – DIAS; Gabinete da Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoal – GAB/ CGGP; Divisão de Registro e Movimentação – DIRM; Divisão de Bens Móveis – DIBM e Divisão de Bens Imóveis – DIBI da UFMS.
	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA		nº 13, seção 3, p. 153, de 18.01.2013	21 listagens com 232,774m de documentos referentes à organização e funcionamento (audiências, despachos, reuniões, comissões, conselhos, grupos de trabalho, juntas, comitês e divulgação interna), pessoal (cursos – promovidos por outras instituições, no Brasil), material (requisição e controle de serviços reprográficos, controle de estoque e autorização de saída de material), patrimônio (veículos – requisição, controle de portaria e uso de dependências), documentação e informação (protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos), comunicações (serviço telefônico), assuntos diversos (congressos, conferências, seminários, simpósios, encontros, convenções, ciclos de palestras, mesas redondas, feiras, salões, exposições, mostras, festas, visitas, visitantes, apresentação, recomendação, comunicados e informes, agradecimentos, convites, felicitações, pêsames, protestos, reivindicações, sugestões, pedidos, oferecimentos e informações diversas) de 1990-2009, do MS.
07.02.2013	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	01 e 02.2013	nº 29, seção 3, p. 79, de 13.02.2013	Edital nº 1: 1 listagem com 34,45m de documentos relativos a registro de produtos (saneantes, produtos para saúde, cosméticos, medicamentos) indeferidos, caducos, cancelados, de 1970 a 1998; autorização e autorização especial de funcionamento de empresas indeferidos e cancelados a pedido das empresas, de 1976 a 1997. Especificações do Edital nº2: 1 listagem com 20,72m de documentos relativos a compra, não efetivada, de material permanente de 2005, 2007, 2008; controle de uso de veículos de 1998, 1999, 2003 a 2009; notificação de 1989, 1991, 1996, 1997, 2000, 2001, 2003, 2004; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 1994 a 1996, 1998 a 2006; doação de produtos importados de 1999; remessa de medicamentos e produtos de 1998 a 1999; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1994 a 1997, 1999 a 2006; formulário de informações sobre água de lastro de 2000 a 2001; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 1998 a 2007; traslado de cadáver, de 1997, 2000 a 2008; controle sanitário na infraestrutura portuária de 2005; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária, de 1997 a 1998; certificado internacional de vacinação, de 2000 a 2001.
17.10.2012	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA		nº 40, seção 3, p. 7, de 28.02.2013	1 listagem com 48,44m de documentos relativos a administração geral, pessoal, aperfeiçoamento e treinamento, estágios, missões fora da sede, material e consumo, movimentação de material, instalação e manutenção, veículos, outros referentes a patrimônio e assuntos transitórios de 1979 a 2007, da Sede da Embrapa Semiárido, em Petrolina-PE.
22.02.2013	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA		nº 44, seção 3, p.9 e 10, de 06.03.2013	: 1 listagem com 23,25m de documentos relativos a material permanente e de consumo, instalação e manutenção e execução financeira, de 1996 a 2004, da Embrapa Suínos e Aves, em Concórdia-SC.
28.02.2013	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO		nº 44, seção 3, p.105, de 06.03.2013	1 listagem com 4,2m de documentos relativos a candidatos a cargo e emprego públicos: inscrição e curriculum vitae de 1994 a 2009, e os relativos a pedidos, oferecimentos e informações diversas de 1995 a 2004.

18.03.2013	Ministério da Cultura – MinC	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN		nº 55, seção 3, p.13, de 21.03.2013	1 listagem com 1,99m de documentos relativos a solicitações autorizadas de pedido de saída de obras de arte, de 03/01/2007 a 27/12/2007, apresentadas à Representação Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.
21.03.2013	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	03.2013	nº 57, seção 3, p.92, de 25.03.2013	1 listagem com 10,5m de documentos relativos à liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária e ao controle sanitário em meios de transportes terrestres, de 2007.
26.03.2013	Ministério das Cidades – MCIDADES	Secretaria Executiva do MCIDADES		nº 60, seção 3, p. 111, de 28.03.2013	2 listagens com 140,42m de documentos relativos aos conjuntos documentais sob os códigos 063.2, 993 da Resolução nº 14/2011 do CONARQ, e os trabalhos concorrentes ao Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, da I à X edição, de 1996 a 2010.
15.04.2013	Ministério das Educação – MEC	Universidade Federal de Goiás – UFG		nº 72, seção 3, p. 61, de 16.04.2013	1 listagem com 32,7m de documentos relativos ao Ensino superior, Pesquisa, Extensão, Educação básica e profissional e Assistência estudantil de 1958 a 2008.
Não Mencionado	Ministério das Educação – MEC	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA		nº 81, seção 3, p. 35, de 29.04.2013	1 listagem com 17,5m de documentos relativos às atividades de 1961 a 2011. Termo de Eliminação de Documentos: DOU nº 116, seção 3, p. 44, de 19.06.2013
22.05.2013	Ministério da Educação – MEC	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE		nº 99, seção 3, p. 37, de 24.05.2013	1 listagem com 2,1m de documentos relativos aos avisos de recebimento (ARs), de 2000 a 2010, da Divisão de Apoio Técnico-Administrativo da Auditoria do FNDE. Termo de Eliminação dos Documentos: DOU nº 155, seção 3, p. 42, de 13.08.2013.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	2 e 3.2013	nº 119, seção 3, p. 78, de 24.06.2013 => Retificação nº 2/2013 – DOU nº 123, seção 3, p. 74, de 28.06.2013	Edital nº2: 1 listagem com 94,2m de documentos relativos à Atividade Fim: provas, exames, trabalhos, inclusive verificações suplementares e trabalhos de conclusão de curso, de 2004 a 2011. Especificações do Edital nº3: 1 listagem com 15,41m de documentos relativos à Atividade Fim: provas, exames, trabalhos, inclusive verificações suplementares, de 2005 a 2010.
24.06.2013	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	Coordenação de Documentação e Informação do MTE		nº 123, seção 3, p. 180, de 28.06.2013	1 listagem com 84,28m de documentos relativos a controle de uso de veículos de 1994 a 2007; requisição de controle de uso de veículos de 1993 a 2008; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos de 1966 a 2009, do MTE.
01.07.2013	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz		nº 124, seção 3, p. 141, de 01.07.2013	1 listagem com 110,15m de documentos relativos a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1972 a 1990, da Fundação Oswaldo Cruz
03.07.2013	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG		nº 128, seção 3, p. 83, de 05.07.2013	7 listagens com 299,644m de documentos relativos a pessoal, documentação e informação, cursos de graduação, cursos de pós-graduação stricto sensu e de pós-graduação lato sensu, de 1973-2011.
28.06.2013	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Rio de Janeiro – SUPE-RJ/IBAMA		nº 133, seção 3, p. 126, de 12.07.2013	1 listagem com 11,20 m de documentos diversos não identificados, devido ao avançado estado de petrificação referentes a assuntos diversos da administração geral, produzidos e acumulados pelo IBAMA. Termo de eliminação: DOU nº 156, seção 3, p. 166, de 14.08.2013.
16.07.2013	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	04.2013	nº 137, seção 3, p. 75, de 18.07.2013	1 listagem com 12,29m de documentos relativos à atividade fim, código TTDD 125.31 (provas. Exames. Trabalhos – inclusive verificações suplementares), de 1993 a 2010, e código TTDD 125.32 (trabalhos de conclusão de curso), de 1993 a 2010.
29.07.2013	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	04.2013	nº 146, seção 3, p. 119, de 31.07.2013	1 listagem com 146,02m de documentos relativos a liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 1996 a 2007 e controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1998 a 2006 da ANVISA.
06.08.2013	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA, da Secretaria Executiva – SE, do MS.	02.2013	nº 155, seção 3, p. 113, de 13.08.2013	13 listagens com 89,73m de documentos relativos a organização e funcionamento (audiências, despachos, reuniões; comissões conselhos, grupos de trabalho, juntas, comitês; divulgação interna e informações sobre o órgão), pessoal (candidatos a cargo e emprego público; inscrição e curriculum vitae; exames de seleção; cursos (inclusive bolsas de estudo) promovidos pela instituição; cursos (inclusive bolsa de estudo) promovidos por outras instituições no Brasil; estágios

					(inclusive bolsas de estágio) promovidos por outras instituições no exterior; abono ou provento provisório; consignações; férias e inspeções periódicas de saúde), material (material permanente – compra (inclusive compra por importação); material de consumo – compra; material de consumo – cessão, doação, permuta; controle de estoque – inclusive requisição, distribuição e RMA; transporte de material; autorização de saída de material; recolhimento de material ao depósito e alienação, baixa (material permanente e de consumo) – cessão, doação, permuta) patrimônio (veículos – aquisição (inclusive licitações) – cessão, doação, permuta, transferência; veículos alienação (inclusive licitações) – cessão, doação, permuta, transferência, prevenção de incêndio e controle de portaria) orçamento e finanças (previsão orçamentária e quadro de detalhamento de despesa) documentação e informação (protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos) assuntos diversos (solenidades, comemorações, homenagens; congressos, conferências, seminários, simpósios, encontros, convenções, ciclos de palestras, mesas redondas; apresentação, recomendação; comunicados e informes; agradecimentos, convites, felicitações, pêsames; protesto, reivindicações, sugestões; pedidos, oferecimentos e informações diversas) de 1970-1996/1998-2011, do MS.
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG		nº 163, seção 3, p. 7, de 23.08.2013	1 listagem com 33m de documentos relativos a Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças, e Documentação e Informação, de 1971 a 2010. Termo de Eliminação: 02.10.2013
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	05.2013	nº 166, seção 3, p. 125, de 28.08.2013	1 listagem com 2.013,34 de documentos relativos a liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 2004 a 2006; remessa internacional de 2002 a 2008; registro de exportações de 1998 a 2008; remessa de medicamentos e produtos de 2002 a 2008; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1998 a 2007 e comunicados e informes de 2000 a 2009.
06.09.2013	Ministério das Comunicações – MC	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do MC		nº 174, seção 3, p. 131, de 09.09.2013	1 listagem com 660,42m de documentos relativos à Organização e Funcionamento, Pessoal, Material, Patrimônio, Documentação e Informação e Comunicações, integrantes do acervo do MC.
05.09.2013	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	Serviço de Apoio Administrativo/ Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do MDIC		nº 175, seção 3, p. 126, de 10.09.2013	3 listagens com 76,7m de documentos relativos a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e outros assuntos referentes à administração geral de 1967 a 2011, da Seção de Arquivo Geral (SEARQ) e do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), além das quartas vias das Guias de Importação e Exportação de 1992, da Divisão de Documentação e Biblioteca (DIDOB). Termo de Eliminação: Boletim de Serviço Suplementar nº 10-A, de 15.10.2013
21.10.2013	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	6.2013	nº 205, seção 3, p. 119, de 22.10.2013	1 listagem com 63,56m de documentos relativos ao controle de uso de veículos de 2006 a 2008; Protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos de 2000 a 2008; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária, de 2004 a 2007; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1998 a 2008; controle sanitário em meios de transportes aéreos, de 1998 a 2008; certificado internacional de vacinação de 1998 a 2002 da ANVISA.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	8.2013	nº 216, seção 3, p. 186, de 06.11.2013	1 listagem com 33,04m de documentos relativos a compra, não efetivada, de material permanente de 2005 a 2008, 2010 e 2011; compra, não efetivada, de material de consumo de 2005, 2006, 2008, 2010 e 2011; controle de estoque de 2005 a 2009; requisição e contratação, não efetivada, de serviços de 2004 a 2006, 2008, 2010 e 2011; controle de uso de veículos de 2002 a 2005, 2007 e 2010; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos de 2000, 2005, 2006, 2009; notificação de 1995, 1997, 1998, 2002 a 2006; liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 1994 a 2000; remessa internacional de 1996 a 1999, 2002, 2004 a 2006; autorização de funcionamento de empresas indeferidas de 2007; autorização de funcionamento de empresas canceladas de 2008, 2009, 2010, 2011; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1995 a 2008; formulário de informações sobre água de lastro de 2000 a 2005; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 1999, 2001, 2002, 2004 a 2008; traslado de cadáver de 1999 a 2008; controle sanitário

					na infraestrutura portuária de 1992, 1999, 2000 a 2008; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária de 1995, 2000 a 2008; certificado internacional de vacinação de 2001 a 2002 da ANVISA.
05.11.2013	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	n.396.397	nº 219, seção 3, p. 124, de 11.11.2013	Edital nº 396: 1 listagem com 5,25m de documentos relativos a candidatas a cargo e emprego público: inscrição e curriculum vitae, produzidos e acumulados pela Setor de Admissão de Docentes – SEAD do Polo Macaé, de 2010. Especificações do Edital nº 397: 1 listagem com 45m de documentos relativos a provas, exames e trabalhos, produzidos e acumulados pela Faculdade Nacional de Direito, de 1990-2009.
18.11.2013	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS		nº 224, seção 3, p. 101 e 102, de 19.11.2013; RETIFICADO no DOU nº 232, seção 3, p. 99, de 29.11.2013	2 listagens com 100m de documentos relativos às atividades-meio e fim, de 1941 a 2009.
29.11.2013	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM		nº 233, seção 3, p. 91, de 02.12.2013	2 listagens com 49,9m de conjuntos documentais da PROINFRA – Pró-Reitoria de Infraestrutura, de 2000 a 2012. RETIFICADO em DOU nº 235, seção 3, p. 85, de 04.12.2013
04.12.2013	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	07.2013	nº 236, seção 3, p. 135, de 05.12.2013	1 listagem com 14,7m de documentos relativos a audiência, despachos, reuniões, de 2000 a 2010; comissões, conselhos, grupos de trabalho, juntas, comitês, de 1999 a 2003; curso promovidos pela instituição, de 2000 a 2007; lotação, remoção, transferência, permuta, de 2000 a 2003; horário de expediente de 1995 a 2000; missões fora da sede – viagens a serviço, de 2000 a 2001; compra de material permanente de 2000 a 2001; compra de material de consumo, de 2000 a 2001; termo de responsabilidade, de 2000 a 2001; controle de estoque, de 2000 a 2005; transporte de material do período de 2005 a 2010; autorização de saída de material, de 2004 a 2008; abastecimento, limpeza, manutenção, reparo de veículos, de 2000 a 2001; controle de uso de veículos, de 2000 a 2009; previsão orçamentária, de 2001 a 2009; acompanhamento de despesa mensal de 2001; publicação de matérias nos boletins administrativos, de pessoal e de serviço, de 2000 a 2009; editoração, programação visual, de 2000 a 2001; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos, de 2001 a 2010; informática – assistência técnica, de 2000 a 2001; serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada – malote, de 2000 a 2001; contas telefônicas de 2000 a 2001; monitoramento e investigação – notificação, de 2000 a 2006; monitoramento e investigação – auto de infração, de 1995 a 1996; liberação de importação, de 1994 a 2007; remessa internacional, de 2001 a 2005; autorização de funcionamento de empresas indeferidas, de 2003 a 2007; controle sanitário em meios de transportes aéreos, de 2003 a 2008; controle sanitário em meios de transportes terrestres, de 2003 a 2008; traslado de cadáver, de 1999 a 2009; controle sanitário na infraestrutura portuária, de 2000 a 2008; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária, de 2000 a 2008; pedidos, oferecimentos e informações diversas, de 1997 a 2010, da Anvisa.
06.12.2013	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Agência Nacional de Águas – ANA		nº 239, seção 3, p. 120, de 10.12.2013	1 listagem com 33,32m de documentos relativos à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e a assuntos diversos, de 1999 a 2010, da ANA.

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 8 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2014

Data	Ministérios	Instituição	Edital	DOU	Especificação
Não Mencionado	Ministério das Cidades – MCIDADES	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – Trensurb	01.2014	nº 2, seção 3, p. 133, de 03.01.2014	1 listagem com 978 m de documentos relativos à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e a assuntos diversos, de 1980 a 2010.
Não Mencionado	Empresa Brasil de Comunicação – EBC	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM-PR	01.2014	nº 4, seção 3, p. 3, de 07.01.2014; retificado pelo Aviso de Retificação de 09.01.2014.	1 listagem de documentos relativos a área de pessoal, material, financeira e orçamentária, de documentação e informação, comunicações e assuntos referentes à administração geral, de 1977 a 2010, da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), da Empresa Brasileira de Comunicação S.A. (Radiobrás) e da EBC, a sucessora.
02.01.2014	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	01.2014	nº 4, seção 3, p. 49, de 07.01.2014	1 listagem com 2,70 m de conjuntos documentais da Comissão de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Material e Patrimônio – DEMAPA, de 2005 a 2007
07.01.2014	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	09.2014	DOU nº 5, seção 3, p. 132, de 08.01.2014	1 listagem de documentos relativos a cursos promovidos pela instituição de 1999 a 2007; horário de expediente de 1999 a 2007; controle de estoque de 1999 a 2007; controle de uso de veículos de 1999 a 2007; remessa internacional de 1999 a 2007; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1999 a 2007; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 1999 a 2007; controle sanitário na infraestrutura portuária de 1999 a 2003; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária de 1999 a 2007; certificado internacional de vacinação de 1999 a 2002; comunicados e informes de 1999 a 2007.
08.01.2014	Ministério da Educação – MEC	Fundação Universidade de Brasília – FUB	01.2014	nº 6, seção 3, p. 25, de 09.01.2014	39 listagens com 449,62 m de documentos relativos a organização e funcionamento; pessoal; material; patrimônio; orçamento e finanças; documentação e informação; comunicações e assuntos diversos, de 1960 a 2011.
Não Mencionado	Ministério de Minas e Energia – MME	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf	01.2014	nº 6, seção 3, p. 138, de 09.01.2014	2 listagens de documentos relativos a assuntos de Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças, e Documentação e Informação, 1972 a 2007.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	01.2014	nº 12, seção 3, p. 170, de 17.01.2014	18 listagens de documentos relativos a assuntos referentes à organização e funcionamento (audiências, despachos, reuniões; comissões conselhos, grupos de trabalho, juntas, comitês), pessoal (recrutamento e seleção – candidatos a cargo e emprego públicos; inscrição e curriculum vitae; aperfeiçoamento e treinamento – cursos promovidos por outras instituições no Brasil; estágios promovidos pela instituição no Brasil; direitos, obrigações e vantagens – salário família; descontos – contribuição sindical do servidor; imposto de renda retido na fonte (IRRF); consignações; outros descontos; encargos patronais. Recolhimentos – imposto de renda; Férias; higiene e segurança do trabalho – refeitório, cantinas e copas (fornecimento de refeições); inspeções periódicas de saúde; outros assuntos referentes a pessoal – horário de expediente (inclusive escala de plantão); controle de frequência. Livros. Cartões. Folhas de ponto. Abono de faltas. Cumprimento de horas extras), material (cadastro e fornecedores; requisição e controle de serviços reprográficos (inclusive assinaturas autorizadas e reproduções de formulários); movimentação de material – controle de estoque (inclusive requisição, distribuição e RMA); autorização de saída de material; instalação e manutenção – serviços executados em oficinas do órgão), patrimônio (veículos – controle de uso de veículos; requisição; estacionamento. Garagem; outros assuntos referentes a patrimônio – sinistro; controle de portaria), orçamento e finanças (orçamento – previsão orçamentária e quadro de detalhamento de despesa) documentação e informação (protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos), comunicações (serviço telefônico (inclusive autorização para ligações interurbanas) Fac-símile, assuntos diversos (solenidades, comemorações, homenagens; congressos, conferências, seminários, simpósios, encontros, convenções, ciclos de palestras, mesas redondas; visitas e visitantes; assuntos transitórios – apresentação, recomendação; comunicados e informes; agradecimentos, convites, felicitações, pêsames; pedidos, oferecimentos e informações diversas) de 1960- 2010.

Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Comissão de Valores Mobiliários – CVM	01.2014	nº 33, seção 3, p. 127, de 17.02.2014	1 listagem de documentos relativos a pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1977 a 2010.
Não Mencionado	Ministério de Minas e Energia – MME	Boa Vista Energia S/A – BVENERGIA	01.2014	nº 40, seção 3, p. 139, de 26.02.2014	Documentos, em avançado estado de deterioração, relativos a fundo rotativos de caixa, notas fiscais e processos de pagamentos, de 2002 a 2008.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	01.2014	nº 59, seção 3, p. 145, de 27.03.2014	1 listagem de documentos relativos à liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 2007 e de 2008 e controle sanitário em meios de transportes terrestres de 2008.
Não Mencionado	Ministério de Minas e Energia – MME	Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ACRE	01.2014	nº 63, seção 3, p. 127, de 02.04.2014	1 listagem com 57,82 m de documentos relativos à despesa com fornecedores de 1998 a 2001 e de 2004.
10.04.2014	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	02.2014	nº 70, seção 3, p. 132, de 11.04.2014	1 listagem de documentos relativos a liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 2007 a 2008.
23.04.2014	Ministério das Comunicações – MC	Empresa de Correios e Telégrafos – ECT	01.2014	nº 77, seção 3, p. 140, de 24.04.2014	2 listagens totalizando 16.865,5m de documentos relativos ao Demonstrativo Financeiro Agência Consolidado, de 1989 a 1992 e de 1995 a 2000.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP	01.2014	nº 82, seção 3, p. 57, de 02.05.2014	1 listagem com 1.298,19 m de documentos relativos ao Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e à Prova Brasil, de 2008 a 2011.
21.05.2014	Ministério de Minas e Energia – MME	Boa Vista Energia S/A – Eletrobrás Distribuição Roraima	02.2014	nº 98, seção 3, p. 163, de 26.05.2014	1 listagem com 13,12 m de documentos relativos a Finanças-Despesa, de 2003, 2005 e 2006.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	01.2014	nº 101, seção 3, p. 116, de 29.05.2014	1 listagem com 23 m de documentos relativos à pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação e comunicações, de 2000 a 2003 do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS.
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	01.2014	nº 105, seção 3, p. 11, de 04.06.2014	1 listagem de 15,12m de documentos relativos a controle de estoque, alienação e baixa de material permanente e de consumo, inventário de material de consumo, assuntos transitórios e pedidos, oferecimentos e informações diversas de 1997 a 2008, da Embrapa Sede.
02.06.2014	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	02.2014	nº 105, seção 3, p. 74, de 04.06.2014	1 listagem com 26,50 m de conjuntos documentais relativos às atividades-meio do exercício de 1998.
Não Mencionado	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM-PR	Empresa Brasil de Comunicação – EBC	02.2014	nº 117, seção 3, p. 2, de 23.06.2014	1 listagem de documentos relativos a área de administração geral, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, e comunicações, de 1960 a 2009, da Agência Brasileira de Notícias – EBN, da Empresa Brasileira de Comunicação S.A., Radiobrás e da EBC que é a empresa sucessora
30.05.2014	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	01.2014	nº 117, seção 3, p. 7, de 23.06.2014	1 listagem de 6,2m de documentos relativos a compra de material de permanente e à alienação e baixa de material permanente e de consumo, de 2001 a 2003, da Embrapa Soja.
03.07.2014	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	03.2014	nº 126, seção 3, p. 157, de 04.07.2014	1 listagem de documentos relativos a liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 2006 a 2008.
27.06.2014	Ministério da Cultura – MinC	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN	01.2014	nº 127, seção 3, p. 10, de 07.07.2014	1 listagem de documentos relativos a solicitações autorizadas de pedido de saída de obras de arte, de 03/01/2008 a 29/12/2008.
07.07.2014	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	20.2014	nº 129, seção 3, p. 50, de 09.07.2014	1 listagem com 15 m de documentos relativos à pessoal, material, patrimônio e a orçamento e finanças, do período 2000-2002 de Bio-Manguinhos.
11.07.2014	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	02.2014	nº 137, seção 3, p. 96, de 21.07.2014	7 listagens de documentos relativos a organização e funcionamento (audiências, despachos, reuniões; divulgação interna), pessoal (Obrigações trabalhistas e estatutárias, relação com órgãos normatizadores da Administração Pública, Lei dos 2/3. RAIS; Candidatos a cargo e emprego públicos: inscrição e curriculum vitae;

					Aperfeiçoamento e treinamento – cursos: promovidos pela instituição; aperfeiçoamento e treinamento – cursos: promovidos por outras instituições no Brasil; Estágios – promovidos pela instituição; salários, vencimentos, proventos e remunerações; Salário-família; IRRF; consignações; PASEP, PIS; Imposto de Renda; Férias; Outros direitos, obrigações e vantagens: Auxílios – alimentação/refeição, assistência pré-escolar/creche, fardamento/uniforme, moradia, vale-transporte; Benefícios: auxílios – acidente, doença, funeral, natalidade; Outros benefícios: transportes para servidores; Horário de expediente – inclusive escala de plantão) material (Requisição e controle de serviços reprográficos – inclusive assinaturas autorizadas e reproduções de formulários; Aquisição: compra – inclusive compra por importação; material de consumo: compra; material de consumo: cessão, doação, permuta; controle de estoque – inclusive requisição, distribuição e RMA; autorização de saída de material; alienação, baixa: venda – inclusive leilão; requisição e contratação de serviços – inclusive licitações) patrimônio (veículos: cessão, doação, permuta, transferência; controle de uso de veículos; controle de uso de veículos: requisição; controle de uso de veículos: autorização para uso fora do horário de expediente; controle de portaria) orçamento e finanças (execução financeira: receita e despesa) documentação e informação (normas e manuais: produção de documentos, levantamento, fluxo; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos; política de acesso aos documentos: consultas. Empréstimos) comunicações (serviço telefônico – inclusive autorização para ligações interurbanas; contas telefônicas) assuntos diversos (Congressos, conferências, seminários, simpósios, encontros, convenções, ciclos de palestras, mesas redondas; assuntos transitórios: apresentação, recomendação; comunicados e informes; agradecimentos, convites, felicitações, pêsames; pedidos, oferecimentos e informações diversas) de 1959 a 2011.
22.07.2014	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama	01.2014	nº 139, seção 3, p. 170, de 23.07.2014	4 listagens com 138,95m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, sendo: 125,90 m, de 1989 a 2007, do Ibama; 11,63 m, de 1969 a 1989, do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); 0,52 m, de 1979 a 1989, da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); e 0,90 m, de 1968 a 1989, da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Termo de Eliminação: DOU nº 199, seção 3, p. 115, de 15.10.2014
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA	01.2014	nº 145, seção 3, p. 42, de 31.07.2014	1 listagem com 126m de documentos referentes a atividades-fim de 1961 a 2012. Termo de eliminação: DOU nº 175, seção 3, p. 33, de 11.09.2014
30.07.2014	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	3,4 e 5.2014	nº 145, seção 3, p. 108, de 31.07.2014 Retificação dos Editais nº 3, 4 e 5: DOU nº 149, seção 3, p. 110, de 06.08.2014.	3 listagens de documentos referentes à pessoal, material, patrimônio e a orçamento e finanças, da Fiocruz, sendo edital nº3: de 1995 a 1997; edital nº4: de 1995 a 2001; e edital nº 5: de 1987 a 2002.
07.08.2014	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	4.2014	nº 152, seção 3, p. 92, de 11.08.2014	1 listagem de documentos referentes a liberação de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária de 2005 a 2008.
08.08.2014	Ministério da Cultura – MinC	Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro – IPHAN-RJ	2.2014	nº 158, seção 3, p. 18, de 19.08.2014	1 listagem de documentos relativos a processos relacionados ao PRONAC – Programa Nacional de Apoio a Cultura, de 2007 a 2008.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	01.2014	nº 171, seção 3, p. 56, de 05.09.2014	7 listagens de documentos relativos a material, documentação e informação, cursos de graduação, vida acadêmica dos alunos de pós graduação <i>latu sensu</i> e assuntos diversos de 1985-2012.

04.09.2014	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	276-277.2014	nº 171, seção 3, p. 84, de 05.09.2014	nº 276: 1 listagem com 15,20 m de documentos relativos a pessoal, material, patrimônio e assuntos diversos, de 1946-2011. Edital nº 277: 1 listagem com 14,85 m de documentos relativos a bolsa auxílio (inscrição, seleção, admissão e renovação), de 1990-2011 Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 1/2014, de 01.09.2014 – DOU nº 168, seção 3, p. 49, de 02.09.2014.
Não Mencionado	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	02.2014	nº 174, seção 3, p. 116, de 10.09.2014	1 listagem com 140,93 m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1984 a 2011, produzidos e acumulados por antecessores do Ibama. Termo de eliminação: DOU nº 36, seção 3, p. 110, de 24.02.2015
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE	01.2014	nº 204, seção 3, p. 72, de 22.10.2014	3 listagens com 187 m de documentos relativos a provas, exames e trabalhos pelas Unidades Acadêmicas de Serra Talhada e de Garanhuns, e pelo Departamento de Pesca, de 2000 a 2012. Editais de Ciência de Eliminação de Documentos n.º 3 e n.º 4/2014 – DOU nº 189, seção 3, p. 94, de 01.10.2014 Ministério da Educação – MEC Universidade Federal de Santa Maria – UFSM Especificações nº 3: 1 listagem com 16,20 m de conjuntos documentais relativos às atividades-meio de 2000 a 2011. Especificações nº 4: 1 listagem com 3,3 m de conjuntos documentais relativos às atividades-meio e às atividades-fim de 1985 a 2011.
Não Mencionado	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	03.2014	nº 219, seção 3, p. 140, de 12.11.2014 Com Retificação – DOU nº 225, de 20.11.2014	1 listagem com 304,36 m de documentos referentes a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1989 a 2012.
12.11.2014	Conselho Federal de Farmácia.	Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul – CRF-RS	02.2014	nº 226, seção 3, p. 220, de 21.11.2014	1 listagem de documentos relativos a Compra de Material de Consumo de 2012 (processos de material de consumo não adquiridos) e 2007; Receita e Despesa de Execução Financeira de 2007; Comunicados e Informes, Agradecimentos, Convites, Felicitações, Pêsames, Pedidos, Oferecimentos e Informações Diversas de 2000 a 2012.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	5.2014	nº 231, seção 3, p. 233, de 28.11.2014	1 listagem de documentos relativos a viagens a serviço no país; compra de material permanente; compra de material de consumo; controle de uso de veículos (requisição); execução financeira (despesa); tributos (impostos e taxas); compra de documentação bibliográfica; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos; contas telefônicas; relações com os agentes regulados; sugestões, reclamações, informações e denúncias; registro de produtos indeferidos (produtos para saúde); registro de produtos desistência (cosméticos); registro de produtos desistência (medicamentos); notificação de fabricação não aceita (cosméticos); notificação; roubo de produtos; autorização para realização de pesquisas e ensaios clínicos indeferidos; balanço de substâncias e medicamentos psicoativos trimestrais; balanço de substâncias e medicamentos psicoativos anuais do período; autorização para estudos de equivalência farmacêutica, biodisponibilidade e bioequivalência; liberação de importação; remessa Internacional; isenção de impostos para importação de produto; cota de importação do período; autorização de importação; certidão de registro e ou notificação para exportação; autorização de distribuição e comercialização de diluente de vacinas; autorização de fabricação para fins exclusivos de exportação; autorização de exportação; autorização e autorização especial de funcionamento de empresas indeferidas; certificado de boas práticas; relatório de inspeção; controle sanitário em meios de transportes aéreos; traslado de cadáver; e certificado Internacional de vacinação de 1970 a 2011.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos administrativos, da Secretaria Executiva – SAA/SE	03.2014	nº 232, seção 3, p. 108, de 01.12.2014	14 listagens de documentos relativos a documentação e informação (protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos; consultas, empréstimos) assuntos diversos (comunicados e informes; agradecimentos, convites, felicitações, pêsames; protestos, reivindicações, sugestões; pedidos, oferecimentos e informações diversas), de 1971 a 2012.
Não Mencionado	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa	01.2014	nº 232, seção 3, p. 174, de 01.12.2014	1 listagem de documentos relativos a Pedido de Protocolo de Internamento-PPI, Pedido de Protocolo de Vistoria – PPV, Protocolo de Pedido de Vistoria e Internamento – PPVI, Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional (para vistoria física) – PIN e Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional (para vistoria técnica – PIN (VT) referentes a processos regulares sem pendência jurídicas, de 1983 a 2006.

Não Mencionado	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	04.2014	nº 232, seção 3, p. 174, de 01.12.2014	1 listagem com 248,28m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1989 a 2011. Termo de eliminação: DOU nº 36, seção 3, p. 110, de 24.02.2015
10.12.2014	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	5.2014	nº 240, seção 3, p. 82, de 11.12.2014	3 listagens com 27,42 m de conjuntos documentais das atividades-meio e atividades-fim, da Divisão de Protocolo do departamento de Arquivo Geral, de 1988 a 2011, da Secretaria de Apoio Internacional do Gabinete do Reitor, de 2001 a 2011, da Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, de 2011, e do Centro de Educação, de 1979 a 2011.
30.12.2014		Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia – CRVM-BA	01.2014	nº 253, seção 3, p. 165, de 31.12.	1 listagem de documentos relativos a "Comunicados e Informes" e "Informações Diversas", do período de 2002-2007, do Gabinete da Presidência.

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 9 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2015

Data	Ministérios	Instituição	Edital	DOU	Especificação
05.01.2015	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa	01.2015	nº 4, seção 3, p. 144, de 07.01.2015 Retificado em DOU nº 17, seção 3, p. 155, de 26.01.2015	9 listagens com 757,21 m de documentos relativos a Pedido de Protocolo de Internamento-PPI, Pedido de Protocolo de Vistoria – PPV, Protocolo de Pedido de Vistoria e Internamento – PPVI, Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional (para vistoria física)- PIN e Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional (para vistoria técnica – PIN (VT) referentes a processos regulares sem pendência jurídicas, de 1990 a 2006.
12.01.2015	Ministério da Integração Nacional – MI	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf	01.2015	nº 8, seção 3, p. 71, de 13.01.2015	1 listagem com 54,64 m de documentos relativos a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e a assuntos diversos, de 1967 a 2012.
08.01.2015	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	Não mencionado	nº 9, seção 3, p. 152, de 14.01.2015	12 listagens com 26,91 m de documentos relativos a assuntos referentes à pessoal, material patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação e assuntos diversos de 1991 a 2012.
13.01.2015	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal Fluminense – UFF	1 e 2.2015	nº 12, seção 3, p. 73, de 19.01.2015	edital nº 1: 2 listagens com 46,5 m de documentos relativos às atividades-meio: Exames de seleção e Protocolo; e os relativos às atividades-fim: processo de seleção, Inscrições, Controle de aplicação de provas, Correção de provas e Controle de aplicação de provas, de 1999 a 2011. Especificações edital nº 2: 1 listagem com 40,5 m de documentos relativos à atividade-fim: Provas. Exames. Trabalhos, de 1956 a 1987. Termos de Eliminação de Documentos nº 1 e nº 2, de 26.05.2015
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Pantanal	01.2015	nº 15, seção 3, p. 5, de 22.01.2015	1 listagem com 52,64m de documentos relativos a material de consumo, movimentação de material, execução financeira, protocolo, recepção e tramitação de documentos, serviço telefônico e outros referentes a assuntos transitórios da Embrapa Pantanal de 1991 a 2012.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração no Rio de Janeiro – SAMF/RJ	01.2015	nº 17, seção 3, p. 114, de 26.01.2015	1 listagem de documentos relativos a pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicação e assuntos transitórios de 1949, 1951 a 2000 e 2002, da SAMF/RJ.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio	Não Mencionado	nº 18, seção 3, p. 72, de 27.01.2015	1 listagem de documentos relativos a atividades-fim de 1972 a 2010, da Unirio.
Não Mencionado	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP	Diretoria de Planejamento e Gestão/Secretaria-Executiva – SE	Não mencionado	nº 30, seção 3, p. 128, de 12.02.2015 Retificado em DOU nº 32, seção 3, p. 105, de 18.02.2015	8 listagens com 226 m de documentos relativos a Organização e Funcionamento, Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças, Documentação e Informação, Comunicações, Assuntos Diversos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 1969 a 2011.
Não mencionado	Ministério das Cidades – MCIDADES	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – Trensurb	01.2015	nº 41, seção 3, p. 91, de 03.03.2015	1 listagem com 375,3 m de documentos relativos a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1980 a 2012, da Trensurb.
Não mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	01.2015	nº 44, seção 3, p. 98, de 06.03.2015	1 listagem com 10,92 m de documentos relativos a provas e exames, de 2007 a 2011, da UFSC.
11.03.2015	Ministério de Minas e Energia – MME	Boa Vista Energia S/A	01.2015	nº 48, seção 3, p. 141, de 12.03.2015	1 listagem de eliminação de documentos relativos a Congressos, conferência, simpósios, encontros, convenções, ciclos de palestras, mesas redondas, feiras, salões, exposições, mostras, festas, visitas e visitantes, comunicados e informes, agradecimentos, convites, felicitações, Pêsames, pedidos, oferecimentos e informações diversas, associações culturais, de

					amigos e de servidores, de 2000 a 2012, da Presidência.
26.03.2015	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional da Vigilância Sanitária – Anvisa	1 e 2.2015	nº 59, seção 3, p. 119, de 27.03.2015	edital nº 1: 1 listagem de eliminação com 25,76 m de documentos relativos a horário de expediente; compra, não efetivada, e material de consumo; controle de estoque; autorização e saída de material; requisição e contratação não efetivada de serviços; controle de uso de veículos; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos; notificações; liberação de importação; remessa internacional; autorização e autorização especial de funcionamento de empresas indeferidas; autorização e autorização especial de funcionamento de empresas canceladas a pedido das empresas; controle sanitário em meios de transportes aquaviários; formulário de informações sobre água de lastro; controle sanitário em meios de transportes aéreo; traslado de cadáver; controle sanitário na infraestrutura portuária; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária; e certificado internacional de vacinação de 1995 a 2011 da Anvisa. Especificações edital nº 2: 1 listagem com 14m de documentos relativos a liberação de importação e controle sanitário em meios de transportes terrestres de 2009 da Anvisa.
10.04.2015	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	01.2015	nº 71, seção 3, p. 133, de 15/04/2015	1 listagem de documentos relativos a organização e funcionamento, a pessoal, orçamento e finanças, documentação e informação e assuntos diversos, de 1997 a 2011, do MS.
03.04.2015	Ministério das Comunicações – MC	Não mencionado.	nº 27, SEI-MC	nº 71, seção 3, p. 143, de 15.04.2015	1 listagem de documentos relativos a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, integrantes do acervo do MC.
31.03.2015	Ministério da Educação – MEC	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET	01.2015	nº 72, seção 3, p. 25, de 16.04.2015	1 listagem com 22 m de documentos relativos a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e outros assuntos referentes a administração geral de 1988 a 2004, da SEARQ.
04.05.2015	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	3,4.2015	nº 84, seção 3, p. 123, de 06.05.2015	Edital nº 3: 1 listagem com 1077 m de documentos relativos liberação de importação de 2009 da Anvisa. Especificações edital nº 4: 1 listagem com 7,7 m de documentos referentes a liberação de importação de 2000 a 2009 da Anvisa.
15.05.2015	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	1.2015	nº 92, seção 3, p. 82, de 18.05.2015	4 listagens com 10,82 m de documentos relativos às atividades-meio e atividades-fim, de 1971 a 2013, da UFSM.
15.06.2015	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	2.2015	nº 112, seção 3, p. 58, de 16.06.2015	1 listagem com 84,10 m de documentos relativos às atividades-meio de 1997, 2000 e 2004.
Não Mencionado	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	1.2015	nº 112, seção 3, p. 112, de 30.06.2015	3 Listagens de Eliminação de Documentos, totalizando 291,07 m, sendo a Listagem n.º 01/2015 do Ibama com 172,88 m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1989 a 2012, a Listagem n.º 02/2015 do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) com 89,88 m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1953 a 1989 e a Listagem n.º 03/2015 da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) com 28,31 m de documentos referentes à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos, de 1970 a 1990.
Não mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional da Vigilância Sanitária – Anvisa	5.2015	nº 136, seção 3, p. 119, de 20.07.2015	1 listagem com total de 22,97 m de documentos referentes a liberação de importação de 1998 a 1999; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1997 a 2010; formulário de informações sobre água de lastro de 2000 a 2007; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 1995, de 1997 a 1998, de 2001 a 2007, de 2009; traslado de cadáver de 1994 a 2003, de 2005 a 2006; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária de 2002 a 2003, de 2005 a 2007; certificado internacional de vacinação de 1986 a 2004; isenção de vacinação de 1998 a 2000 da Anvisa.

Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência Regional da 7ª Região Fiscal/Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Vitória	Não Mencionado	nº 144, seção 3, p. 74, de 30.07.2015	1 listagem com 371,56 m os documentos relativos a despacho aduaneiro – exportação comum, despacho aduaneiro para admissão em regimes aduaneiros especiais, de 1996 a 2005, da Alfândega da RFB do Porto de Vitória/ES.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração no Rio de Janeiro – SAMF/RJ	Não Mencionado	nº 148, seção 3, p. 78, de 05.08.2015	Não mencionado. [Republicado com correções em 20.08.2015]
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal Fluminense – UFF	Não Mencionado	nº 149, seção 3, p. 54, de 06.08.2015	1 listagem com 16 m de documentos relativos a reingressos, transferências voluntárias ou facultativas, transferências internas e matrículas indeferidos, matrícula semestral em disciplina (graduação e pós-graduação) e dispensa de disciplinas, de 1975 a 1978.
06.08.2015	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração no Rio de Janeiro – SAMF-RJ	1.2015	nº 159, seção 3, p. 84, de 20.08.2015 – [Republicação com correção do Edital de 05.08.2015]	1 listagem com 35,56 m de documentos relativos a pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, comunicação, documentação e informação, de 1985 a 2007, da SAMF-RJ.
19.08.2015	Ministério das Comunicações – MC	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	1.2015	nº 159, seção 3, p. 115, de 20.08.2015	1 listagem com 18.617,9m de documentos relativos ao Demonstrativo Financeiro Agência Consolidado, de 2006 e 2007, da ECT.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração no Distrito Federal – SAMF-DF	1.2015	nº 161, seção 3, p. 64, de 24.08.2015	1 listagem com 17,08m de documentos relativos a documentação e informação de 2003-2010 da SAMF-DF.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	2.2015	nº 168, seção 3, p. 135, de 02.09.2015	11 listagens de documentos relativos a pessoal, material, patrimônio, orçamento, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos de 1975 a 2013 do Ministério da Saúde.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	3.2015	nº 171, seção 3, p. 84, de 08.09.2015	3 listagens totalizando 30,53 m de documentos relativos a conjuntos documentais das atividades-meio e atividades-fim de 1975 a 2012 da UFSM.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	2.2015	nº 196, seção 3, p. 78, de 14.10.2015	1 listagem com 8,10 m de documentos relativos a Provas e Exames de 2008 a 2013 da UFSC.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS	1.2015	nº 199, seção 3, p. 80, de 19.10.2015	1 listagem com 18,4 m de documentos relativos a recrutamento e seleção de 2009 a 2012.
Não Mencionado	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Secom-PR	Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC	1.2015	nº 201, seção 3, p. 2, de 21.10.2015	1 listagem de documentos relativos a área de administração geral, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, e comunicações, de 1962 a 2013, da EBN, da Radiobrás e da EBC, que é a empresa sucessora.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração em Minas Gerais – SAMF/MG	1.2015	nº 207, seção 3, p. 110, de 29.10.2015	1 listagem com 5,39 m de documentos relativos a cópias de Declarações do Imposto de Renda exigidas de funcionários conforme Lei nº 8730/ 1993, de 1992 a 2006, do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Não Mencionado	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS	Não Mencionado	1.2015	nº 207, seção 3, p. 150, de 29.10.2015	1 listagem de documentos relativos a Pessoal, Veículos, Documentação Arquivística e Assuntos Diversos, de 2004 a 2012, do MDS.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba/SP – DRF/ARA	1.2015	nº 213, seção 3, p. 123, de 9.11.2015	3 listagens totalizando 184,38 m de documentos relativos a Emissão de Certidões, Controle do Crédito Tributário sub judice, Análise de Diretos Creditórios do Contribuinte, Compensação, Suspensão do Crédito Tributário, Exclusão do Crédito Tributário, Ação Fiscal de Pessoa Física, Lançamento do Crédito Tributário, Notificação de Lançamento, Lançamento do

					Crédito Tributário e Cadastro de Fiscalização de Empresas. de 1963 a 2007, da DRF em Araçatuba/SP
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande/MS – DRF/CGE	1.2015	nº 214, seção 3, p. 139, de 10.11.2015	1 listagem com 62,44 m de documentos relativos a Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte, Extinção do Crédito Tributário, Compensação, Suspensão do Crédito Tributário, Exclusão do Crédito Tributário, Inscrição na Dívida Ativa da União, Incentivos Fiscais Regionais, Apuração de Irregularidades da Rede Arrecadadora, Importadores e Exportadores, Regimes Aduaneiros Especiais e Importação Comum de 1982 a 1999, da DRFCGE.
09.11.2015	Ministério da Fazenda – MF	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Fortaleza/CE – ALF/FOR	1.2015	nº 215, seção 3, p. 89, de 11.11.2015	1 listagem com 147,84 m de documentos relativos a Despacho Aduaneiro (Importação Comum e Exportação Comum) e Despacho Aduaneiro para Admissão em Regimes Aduaneiros Especiais, de 1995 a 2006, da ALF/FOR.
Não mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberaba/SP – DRF/UBB	1.2015	nº 219, seção 3, p. 98, de 17.11.2015	1 listagem com 94,22 m de documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal; Emissão de Certidões; Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais; Validação de Procuração Eletrônica; Cobrança do Crédito Tributário, Controle do Crédito Tributário Sub Júdice; Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte; Extinção do Crédito Tributário; Compensação; Suspensão do Crédito Tributário; Exclusão do Crédito Tributário; Inscrição na Dívida Ativa da União; Ação Fiscal Pessoas Jurídicas; Notificação de Lançamento e Importação Comum de 1944 a 2007, da DRF/UBB.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos/SP – DRF/STS	1.2015	nº 219, seção 3, p. 98, de 17.11.2015	6 listagens totalizando 188,02 m de documentos relativos a Emissão de Certidões e Cadastro de Fiscalização de Empresas, de 1968 a 2007, da DRF/STS.
12.11.2015	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	2.2015	nº 219, seção 3, p. 107, de 17/11/2015	20 listagens de documentos relativos a organização e funcionamento, pessoal, material; orçamento, documentação e informação; comunicações e assuntos diversos de 1956 a 1962 e de 1991 a 2013, do Ministério da Saúde e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos empregados em transportes e cargas, dos marítimos, dos bancários e dos comerciários.
17.11.2015	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna/BA – DRF	1.2015	nº 223, seção 3, p. 100, de 23/11/2015	1 listagem com 62,44 m de documentos relativos ao Cadastro de Fiscalização de Empresas (CFE), de 1966 a 1993, da DRF em Itabuna/Bahia.
20.11.2015	Ministério da Fazenda – MF	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Vitória/ES	Não Mencionado	nº 224, seção 3, p. 88, de 24/11/2015	1 listagem com 924,42 m de documentos relativos a Despacho Aduaneiro – Importação Comum e Despacho Aduaneiro – Despacho Para Admissão em Regimes Aduaneiros Especiais, de 1997 a 2005, da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Vitória/ES.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração no Pará – SAMF/PA	1.2015	nº 225, seção 3, p. 80, de 25/11/2015	1 listagem com 10,33 metros lineares dos documentos relativos a material, arrecadação tributária federal, fiscalização tributária federal e administração aduaneira, do período de 1978 a 1992, da Delegacia da Receita Federal em Belém/PA.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos / Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	1.2015	nº 227, seção 3, p. 148, de 27/11/2015	2 listagens totalizando 353 m de documentos relativos ao conjunto das atividades apoio e atividades finalísticas, de 1994 a 2011, do Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos / Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiá	Não mencionado	nº 230, seção 3, p. 116, de 02.12.2015	4 listagens totalizando 60,9 m de documentos relativos a Termos de Responsabilidade; Controle de Estoque; Manutenção de Elevadores; Limpeza. Imunização. Desinfestação (inclusive para jardins); Despesa; e Protocolo: Recepção, Tramitação e Expedição de Documentos, a Controle de Estoque (inclusive requisição, distribuição e RMA) e Protocolo: Recepção, Tramitação e Expedição de Documentos, Protocolo: Recepção, Tramitação e Expedição de Documentos, Protocolo: Recepção, Tramitação e Expedição de Documentos, de 1990 a 2011, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiá, da Agência da Receita Federal do Brasil em Amparo, da Agência da Receita Federal do Brasil em Franco da Rocha e da Agência da Receita Federal do Brasil em Bragança Paulista.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	6.2015	n. 231, seção 3, p. 109, de 03.12.2015	1 listagem com 27 m de documentos relativos a liberação de importação; controle sanitário em meios de transportes aquaviários; controle sanitário em meios de transportes aéreos; traslado de cadáver; controle sanitário na infraestrutura

					portuária; certificado internacional de vacinação; comunicados e informes de 2003 a 2011 da Anvisa.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém/PA	2.2015	nº 232, seção 3, p. 105, de 04.12.2015	1 listagem com 10,79 m de documentos relativos a arrecadação tributária federal, fiscalização tributária federal e administração aduaneira, de 1980 a 1992, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém/PA.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA	1.2015	nº 237, seção 3, p. 32, de 11.12.2015	1 listagem com 106,5 m de documentos relativos às atividades-meio e atividades-fim de 1961 a 2014. Termo de Eliminação – DOU nº 13, seção 3, p. 39, de 20.12.2015
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	2.2015	nº 238, seção 3, p. 115, de 14.12.2015	3 listagens de documentos relativos às atividades-meio de 1944 a 2012 da Fiocruz.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal Fluminense – UFF	2.2015	nº 239, seção 3, p. 74, de 15.12.2015	14 listagens totalizando 43,71 m de documentos relativos a Provas, Exames e Trabalhos (inclusive verificações suplementares) e Registro de conteúdo programático ministrado, rendimento e frequência.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Secretaria de Assuntos Administrativos – SAA	4.2015	nº 250, seção 3, p. 100, de 31.12.2015	14 listagens de documentos relativos a atividades-meio, de 1953 a 2013, do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 10 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2016

Data	Ministérios	Instituição	Editais	DOU	Especificação
	Ministério da Cultura – MinC	Agência Nacional de Cinema – Ancine	1.2015	nº 7, seção 3, p. 9, de 12.01.2016	1 listagem com 17,42m de documentos relativos a Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças, Documentação e Informação, Serviço Postal e Telefônico, de 2002 a 2012, da Ancine.
	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE	5.2016	nº 15, seção 3, p. 59, de 22.01.2016	3 listagens com 71,5m de documentos relativos a atividades-fim de 2005 a 2014 da UFRPE.
	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande – DRF/MS/Campo Grande	1.2016	nº 16, seção 3, p. 94, de 25.01.2016	1 listagem com 52,78m de documentos relativos a Eventos de Baixa no CNPJ, Eventos de Cancelamento no CPF, Eventos de Cancelamento no CAFIR, Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte, Extinção do Crédito Tributário, Compensação, Suspensão do Crédito Tributário, Exclusão do Crédito Tributário, Inscrição na Dívida Ativa da União, Apuração de Irregularidades da Rede Arrecadadora, Importadores e Exportadores, Regimes Aduaneiros Especiais e Importação Comum de 1982 a 2001,
	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre – DRF/POA	1.2016	nº 17, seção 3, p. 57, de 26.01.2016	1 listagem com 83,58m de documentos relativos ao Atendimento a Sociedade: Emissão de Certidões, Gestão de Cadastro: Eventos de Baixas e Suspensão do Crédito Tributário, de 1970 a 2007, da DRF/POA.
	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência Regional da 10ª Região Fiscal em Porto Alegre – SRRF/POA		nº 19, seção 3, p. 61, de 28.01.2016	1 listagem com 10,78m de documentos relativos a Alienação Baixa (Material Permanente e Consumo), Cessão, Doação e Permuta de material de 1997 a 2003 da SRRF/POA.
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	1.2016	nº 21, seção 3, p. 5, de 01.02.2016	1 listagem com 33,74m de documentos relativos a comissões, conselhos, grupos de trabalho, juntas e comitês, informações sobre o órgão, férias, auxílios, compra, controle de portaria, receita, despesa, tributos, classificação e arquivamento, serviços telefônicos, congressos, conferências, seminários, encontros, convenções, ciclo de palestras, mesas redondas, comunicados e informes de 1982 a 2012, da Embrapa Uva e Vinho.
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	1.2016	nº 22, seção 3, p. 5, de 02.02.2016	1 listagem com 8,2m de documentos relativos a compra de material permanente e de consumo, receita e despesa de 2004 a 2006, da Embrapa Soja.
	Ministério da Defesa – MD	Comando do Exército/Secretaria-Geral	1.2016	nº 27, seção 3, p. 12, de 11.02.2016	3 listagens totalizando 24,06m de documentos relativos a Organização e Funcionamento; Pessoal; Material; Patrimônio; Orçamento e Finanças; Documentação e Informação; Comunicações; Pessoal Militar; Outros Assuntos referentes à Administração Geral; e Assuntos Diversos, referentes de 1995 a 2009.
	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda/RJ – DRFB/VRA		nº 29, seção 3, p. 79, de 15.02.2016	2 listagens totalizando 165,9m de documentos relativos ao Cadastro de Fiscalização de Empresas e Atendimento a Sociedade: Emissão de Certidões do período de 1965 a 2007, da DRFB/VRA.
	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	1.2016	nº 30, seção 3, p. 86, de 16.02.2016	1 listagem com 17,78m de documentos relativos a liberação de importação e controle sanitário em meios de transportes terrestres de 2010 da Anvisa.
	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF		nº 34, seção 3, p. 61, de 22.02.2016	2 listagens totalizando 9,56m de documentos relativos a atividades-meio (Cadastro de Fornecedor) de 1996, 2000 e de 2002 a 2007; e a atividades-fim (Provas. Exames. Trabalhos) de 2005 a 2011.
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	1.2016	nº 35, seção 3, p. 6, de 23.02.2016	1 listagem com 85,4m de documentos relativos a receita, despesa e tributos de 1977 a 2004, da Embrapa Gado de Corte.

	MAPA				
	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	1.2016	nº 41, seção 3, p. 59, de 02.03.2016	3 listagens totalizando 7,39m de documentos relativos a atividades-meio e a atividades-fim de 1985 a 2013 do Gabinete do Reitor/UFSM.
	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	1.2016	44, seção 3, p. 56, de 07.03.2016	1 listagem com 0,6m de documentos relativos aos livros de controle de protocolo de 1996 a 2007.
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Companhia Nacional de Abastecimento – Conab	1.2016	nº 47, seção 3, p. 4, de 10.03.2016	1 listagem com 290,04m de documentos relativos a atividades-meio, de 1996 a 2010, da Conab.
	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ		nº 48, seção 3, p. 68, de 11.03.2016	3 listagens totalizando 61,73m de documentos relativos a pessoal, material, patrimônio, financeiro, assuntos acadêmicos e assuntos diversos, produzidos e acumulados pela UFRJ de 1992 a 2011.
	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém – DRF/BEL/PA	1.2016	nº 48, seção 3, p. 92, de 11.03.2016	1 listagem com 15,4m de documentos relativos a Atendimento a Sociedade, Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões e Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais de 2000 a 2007, do Centro de Atendimento ao Contribuinte da DRF/BEL/PA.
	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	1.2016	nº 51, seção 3, p. 104, de 16.03.2016	5 listagens totalizando 495,53m de documentos referentes a atividades-meio de 1959 a 2013 do Ibama.
	Ministério da Educação – MEC	Fundação Universidade de Brasília – FUB		nº 53, seção 3, p. 25, de 18.03.2016, cancelado pelo Aviso de cancelamento – DOU nº 55, seção 3, p. 26, de 22.03.2016	Não Mencionado
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	Não Mencionado	nº 54, seção 3, p. 4, de 21.03.2016	: 2 listagens totalizando 32,76m de documentos relativos a divulgação interna, informações sobre o órgão, aperfeiçoamento e treinamento, estágios, lotação, remoção, transferência, permuta, imposto de renda retido na fonte, auxílios, assistência à saúde, missões fora da sede no país, requisição de serviços reprográficos, compra de material permanente e de consumo, requisição e contratação de serviços, luz e força, abastecimento, limpeza, manutenção e reparo, receita, despesa, tributos, contas telefônicas, solenidades, comemorações, homenagens, congressos, conferências, seminários, simpósios, encontros, convenções, ciclo de palestras, mesas redondas, visitas e visitantes e agradecimentos, convites, felicitações e pêsames de 1977 a 2007 da Embrapa Arroz e Feijão.
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	Não Mencionado	nº 55, seção 3, p. 6, de 22.03.2016	1 listagem com 31,36m de documentos relativos a receita, despesa, tributos e pedidos, oferecimentos e informações diversas de 2000 a 2013 da Embrapa Florestas.
	Ministério da Educação – MEC	Fundação Universidade de Brasília – FUB	1.2016	nº 56, seção 3, p. 32, de 23.03.2016	36 listagens com 253,12m de documentos relativos a Organização e Funcionamento; Pessoal; Material; Patrimônio; Orçamento e Finanças; Documentação e Informação; Comunicações; Ensino Superior; Pesquisa e Extensão, de 1962 a 2014, da FUB.
	Ministério da Educação – MEC	Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG	1.2016	nº 58, seção 3, p. 24, de 28.03.2016	1 listagem com 141,75m de documentos relativos a inscrição de disciplinas; matrícula; trancamento pedidos; oferecimento e informações diversas provas, exames e trabalhos; registro de conteúdo programático ministrado; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documento; comunicados e informes; agradecimentos, convites, felicitações, pêsames; processo de seleção (vestibular) inscrição, correção de provas; cursos de extensão

					(frequência), de 1960 a 2010.
	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	2.2016	nº 61, seção 3, p. 109, de 31.03.2016	1 listagem com 86,8m de documentos relativos a liberação de importação de 2006 a 2010; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 2006 a 2011 da Anvisa.
	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	2.2016	nº 62, seção 3, p. 81, de 01.04.2016	6 listagens totalizando 23,85m de documentos da Assistência Judiciária Gratuita, relativos às atividades-fim dos exercícios de 1982 a 2005; da Direção do Centro de Ciências Sociais e Humanas relativos às atividades-meio dos exercícios de 1994 a 2013, do Curso de Especialização latu sensu Gestão em Arquivos – EAD, relativos às atividades-fim dos exercícios de 2007 a 2013; do Curso de Graduação em Psicologia, relativos às atividades-fim e meio dos exercícios de 1989 a 2012; e do Arquivo Setorial do Centro de Educação, relativos às atividades-fim e meio dos exercícios de 1980 a 2008.
	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	1.2016	nº 63, seção 3, p. 31, de 04.04.2016	1 listagem com 49,57m de documentos relativos a provas, exames, trabalhos, de 2007 a 2014 e a Vida Acadêmica dos Alunos de Pós-Graduação stricto sensu, de 2003 a 2013 da UFSCar.
	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Pará – SAMF/PA	1.2016	nº 71, seção 3, p. 74, de 14.04.2016	1 listagem com 15,06m de documentos relativos a material, arrecadação tributária federal, fiscalização tributária federal e administração aduaneira, de 1981 a 1992, da Delegacia da Receita Federal em Belém/PA.
	Ministério da Fazenda – MF	Banco Central do Brasil – BCB	Não Mencionado	nº 71, seção 3, p. 77, de 14.04.2016	1 listagem com 103m de documentos relativos a pessoal, material, orçamento e finanças e outros assuntos referentes à Administração Geral, de 1991 a 2012, do BCB.
	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	3.2016	nº 71, seção 3, p. 93, de 14.04.2016	1 listagem com 781,2m de documentos relativos a liberação de importação do ano de 2010; remessa internacional de 2008 a 2010; controle sanitário em meios de transportes aquaviários do ano de 2010 da ANVISA.
	Ministério da Fazenda – MF	Casa da Moeda do Brasil – CMB	1.2016	nº 84, seção 3, p. 111, de 04.05.2016	1 listagem com 341,45m de documentos relativos a Higiene e Segurança do Trabalho; Inspeções Periódicas de saúde; Material de consumo; Controle de Estoque; Controle de entrada e saída de pessoas, materiais e veículos; Permissão para entrada e permanência fora do horário de expediente, Controle de entrega e devolução de chaves, e registro de ocorrências; Receita; Despesa; Publicação de matérias no Diário Oficial; Protocolo; Serviço Telefônico; Comunicados e Informes; Pedidos, Oferecimentos e Informações Diversas, de 1982 a 2013, da CMB.
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	Não mencionado	nº 91, seção 3, p. 5, de 13.05.2016	2 listagens totalizando 77,98m de documentos relativos a registro nos órgãos competentes, audiências, despachos e reuniões, comissões, conselhos, grupos de trabalho, juntas, comitês, informações sobre o órgão, candidatos a cargos públicos, estágios promovidos pela instituição, auxílios, seguros, assistência à saúde, refeitórios, cantinas, compra de material permanente e de consumo, inventário de material de consumo, receita, despesa, conta única, tributos, controle de estoque, extravio, roubo, desaparecimento, recolhimento de material ao depósito, agradecimentos, convites e felicitações, pedidos, oferecimentos e informações diversas de 1979 a 2014, da Embrapa Agropecuária Oeste.
				[CANCELADO] Edital de Ciência de Eliminação de Documentos UFRJ/MEC nº 141 – DOU nº 91, seção 3, p. 103, de 13.05.2016, cancelado por Edital de Cancelamento – DOU nº 93, seção 3, p. 72, de 17.05.2016	
	Ministério da	Universidade Federal do Rio de	n.148	nº 93, seção 3, p. 72, de 17.05.2016	3 listagens totalizando 88,17m de documentos relativos pessoal, material, patrimônio, financeiro, assuntos

	Educação – MEC	Janeiro – UFRJ			acadêmicos e assuntos diversos, de 1955 a 2012, da UFRJ.
	Ministério da Indústria, Comércio e Serviços – MICS	Não Mencionado	1.2016	nº 95, seção 3, p. 118, de 19.05.2016	1 listagem com 81,9m de documentos da Administração Geral do MDIC de 1972 a 2013.
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	Não Mencionado	nº 96, seção 3, p. 4, de 20.05.2016	1 listagem com 2,52m de documentos relativos a assistência à saúde, e inspeções periódicas de saúde de 1995 a 2007 da Embrapa Tabuleiros Costeiros.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande – DRFCG/MS	2.2016	nº 98, seção 3, p. 106, de 24.05.2016	1 listagem com 51,24m de documentos relativos a Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte, Extinção do Crédito Tributário, Compensação, Suspensão do Crédito Tributário, Exclusão do Crédito Tributário, Inscrição na Dívida Ativa da União, Apuração de Irregularidades da Rede Arrecadadora, Importadores e Exportadores, Regimes Aduaneiros Especiais e Importação Comum de 1975 a 2003, da DRFCG/MS.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá – ALF/PGA	1.2016	nº 102, seção 3, p. 82, de 31.05.2016	1 listagem com 865,48m de documentos relativos a Despacho Aduaneiro Exportação Comum, Despacho Aduaneiro Importação Comum, Despacho Simplificado na Importação e Despacho Aduaneiro Para Admissão em Regimes Aduaneiros Especiais, de 1999 a 2006, da ALF/PGA.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba – DRF/SC/Joaçaba	1.2016	nº 103, seção 3, p. 110, de 01.06.2016	1 listagem com 19,46m dos documentos relativos à Declaração de Inaptidão, Cobrança do Crédito Tributário, Controle do Crédito Tributário Sub Judice, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte, Compensação, Suspensão do Crédito Tributário, Exclusão do Crédito Tributário, Inscrição na Dívida Ativa da União, Incentivos Fiscais Regionais, Apuração de Irregularidades da rede arrecadadora, Importação Comum, Exportação Comum, Despacho para admissão em regimes aduaneiros especiais do período de 1984 – 2001 da DRF/SC/Joaçaba.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo – DRF/RS/Novo Hamburgo	1.2016	nº 103, seção 3, p. 110, de 01.06.2016	1 listagem com 17,92m dos documentos relativos ao Atendimento a Sociedade: Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais Econômicas e Cadastrais e Validação da Procução Eletrônica, de 2003 a 2008, da DRF/RS/Novo Hamburgo.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília	1.2016	nº 104, seção 3, p. 84, de 02.06.2016	1 listagem com 51,8m de documentos relativos a: Habilitação, Credenciamento, Adesão e Concessão; Importadores e Exportadores; Despacho Aduaneiro; Importação Comum; Despacho Simplificado na Importação; Exportação Comum; e Despacho Simplificado na Exportação e Despacho Para Admissão em Regimes Aduaneiros Especiais de 1978 a 2008 da Alfândega da Receita Federal do Aeroporto Internacional de Brasília.
01.06.2016	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	4.2016	104, seção 3, p. 93, de 02.06.2016	1 listagem com 199,36m de documentos relativos a liberação de importação de 2009 a 2010 da Anvisa.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itaguaí – ALF/IGI/RJ	1.2016	nº 106, seção 3, p. 103, de 06.06.2016	1 listagem com 81,2m dos documentos relativos a: Despacho Aduaneiro, Importação Comum, Exportação Comum e Despacho para Admissão em Regimes Aduaneiros Especiais, de 2003 a 2004, da ALF/IGI/RJ.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha	1.2016	nº 108, seção 3, p. 99, de 08.06.2016	1 listagem com 57,12m dos documentos relativos a: Habilitação, Credenciamento, Adesão e Concessão, Importadores e Exportadores, Despacho Aduaneiro, Importação Comum, Despacho Simplificado na Importação, Exportação Comum, Despacho Simplificado na Exportação, Despacho Para Admissão em Regimes Aduaneiros Especiais, compreendidos entre 2004 a 2007, da DRF/VAR/MG.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre –	1.2016	nº 114, seção 3, p.83, de 16.06.2016	1 listagem com 141,12m dos documentos relativos a Cadastro de Fiscalização de Empresas

		DRF/POA/RS			
Não Mencionado	Ministério da Integração Nacional – MI	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf	1.2016	nº 114, seção 3, p.84, de 16.06.2016	1 listagem com 79,69m de documentos relativos à organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e a assuntos diversos, de 1975-2013, da Codevasf.
15.06.2016	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	3.2016	nº 115, seção 3, p. 101, de 17.06.2016	1 listagem com 17,4m de documentos, sendo 1,8m de conjuntos documentais da Comissão de Cadastro de Fornecedores/SICAF/DEMAPA relativos às atividades-fim do exercício de 2009; e 15,6m documentos da Pro-reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE, relativos às atividades-fim dos exercícios de 1998-2002.
21.07.2016	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Mato Grosso do Sul – SAMF/MS	1.2016	nº 120, seção 3, p. 69, de 24.06.2016	1 listagem com 18 m dos documentos relativos à Material, Patrimônio e Documentação e Informação de 2000 a 2012 da SAMF/MS.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina – DRF/LON/PR	1.2016	nº 121, seção 3, p.68, de 27.06.2016	1 listagem com 20,58 m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal, Controle do Crédito Tributário, Controle do Crédito Tributário Sub Judice, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte, Compensação, Suspensão do Crédito Tributário, Exclusão do Crédito Tributário, Inscrição na Dívida Ativa, Notificação de Lançamento, Habilitação, Credenciamento, Adesão e Concessão, Importadores e Exportadores, Despacho Aduaneiro, Importação Comum, Despacho Simplificado na Importação, Exportação Comum, Despacho Simplificado na Exportação, Despacho Para Admissão em Regimes Aduaneiro Especiais de 1983 – 2007 da DRF/LON/PR
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Pará – SAMF/PA	2.2016	nº 123, seção 3, p.71, de 29.06.2016	1 listagem com 35,7 m dos documentos relativos a material, Tomadas de Contas aprovadas pelo TCU, de 1995 a 2005, da SAMF/PA.
01.07.2016	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo – SAMF-SP	1.2016	nº 126, seção 3, p. 88, de 04.07.2016	1 listagem com 7,65 m (1.313 processos) dos documentos relativos a Arrecadação Tributária Federal e Administração Aduaneira, de 1971 a 1998, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo.
06.07.2016	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	1.2016	nº 133, seção 3, p. 89, de 13.07.2016	26 listagens com documentos relativos a: pessoal (cursos – promovidos por outras instituições no Brasil; Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); Férias; Missões fora da sede – viagens a serviço no país; no exterior, com ônus para instituição), material (autorização de saída de material), patrimônio (manutenção de elevadores; manutenção de ar condicionado), orçamento e finanças (despesa), documentação e informação (produção de documentos. Levantamento. Fluxo; Protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos) e assuntos diversos do MS.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal – SAMF-DF	1.2016	1 listagem com 25,62 m de documentos relativos à Arrecadação Tributária Federal, de 1974 a 1994, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília/DF.	1 listagem com 25,62 m de documentos relativos à Arrecadação Tributária Federal, de 1974 a 1994, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília/DF.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – SAMF-	1.2016	nº 147, seção 3, p. 68, de 02.08.2016	1 listagem com 27,86 m dos documentos relativos a material, arrecadação tributária federal, fiscalização tributária federal e administração aduaneira, de 1979 a 1980, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador/BA.

		BA			
26.07.2016	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	4.2016	nº 147, seção 3, p. 65, de 02.08.2016	3 listagens de conjuntos documentais do Departamento de Registro e Controle Acadêmico/DERCA, relativos às atividades-fim dos exercícios de 1971-1990, no total de 0,93 m; do Departamento de Contabilidade e Finanças/DCF, relativos às atividades-meio do exercício de 2001, no total de 23 m; da Pró-Reitoria de Infraestrutura/PROINFRA, relativos às atividades-meio dos exercícios de 1998-2013, no total de 5,80m. [Total geral de 29,73m]
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	3.2016	nº 148, seção 3, p. 112, de 03.08.2016	4 listagens com 199m de documentos relativos a pessoal, material e patrimônio do período 1999-2004 da Fiocruz.
03.08.2016	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	5 e 6.2016	nº 149, seção 3, p. 93 e 94, de 04.08.2016	Edital nº 5: 1 listagem com 13,3 m de documentos relativos a controle de estoque de 2003 a 2012; transporte de material de 2000 a 2005; autorização de saída de material de 2000 a 2013; controle de uso de veículos de 2012 a 2013; protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos de 2006, 2010 a 2013; notificações de 2001 a 2003 e 2007; liberação de importação de 1999 a 2007; autorização e autorização especial de funcionamento de empresas indeferidas de 2010; autorização e autorização especial de funcionamento de empresas canceladas a pedido das empresas de 2009; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1997, 2000 a 2003, 2006, 2010 a 2011; formulário de informações sobre água de lastro de 2008; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 2002, 2005, 2006 a 2008, 2010 a 2011; traslado de cadáver de 2007; controle sanitário na infraestrutura portuária de 2000 a 2004, 2006, 2007, 2010 a 2011; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária de 1996, 1999, 2001, 2003 a 2008, 2010 a 2011; certificado internacional de vacinação de 2004 a 2005 da Anvisa. Especificações do Edital nº 6: 1 listagem com 219,94 m de documentos relativos a liberação de importação de 1999 a 2010; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 1999 a 2005; controle sanitário na infraestrutura de terminais e recintos alfandegários de 1999 a 2005; certificado internacional de vacinação de 1999 a 2005 da Anvisa.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência Administrativa do Ministério da Fazenda na Bahia – SAMF/BA	2.2016	nº 162, seção 3, p. 78, de 23.08.2016	3 listagens com 2,95 m dos documentos relativos a pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos transitórios, de 1979 a 2010, da SAMF/BA, com as Tomadas de Contas aprovadas pelo TCU, e da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador/BA.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Não Mencionado	nº 162, seção 3, p. 61, de 23.08.2016	Conjuntos documentais do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, relativos às atividades-meio dos exercícios de 1998-2000, no total de 41,71 m; do Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais – DLO, relativos às atividades meio do exercício de 1996-2013, no total de 39,00 m; da Escola de Enfermagem – REME, relativos às atividades-meio dos exercícios de 2002-2011, no total de 2,08 m. [Total geral: 3 listagens com 82,79 m]
29.08.2016	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	2.2016	nº 167, seção 3, p. 169, de 30.08.2016	2 listagens com 5,04 m de documentos relativos às atividades meio, referentes aos códigos: 063.2 – Protocolo, Recepção, Tramitação e Expedição de documentos, de 2007 a 2013; e 024.2 – Férias, de 1989 e 1993, 1994 e 1998 a 2004.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	2.2016	nº 169, seção 3, p. 82 e 83, de 01.09.2016 Retificado por RETIFICAÇÃO do Edital – DOU nº 171, seção 3, p. 84, de 05.09.2016	1 listagem com 6,72 m de documentos relativos a Ordens de Serviço, de 2000 a 2013, da UFSC.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	2.2016	nº 169, seção 3, p. 112, de 01.09.2016	1 listagem com 6,5 m dos documentos relativos aos exames e/ou ensaios laboratoriais do período 1980-1995 e com 13 m dos documentos relativos a protocolo do período 1980-2005 da Fiocruz.
02.09.2016	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	n.314	nº 171, seção 3, p. 82, de 05.09.2016	2 listagens com 223,71 m de documentos relativos a pessoal, assuntos acadêmicos e assuntos hospitalares, produzidos e acumulados pela UFRJ, de 1978-2014.

Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Fundação Nacional de Saúde – Funasa	1.2016	nº 172, seção 3, p. 122, de 06.09.2016	1 listagem com 114,26 m de documentos relativos a PROTOCOLO: RECEPÇÃO, TRAMITAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS, de 1999 a 2013, da Funasa.
	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	7.2016	nº 183, seção 3, p. 89, de 22.09.2016	1 listagem com 238 m de documentos relativos a registro de produtos desistência (medicamentos) de 2002, 2005, 2007 a 2014; registro de produtos indeferido (cosméticos) dos anos de 2003 e 2007; registro de produtos indeferido (saneantes) de 2004, 2008 e 2009; registro de produtos cancelado (cosméticos) de 2005, 2007 e 2008; registro de produtos cancelado (saneantes) de 1991 e 2006; notificação de fabricação cancelada (saneantes) de 1998 a 2009; notificação de fabricação cancelada (cosméticos) de 1999 a 2006, da Anvisa.
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	01.2016	nº 187, seção 3, p.4, de 28.09.2016	1 listagem de 3,08m de documentos relativos a assistência à saúde de 1992 a 2007, da Embrapa Agroindústria de Alimentos.
Não Mencionado	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Secretaria Executiva	01.2016	nº 187, seção 3, p. 7, de 28.09.2016	1 listagens com documentos relativos a Organização e Funcionamento, Pessoal, Material, Patrimônio, Documentação e Informação, Comunicações e Assuntos Diversos, integrantes do acervo do Ministério das Comunicações.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB	01.2016	nº 188, seção 3, p. 82, de 29.09.2016	1 listagem com 19,35 m de documentos relativos à Conformidade Documental (processos de pagamento e relatórios do movimento diário), de 2006 a 2008, da Superintendência Regional da Receita Federal na 7ª Região Fiscal.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande – DRF/CGE/MS	Ministério da Fazenda – MF	3.2016	2 listagens com 97,02 m de documentos relativos a Emissão de Certidões, Cobrança do Crédito Tributário, Controle do Crédito Tributário Sub Judice, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte, Extinção do Crédito Tributário, Compensação, Suspensão do Crédito Tributário, Exclusão do Crédito Tributário, Inscrição na Dívida Ativa da União, Incentivos Fiscais Regionais, Importadores e Exportadores e Regimes Aduaneiros Especiais de 1992 a 2008, da DRF/CGE/MS.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE	32.2016	nº 191, seção 3, p. 56, de 04.10.2016	4 listagens com 46,17 m de documentos relativos a provas, exames e trabalhos produzidos e acumulados pelo Apoio Didático da Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE, de 2013 e 2014; 3,11 m de documentos relativos a provas, exames e trabalhos produzidos e acumulados pela Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho – UACSA, referente a 2014; 9,8 m de documentos relativos a provas, exames e trabalhos produzidos e acumulados pelo Departamento de Informática – DEINFO, de 2008-2014 e 5,1 m de documentos relativos a provas, exames e trabalhos produzidos e acumulados pelo Departamento de Matemática – DM, de 2013-2014.
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo – IRF/MNO/MS	1.2016	nº 192, seção 3, p. 98, de 05.10.2016	1 listagem com 62,3 m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, CNPJ: Eventos de Baixa, Cobrança do Crédito Tributário, Suspensão do Crédito Tributário, Ação Fiscal: Pessoas Jurídicas, Revisão de Declaração: Pessoas Jurídicas, Notificação de Lançamento de Crédito Tributário, Importação Comum, Despacho Simplificado na Importação, Exportação Comum, Despacho Simplificado na Exportação, Despacho para Admissão em Regimes Aduaneiros Especiais e Execução de Procedimento Fiscal, de 1989 a 2008, da IRF/MNO/MS
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador – DRF/SDR/BA	1.2016	nº 192, seção 3, p. 99, de 05.10.2016	1 listagem com 1,05 m dos documentos relativos a Cadastro (Previdenciário) de Fiscalização de Empresas de 1970 a 1994 (datas limites gerais), da DRF/SDR/BA. [Aviso de Eliminação realizada]
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos – ALF/VCP	1.2016	nº 193, seção 3, p. 92, de 06.10.2016	815,5 m dos documentos relativos a Despacho Aduaneiro de Exportação Comum e Despacho Aduaneiro para Admissão em Regimes Aduaneiros Especiais, de 2000 a 2008, da ALF/VCP.

Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Superintendência Administrativa Rio Grande do SUL – SAMF/RS	Não Mencionado	nº 193, seção 3, p. 83, de 06.10.2016	1 listagem com 50,96 m dos documentos relativos a Controle do Crédito Tributário, do período de 1977 – 1995, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 10ª RF.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa	8.2016	nº 196, seção 3, p. 143, de 11.10.2016	1 listagem com 10,92 m de documentos relativos a horário de expediente de 2006 a 2011; controle de estoque de 2006 a 2010; requisição de veículos de 2007 a 2011; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 2007 a 2011; controle sanitário em meios de transportes aéreos de 2007 a 2011; controle sanitário na infraestrutura portuária de 2007 a 2011; controle sanitário na infraestrutura aeroportuária de 2007 a 2011; comunicados e informes de 2006 a 2011, da Anvisa.
Não Mencionado	Ministério da Saúde – MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA	3.2016	nº 197, seção 3, p. 108, de 13.10.2016	10 listagens com documentos relativos a assuntos referentes à pessoal; material; patrimônio; orçamento e finanças; documentação e informação; comunicações; assuntos diversos de 1985-2014, do MS.
Não Mencionado	Ministério da Educação – MEC	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	3.2016	nº 197, seção 3, p.64, de 13.10.2016	Documentos relativos à Listagem 01/2016-UFJF/DCF referentes aos Códigos de Classificação: 029.21 – Missões fora da Sede. Viagens a serviço no País, correspondente aos períodos 1993/1995, 1997/1999-2004. 033.11 – Compra (inclusive compra por importação, correspondente aos períodos 1988/1990-1991/1993-1997/1999-2003. 033.21 – Compra, correspondente a 1991-2003. 052.22 – Despesa, correspondente aos períodos 1991-2000/2002. 062.11 – Compra (documentação Bibliográfica e inclusive Assinatura de Periódicos), correspondente aos períodos 1993-1994/1997-1999. 074.3 – Contas Telefônicas, correspondentes aos períodos 1995/1998-1999/2000/2002 e documentos relativos à Listagem 03/2016-UFJF/CFAP referentes aos Códigos de Classificação: 021.1 – Candidatos a Cargo e Emprego Públicos: Inscrição e Curriculum Vitae, correspondente a 1998. 021.2 – Exames de Seleção, correspondentes ao ano de 2004/2008. 029.5 – salários, Vencimentos, Proventos e Remunerações, correspondente ao ano de 2006. 063.1 – Produção de Documentos, Levantamento, Fluxo, correspondente ao ano de 2007. 995 – Pedidos, Oferecimentos e Informações Diversas, referente aos anos de 1990/2003/2007. [Total geral: 81,99 m, de 2 listagens]
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté – DRF/TAU/SP	Não Mencionado	[Termo de Eliminação – DOU nº17, p. 83, de 24/01/2017] DOU nº 198, seção 3, p. 96, de 14.10.2016	Listagem de Eliminação de Documentos nº 01/2016 da DRF/TAU/SP, 131,32 m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Validação de Procuração Eletrônica, Declarações para Contribuições Sociais Previdenciárias, Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte e Ação Fiscal – Pessoas Jurídicas de 1965 a 2008; Listagem nº 02/2016 da DRF/TAU/SP, 51,66m dos documentos relativo ao Cadastro de Fiscalização de Empresas de 1965 a 1993; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Campos do Jordão/SP, 16,38m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões; Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte e Ação Fiscal – Pessoas Jurídicas de 1984 a 2008; Listagem nº 02/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Campos do Jordão/SP, 7,7m de documentos relativo ao Cadastro de Fiscalização de Empresas de 1965 a 1993; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Cruzeiro/SP, 59,64m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Validação de Procuração Eletrônica, Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte e Ação Fiscal – Pessoas Jurídicas de 1963 a 2008; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Guaratinguetá/SP, 60,48 m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Validação de Procuração Eletrônica, Declarações para Contribuições Sociais Previdenciárias, Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos

					Creditórios do Contribuinte e Ação Fiscal – Pessoas Jurídicas de 1972 a 2008; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Pindamonhangaba/SP, 29,68m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Validação de Procuração Eletrônica; Declarações para Contribuições Sociais Previdenciárias, Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte e Ação Fiscal – Pessoas Jurídicas de 1952 a 2008; Listagem nº 02/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Pindamonhangaba/SP, 13,16m dos documentos relativo ao Cadastro de Fiscalização de Empresas de 1965 a 1993; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Ubatuba/SP, 18,90m dos documentos relativos a Emissão de Certidões, Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte e Ação Fiscal – Pessoas Jurídicas de 1987 a 2008; Listagem nº 02/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Ubatuba/SP, 6,44m dos documentos relativo ao Cadastro de Fiscalização de Empresas de 1965 a 1993. [Total geral: 395,36m de 10 listagens]
Não Mencionado	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campina Grande – DRF/CGD/PB	Não Mencionado	nº 1/2016 – DOU nº 199, seção 3, p. 86, de 17.10.2016	26,26m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Cobrança de Crédito Tributário, Extinção de Crédito Tributário e Suspensão de Crédito Tributário de 1977 a 2008.
14.10.2016	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul – DRF/CXL/RS	Não Mencionado	nº 200, seção 3, p. 87, de 18.10.2016	59,30 m dos documentos relativos a Protocolo, Recepção, Tramitação e Expedição de Documentos, Prestação de Informação em Processo Judicial, Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Validação de procuração Eletrônica, Cobrança do Crédito Tributário, Análise de Direitos Creditórios do Contribuinte, Compensação, Exclusão do Crédito Tributário, Importadores e Exportadores, Operadores Vinculados a Atividades Aduaneira, Regimes Aduaneiros Especiais e Exportação Comum de 1992 a 2013, da DRF/CXL/RS; 2,66m dos documentos relativos a Protocolo, Recepção, Tramitação e Expedição de Documentos, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais e CNPJ – Eventos de Baixa de 1984 a 2012, da Agência da Receita Federal em Bento Gonçalves/RS; 4,06m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais e Validação de Procuração Eletrônica de 2002 a 2007 da Agência da Receita Federal em Canela/RS; 0,98 m dos documentos relativos a Protocolo, Recepção, Tramitação e Expedição de Documentos, Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões e Validação de Procuração Eletrônica de 2006 a 2012, da Agência da Receita Federal em Guaporé/RS; 2,38 m dos documentos relativos Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões e Validação de Procuração Eletrônica de 2004 a 2008 da Agência da Receita Federal em Veranópolis/RS. [Total geral: 5 listagens com 69,38m de documentos]
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	1.2016	nº 201, seção 3, p. 4, 19.10.2016	1 listagem de 5,74m de documentos relativos receita e despesa, de 2006 a 2007, da Embrapa Pantanal.
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos – MAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	1.2016	nº 210, seção 3, p. 7, de 01.11.2016	1 listagem com 54,46m de documentos relativos a assistência à saúde, missões fora da Sede, protocolo, recepção e expedição de documentos, malote e serviço telefônico de 1994 a 2008, da Embrapa Amazônia Ocidental.
Não Mencionado	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Agência Nacional de Águas – ANA	1.2016	nº 215, seção 3, p. 137, de 09.11.2016 [Eliminação realizada]	2 listagens com 129,58m dos documentos relativos a organização e funcionamento, pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação e informação, comunicações e assuntos diversos bem como a política nacional

					de recursos hídricos, outorga de direito de uso de recursos hídricos, fiscalização dos usos dos recursos hídricos, dos serviços públicos e de segurança de barragens e conservação e uso racional de recursos hídricos, de 1996-2012, da ANA.
26.10.2016	Ministério da Fazenda – MF	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém – RFB/BEL/PA	2.2016	nº 231, seção 3, p. 113, de 02/12/2016	: [8 listagens, com um total geral de 209,3m] Listagem de Eliminação de Documentos nº 01/2016 do Centro de Atendimento ao Contribuinte eliminará 75,18m dos documentos relativos a Protocolo, Pesquisa de Situação Fiscal e Emissão de Certidões de 2000 a 2008; Listagem nº 01/2016 da DRF/BEL/PA eliminará 0,42m dos documentos relativos a Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Cobrança do Crédito Tributário e Representações Fiscais de 2007 a 2009; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Ananindeua/PA com 29,12m dos documentos relativos a Protocolo, Pesquisa de Situação Fiscal e Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, CPF – Eventos de Cancelamento, Extinção do Crédito Tributário e Exclusão do Crédito Tributário, de 1988 a 2008; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Castanhal/PA com 68,88 m dos documentos relativos a Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Cobrança do Crédito Tributário, Análise de direitos Creditórios do Contribuinte e Suspensão do Crédito Tributário, de 1968 a 2008; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em São Miguel do Guamá/PA com 1,12m dos documentos relativos a Protocolo e Emissão de Certidões, de 2005 a 2013; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Paragominas/PA com 6,86m dos documentos relativos a Protocolo, Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais, Cobrança do Crédito Tributário, Apuração de Irregularidade da Rede Arrecadadora, 1995 a 2013; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Abaetetuba/PA com 19,88m dos documentos relativos a Protocolo, Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, de 1995 a 2013; Listagem nº 01/2016 da Agência da Receita Federal do Brasil em Capanema/PA com 7,84m dos documentos relativos a Protocolo, Pesquisa de Situação Fiscal, Emissão de Certidões, Fornecimento de Informações Fiscais, Econômicas e Cadastrais e Cobrança do Crédito Tributário, de 1986 a 2013, da DRF/BEL/PA.
Não Mencionado	Ministério do Turismo – SE/MTur	Secretaria Executiva	1.2016	nº 231, seção 3, p. 171, de 02.12.2016	1 listagem com 62,02m dos documentos relativos a controle de estoque (inclusive requisição, distribuição e requisição de material); protocolo: recepção, tramitação e expedição de documentos; agradecimentos, convites, felicitações, pêsames, de 1995 a 2014, do MTur.
02.12.2016	Ministério da Saúde	Secretaria Executiva SE	4.2012	nº 235, seção 3, p. 96, de 08/12/2016	22 listagens com 601,38m documentos relativos a assuntos referentes à: organização e funcionamento; pessoal; material; patrimônio; orçamento e finanças; documentação e informação, comunicações, assuntos diversos do período de 1957-2014, do MS e dos fundos extintos do INAMPS e INPS.
Não Mencionado	Não Mencionado	Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC	1.2016/ANAC	nº 241, seção 3, p. 145, de 16/12/2016	1 listagem de 46,54 m dos documentos relativos a missões fora da sede, viagens a serviço no país, exceto relatórios técnicos de viagem, do período de 2006 a 2007, e protocolo, referentes a recepção, tramitação e expedição de documentos, de 2006 a 2013, da ANAC.
Não Mencionado	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC	Secretaria Executiva	2.2016	nº 243, seção 3, p. 151, de 20/12/2016	1 listagem com conjuntos documentais relativos a documentos da Administração geral do MDIC de 1940 a 2013, totalizando 107,38m.
Não Mencionado	Ministério da Saúde. MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária –	9.2016	nº 244, seção 3, p. 136, de 21/12/2016	1 listagem com 3,42m de documentos relativos a liberação de importação de 2009 a 2010; controle sanitário em meios de transportes aquaviários de 2010 a 2011; formulário de informações sobre água de lastro de 2008; controle

		ANVISA			sanitário em meios de transportes aéreos de 2008 a 2010; traslado de cadáver de 2010 a 2011; certificado internacional de vacinação de 1991, 1993 a 2005 da ANVISA.
Não Mencionado	Não Mencionado	Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA	1.2016	nº 249, seção 3, p. 108, de 28/12/2016	1 listagem com documentos relativos ao Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional (para vistoria física) – PIN referente a processos regulares sem pendência jurídicas, do período 2007-2008, da SUFRAMA.

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.

Quadro 11 – Editais de Eliminação submetidos ao Arquivo Nacional, 2017

Data	Ministérios	Instituição	Edital	DOU	Especificação
30.12.2016	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	n.41	nº 1, Seção 3, p. 53 e 54, de 02/01/2017	01 listagem
29.12.2016	Ministério da Saúde (MS)	Secretaria-Executiva – Subsecretaria de Assuntos Administrativos	n.5	nº 2, Seção 3, p. 109, de 03/01/2017	11 listagens
29.12.2016	Ministério da Defesa – MD	Comando da Aeronáutica (COMAER)	n.1.2.3.4.5.6 e 7	nº 5, Seção 3, p. 18, de 06/01/2017	07 listagens
12.01.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional do Recife	1.2017	nº 13, Seção 3, p. 74, de 18/01/2017	01 listagem
12.01.2017	Ministério da Educação. MEC	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)	1.2017	nº 14, Seção 3, p. 18, de 19/01/2017	02 Listagens
18.01.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna/BA	1.2017	nº 15, Seção 3, p. 90 e 91, de 20/01/2017	01 Listagem
23.01.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis/SC	1.2017	nº 18, Seção 3, p. 69, de 25/01/2017	01 Listagem
17.01.2017	Ministério da Defesa. MD	Comando do Exército (CEX)	1.2017	nº 19, Seção 3, p. 22, de 26/01/2017	03 Listagens
31.01.2017	Ministério da Educação. MEC	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	1.2017	nº 23, Seção 3, p. 27, de 01/02/2017	01 Listagem
02.02.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo	1.2017	nº 25, Seção 3, p. 90, de 03/02/2017	01 Listagem
07.02.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Salvador	s/nº	nº 29, Seção 3, p. 83, de 09/02/2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério dos Educação. MEC	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	2.2017	nº 53, seção 3, página 25, de 17/03/2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado		Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)	1.2017	nº 56, seção 3, página 10, de 22/03/2017	Listagens autorizadas: 01
10.04.2017	Ministério da Saúde, MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	1.2017	nº 56, seção 3, página 11, de 30/03/2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado		Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	1.2017	nº 69, seção 3, página 112, de 10 de abril de 2017	Listagens autorizadas: 01
10.04.2017	Ministério da Saúde, MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	2.2017	nº 71, seção 3, página 85, de 12 de abril de 2017	Listagens autorizadas: 01
10.04.2017	Ministério da Saúde, MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	3.2017	nº 71, seção 3, página 85, de 12 de abril de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Educação. MEC	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	1.2017	nº 75, seção 3, página 57, de 19 de abril de 2017	Listagens Autorizadas: 15
24.04.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campina Grande	1.2017	nº 78, seção 3, página 70, de 25 de abril de 2017	Listagens autorizadas: 01

19.04.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Delegacia da Receita Federal do Brasil em Divinópolis	1.2017	nº 78, seção 3, página 70, de 25 de abril de 2017	Listagens autorizadas: 02
26.04.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí	1.2017	nº 104, seção 3, página 80, de 27 de abril de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Delegacia da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo	1.2017	nº 82, seção 3, página 63, de 02 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 02
Não Mencionado		Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR)	1.2017	nº 83, seção 3, página 123, de 03 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	Secretaria-Executiva	1.2017	nº 83, seção 3, página 91, de 03 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 09
Não Mencionado	Ministério da Fazenda	Casa da Moeda do Brasil (CMB)	1.2017	nº 84, seção 3, página 91, de 04 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 01
04.05.2017	Ministério da Saúde, MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	4.2017	nº 85, seção 3, página 107, de 05 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 01
19.04.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna	2.2017	nº 87, seção 3, página 65, de 09 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Fazenda	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (CODEVASF)	1.2017	nº 88, seção 3, página 81, de 10 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 01
08.05.2017	Ministério da Fazenda	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis	1.2017	nº 88, seção 3, página 78, de 10 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 01
08.05.2017	Ministério da Saúde, MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	5.2017	nº 99, seção 3, página 91, de 25 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado		Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	1.2017	nº 101, seção 3, página 19, de 29 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Saúde, MS	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Instituto René Rachou	1.2017	nº 126, seção 3, página 126, de 31 de maio de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado		Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	1.2017	nº 116, seção 3, página 101, de 20 de junho de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Educação, MEC	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1.2018	nº 122, seção 3, página 73, de 28 de junho de 2017	Listagens autorizadas: 05
20.06.2017	Ministério da Saúde, MS	Secretaria-Executiva	1.2017	nº 127, seção 3, página 96, de 5 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 20
06.2017	Ministério da Educação, MEC	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	CPAD/UFSM 1.2017	nº 127, seção 3, página 74, de 5 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 05
05.07.2017	Ministério da Saúde, MS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	6.2017	nº 129, seção 3, página 108, de 7 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 01
10.07.2017	Ministério da Educação, MEC	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1.2017	nº 131, seção 3, página 75, de 11 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 01

Não Mencionado	Ministério da Educação, MEC	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIOJ)	1.2017	nº 131, seção 3, página 50, de 11 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 05
11.07.2017	Ministério da Educação, MEC	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1.2017	nº 133, seção 3, página 56, de 13 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 02
Não Mencionado		Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB)	1.2017	nº 133, seção 3, página 57, de 13 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Fazenda (MF)	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek	1.2017	nº 134, seção 3, página 9 de 14 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Fazenda (MF)	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro	1.2017	nº 137, seção 3, página 68, de 19 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Fazenda (MF)	Superintendência Regional da 6ª Região Fiscal Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte	1.2017	nº 138, seção 3, página 87, de 20 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 02
Não Mencionado	Ministério da Saúde, MS	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	1.2017	nº 140, seção 3, página 88, de 24 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 01
21.07.2017	Ministério da Fazenda (MF)	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Velho	1.2017	nº 140, seção 3, página 75, de 24 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 02
19.07.2017	Ministério da Fazenda (MF)	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza	1.2017	nº 140, seção 3, páginas 75-76, de 24 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 07
Não Mencionado	Ministério da Fazenda (MF)	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Vitória	1.2017	nº 144, seção 3, página 80 de 28 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Fazenda (MF)	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande	1.2017	nº 144, seção 3, página 81 de 31 de julho de 2017	Listagens autorizadas: 02
Não Mencionado		Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Embrapa Suínos e Aves	1.2017	nº 146, seção 3, página 6, de 04 de agosto de 2017	Listagens autorizadas: 02
Não Mencionado		Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Embrapa Meio Ambiente	2.2017	nº 149, seção 3, páginas 4 – 5, de 04 de agosto de 2017	Listagens autorizadas: 02
03.08.2017	Ministério da Fazenda (MF)	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador	2.2017	nº 152, seção 3, página 93, de 09 de agosto de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ)	Secretaria-Executiva	1.2017	nº 153, seção 3, página 95, de 10 de agosto de 2017	Listagens autorizadas: 01
10.08.2017	Ministério da Fazenda (MF)	Superintendência Regional da 2ª Região Fiscal Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Belém	1.2017	nº 155, seção 3, página 107, de 14 de agosto de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Educação (MEC)	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1.2017	nº 159, seção 3, página 82, de 18 de agosto de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Saúde (MS)	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	1.2017	nº 162, seção 3, página 107, de 23 de agosto de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério de Minas e Energia (MME)	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)	extrato	nº 162, seção 3, página 113, de 23 de agosto de 2017	Listagens autorizadas: 01

Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Departamento de Administração do Parque Estação Biológica Embrapa	1.2017	nº 175, seção 3, página 3, de 12 de setembro de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Fazenda (MF)	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro	2.2017	nº 177, seção 3, página 78, de 14 de setembro de 2017	Listagens autorizadas: 02
Não Mencionado	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	Secretaria-Executiva	1.2017	nº 177, seção 3, página 79, de 18 de setembro de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	1.2017 SECON	nº 183, seção 3, página 8, de 22 de setembro de 2017	Listagens autorizadas: 01
25.09.2017	Ministério da Fazenda (MF)	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba	1.2017	nº 185, seção 3, página 91, de 26 de setembro de 2017	Listagens autorizadas: 01
Não Mencionado	Ministério da Fazenda (MF)	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul	1.2017	nº 185, seção 3, página 72, de 26 de setembro de 2017	Listagens autorizadas: 01
19.04.2017	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Embrapa Amazônia Ocidental	1.2017	nº 185, seção 3, página 73, de 26 de setembro de 2017	Listagens autorizadas: 02
Não Mencionado	Ministério da Fazenda	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre	1.2017	nº 186, seção 3, página 104, de 27 de setembro de 2017	Listagens autorizadas: 01 *retificado em 03/10/2017

Fonte: Site do Arquivo Nacional – SIGA.